

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A DINÂMICA URBANA:
CRESCIMENTO DO BAIRRO DA TRINDADE E ÁREAS
ADJACENTES E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA LOCAL**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga
horária na disciplina CNM 5420 – Monografia**

Por: Natalino Ary dos Santos

Orientador: Prof. Hoyedo Nunes Lins

Área de Pesquisa: Economia Regional e Urbana

Palavras-chave:

- Dinâmica urbana**
- Florianópolis**
- Trindade**

Florianópolis, julho de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **8,5** ao acadêmico **Natalino Ary dos Santos**, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

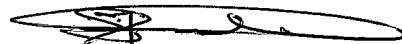
Prof. Hoyêdo Nunes Lins

Presidente



Prof. Luiz Augusto Finger F. Maluf

Membro



Prof. João Serafim Tusi da Silveira

Membro

Agradecimentos:

A todos que de alguma forma contribuíram para conclusão deste Curso, como também para realização deste trabalho. Expresso meu respeito e agradecimentos às pessoas que me apoiaram e incentivaram nas horas de fraqueza.

A um grupo muito especial de amigos: Ivana, Elaine, Clesar, Bete, Teresa, Edite, Míriam e Carla que não cansaram de incentivar-me quando do período em que havia desistido do Curso, ficando oito anos afastado. Os incentivos foram muitos, fazendo-me ver da necessidade de conclusão do mesmo.

Aos amigos da CODEOR/SEPLAN/UFSC pelo apoio, principalmente de minha chefe imediato, a amiga Fátima que me deu total apoio no trabalho, cobrindo minhas atividades enquanto ausentava-me para assistir as aulas ou até mesmo para estudar para provas ou confecção de atividades extra classe.

Aos professores, pela atenção, paciência e dedicação, principalmente ao professor Hoyêdo Nunes Lins, cuja contribuição especial tornou possível este trabalho que, apesar de todas as suas atividades, que não são poucas, aceitou-me como orientando.

Aos amigos de classe, dos períodos antes e após os anos em que estive ausente do Curso, que não foram poucos, com saudades deixo um abraço.

A minha mãe (in memória) que lá de cima, acompanhou todo o meu esforço, dedicação, e até nas horas de fraquezas, dedico este Curso.

A minha esposa que me apoiou e acompanhou-me em todo este período, também meus agradecimentos pela paciência e tolerância neste período de muitas ausências.

Um agradecimento todo especial à Laís, minha única filha que, com um sorriso constante soube com paciência, ceder um espaço do seu coração, que é só seu, não exigindo minha companhia em suas brincadeiras de criança, nos deveres do colégio, onde perdi uma parte de seu crescimento e amadurecimento.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	06
LISTA DE FOTOS	07
LISTA DE QUADROS	07
LISTA DE TABELAS	07
RESUMO	09

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 - Definição da Temática	10
1.2 – Objetivos	12
1.2.1 - Objetivo Geral	12
1.2.2 – Objetivos Específicos	12
1.3 – Metodologia	12

CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

2.1 – Resgate Histórico	14
2.2 – Florianópolis a partir da Primeira República	16
2.3 – Florianópolis nas décadas de 30 a 50	18

CAPÍTULO III - EFEITOS DAS AÇÕES DE GOVERNO EM FLORIANÓPOLIS A PARTIR DA DÉCADA DE 50

3.1 – A expansão das atividades do Estado no Período Militar	21
3.2 – Florianópolis inserida nas funções do Estado	24
3.3 – A criação das Instituições Públicas Federais em Santa Catarina	30
3.3.1 – A criação e implantação da Universidade Federal de Santa Catarina	31
3.3.2 – A transferência e instalação da Eletrosul para Florianópolis	37

CAPÍTULO IV - A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO RECENTE

4.1 – Crescimento populacional	44
4.2 – Expansão Urbana	53
4.3 – Florianópolis no novo século	63

CAPÍTULO V - UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA SOBRE DINÂMICA INFRA-URBANA: TRINDADE, ITACORUBI E ASPECTOS DA ECONOMIA LOCAL

5.1 – Trindade	70
5.2 – Itacorubi	71
5.3 – Economia Local	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
---	-----------

FIGURAS

FIGURA 01 – Florianópolis e municípios vizinhos.....	20
FIGURA 02 – Bairros do Distrito Sede de Florianópolis – Área Insular.....	50
FIGURA 03 – Instituições e áreas estatais a nordeste-leste do Distrito Sede – Itacorubi	55
FIGURA 04 – Loteamentos aprovados em Florianópolis: 1940 a 1992	58
FIGURA 05 – Área de abrangência do Plano Diretor do Distrito Sede para Trindade - 1997	62
FIGURA 06 – Plano Diretor 1954 – Esquema da Proposta Básica	108
FIGURA 07 – Plano Diretor 1954 – Zoneamento das Alturas das Edificações	109
FIGURA 08 – Bairro do Distrito Sede de Florianópolis – Área Continente	110
FIGURA 09 – Localização da Valorização Imobiliária do Distrito Sede 1990	111
FIGURA 10 – Localização das Chácaras	112
FIGURA 11 – Área de Abrangência do Plano Diretor do Distrito Sede para Trindade – 1982	113
FIGURA 12 – Área de Abrangência do Plano Diretor do Distrito Sede para Itacorubi – 1997	114
FIGURA 13 – Área de Abrangência do Plano Diretor do Distrito Sede para Pantanal – 1997	115
FIGURA 14 – Localização da População por Renda Familiar – Distrito Sede 1980	116
FIGURA 15 – Localização da População por Extremo de Renda – Distrito Sede 1993.....	117
FIGURA 16 – Área Urbana de Florianópolis - 1990	118
FIGURA 17 – Localização do Porto de Desterro	119
FIGURA 18 - Bairros criados do Distrito Sede - Área Insular (Lei 5.504 - 1999)	120

FOTOS (ordem de datas)

FOTOS 01 e 02 – Centro: década de 50 e 70 Ponte Hercílio Luz.....	98
FOTOS 03 e 04 – Avenida Beira-Mar Norte: década de 70	99
FOTOS 05 e 06 – Início da constr. da Ponte Colombo Salles e aterro da Baía-Sul (1972).....	100
FOTO 07 - Universidade Federal de Santa Catarina (1974)	101
FOTOS 08 e 09 – Aterro da Baía-Sul (1975) e início do aterro da Baía-Norte (1979)	102
FOTO 10 – Campus da UFSC e parte do bairro do Pantanal (1982)	103
FOTOS 11 e 12 – Via de Contorno Norte (1989) e Pontes (1991).....	104
FOTO 13 – Parte do bairro da Trindade e áreas adjacentes - UFSC (1995).....	105
FOTO 14 – Parte do bairro da Trindade e áreas adjacentes – UFSC e ELETROSUL (2000).....	106

QUADROS

QUADRO 01 – Empresas localizadas no Shopping Trindade	87
---	----

TABELAS

TABELA 01 – População de Florianópolis e Municípios vizinhos: 1949 a 2000	19
TABELA 02 – Órgãos Públicos estaduais criados por período	27
TABELA 03 – Funcionários da Eletrosul por período de contratação	39
TABELA 04 – Crescimento da população de Florianópolis e Municípios vizinhos: 1949 a 2000.	45
TABELA 05 – População da Trindade e áreas adjacentes - 1996.....	48
TABELA 06 – População de Florianópolis por período e meio de moradia.....	53

	8
TABELA 07 – Produto Interno Bruto Per Capita em Florianópolis: 1991 a 1999	63
TABELA 08 – Movimento de turistas em Florianópolis: 1986 a 2001	67
TABELA 09 – Principais mercados emissores nacionais de turistas em Florianópolis: 1986 a 2000	68
TABELA 10 – Principais mercados emissores estrangeiros de turistas em Florianópolis: 1986 a 2000.....	69
TABELA 11 – Carnês de IPTU emitidos:1996 a 2001	76
TABELA 12 – Número de Empresas com alvarás de funcionamento nos bairros da Trindade, Itacorubi e Pantanal	78
TABELA 13 – Agências bancárias localizadas na Trindade	79
TABELA 14 – Imobiliárias localizadas na Trindade.	80
TABELA 15 – Empresas contratadas pela UFSC e serviços terceirizados	82
TABELA 16 – Orçamento da UFSC por Grupo de Despesa: 1995 a 2001	83
TABELA 17 – Programa de Dispêndios Globais da Eletrosul: 1995 a 2001	85

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central o estudo do processo de estruturação urbana de Florianópolis, mais especificamente o crescimento habitacional e populacional do bairro da Trindade e áreas adjacentes, e os reflexos na economia local. A influência do Estado no processo de transformação do espaço urbano de Florianópolis, especialmente a partir da década de 60, ocorreu quando houve um forte crescimento da estrutura administrativa do governo federal e estadual, repercutindo sobre a organização e crescimento do espaço urbano da cidade.

No período militar, especialmente entre 1968 e o final da década de 70, ocorreu uma intensificação do processo de expansão da atuação do Estado, que vinha se desenvolvendo desde a década de 30. Durante esse período muitos órgãos foram criados em consequência da ampliação das funções do Estado. A localização das sedes administrativas dos órgãos públicos adquiriu o papel de frente de expansão do espaço urbano de Florianópolis. Em paralelo às novas localizações das sedes no centro da cidade, o bairro da Trindade e as áreas adjacentes tornaram-se lugares privilegiados para a implantação de várias outras sedes de órgãos públicos..

As áreas da bacia do Itacorubi, situadas a leste do Morro da Cruz, praticamente rurais até a década de 60, tornaram-se áreas de expansão urbana. Nas décadas de 70 e 80, as antigas localidades da Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Itacorubi tornaram-se grandes bairros residenciais, e outros formaram-se nesse processo, como os bairros Santa Mônica, Jardim Anchieta, Parque São Jorge, Carvoeira, Córrego Grande e outros.

Com o crescimento desses bairros, em especial o da Trindade, a economia teve um crescimento acelerado com a vinda de várias empresas governamentais (federal e estadual), além das empresas privadas.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 – DEFINIÇÃO DA TEMÁTICA

O Brasil, no período entre 1968 e final da década de 70 (período do regime militar), ampliou consideravelmente o processo de expansão do Estado, que vinha se desenvolvendo desde a década de 30, visando dar condições para o desenvolvimento da indústria brasileira.

A partir da década de 50, as principais capitais brasileiras apresentavam um intenso processo de crescimento urbano. Ao contrário, Florianópolis, como decorrência das suas condições econômicas, era uma cidade com pouca expressão nacional. A capital catarinense viveu, assim, um período de grande isolamento, que pode ser verificado no fato de que entre o fim das atividades do porto, em meados da década de 60, até o asfaltamento da rodovia BR-101, o único meio de ligação por terra com outras cidades e estados era uma rudimentar estrada sem pavimentação.

Em Santa Catarina, as principais iniciativas no sentido de criar as condições para o desenvolvimento da indústria catarinense ocorreram na década de 50, mas foi no governo de Celso Ramos (1961-1965) que as ações governamentais intensificaram-se, sendo ampliadas, na década de 70, a partir de uma nova conjuntura nacional, sob o regime militar.

Durante esse período, de acordo com a organização espacial da sociedade através dos agentes (Estado e Capital), muitos órgãos públicos foram criados em consequência da ampliação das funções do Estado, nas questões sociais e, principalmente, nas questões econômicas. Uma das expressões desse processo foi a construção de sedes administrativas de órgãos públicos, na capital catarinense.

Assim, intensificou-se o processo de centralização dos serviços e setores administrativos. Esta centralização influenciou o desenvolvimento urbano de diversas capitais e, no caso de Florianópolis, pelas características da formação e desenvolvimento do seu espaço urbano, representou uma grande transformação urbana em consequência da expansão das atividades do Estado, impulsionando uma nova dinâmica urbana para a capital catarinense.

A ampliação e localização dos diversos órgãos públicos em Florianópolis, principalmente na década de 70 e 80, constituíram-se em um dos elementos principais de transformação do seu espaço urbano. Algumas das conseqüências da expansão do Estado no espaço urbano de Florianópolis foram o crescimento populacional, o aumento da população migrante em relação à população nativa, a ampliação da classe média, a expansão da malha urbana e a especialização maior do setor de serviços, dentre outros.

Segundo Peluso (1991:319), dois fatores foram responsáveis pelo crescimento da população de Florianópolis, na década de 60: a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação da BR-101. No entanto, os elementos indutores do crescimento urbano de Florianópolis mostraram-se mais amplos diante da dimensão tomada pelo crescimento do Estado como um todo, tanto em nível federal como estadual. Assim, embora algumas instituições públicas tenham tido algum destaque, em termos de impacto urbano, o processo de crescimento urbano ocorreu, principalmente, devido ao crescimento do aparelho de Estado como um todo, especialmente na década de 70, com conseqüências diretas no espaço urbano da capital nas décadas seguintes.

Para Paul Singer (1985:139-141), as funções econômicas das cidades estão relacionadas com as atividades industriais, comerciais e de serviços de toda espécie, inclusive religiosas, administrativas e militares, dentre outras. As cidades inseridas numa determinada rede urbana exercem, conforme o seu tamanho, apenas algumas dessas funções. Portanto, cada cidade “tende a se especializar em uma ou várias funções, em parte devido à sua localização geográfica em relação à rede de transporte, e em parte devido ao tipo de atividades que se desenvolvem em seu “hinterland” e, em parte, finalmente, devido ao acaso, isto é, a uma grande quantidade de razões que desafiam a análise...”.

Roberto Lobato Corrêa (1991:54-71) coloca que “... uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana, são formas espaciais de diferentes escalas...” e que “...cada sociedade tem sua própria geografia, a sua própria organização espacial”, onde a organização espacial é a expressão da produção material do homem como resultado de seu trabalho social.

Assim, considerando a relevância dos múltiplos aspectos da dinâmica urbana e econômica envolvidos com a temática sob análise, no presente estudo busca-se resposta para a seguinte questão:

COMO SE DEU O CRESCIMENTO HABITACIONAL E POPULACIONAL DO BAIRRO DA TRINDADE E ÁREAS ADJACENTES, E QUAIS OS REFLEXOS DESSE CRESCIMENTO NA ECONOMIA LOCAL?

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 – Objetivo Geral

Efetuar uma análise exploratória sobre o crescimento habitacional e populacional do bairro da Trindade e áreas adjacentes e sobre os reflexos disso na economia local.

1.2.2 – Objetivos Específicos:

- Estudar o crescimento habitacional e populacional do bairro da Trindade e áreas adjacentes e;
- Analisar os reflexos econômicos, decorrentes do aumento habitacional e populacional na referida região.

1.3 – METODOLOGIA

O estudo envolve o levantamento bibliográfico de fatos históricos sobre a origem da cidade de Florianópolis, sua posição de base administrativa como capital do Estado e suas relações econômicas dentro do contexto do Estado (base de referência analítica do trabalho). Nesta etapa, também levantou-se dados sobre o número de habitantes no distrito sede e subdistritos junto ao

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como, informações sobre o espaço urbano junto ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.

Para a análise empírica, buscou-se informações junto à Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sobre o quantitativo de carnês emitidos do IPTU e sobre o número de novas edificações. Na Junta Comercial identificou-se as novas empresas registradas nos anos analisados. Coletas de dados também foram realizadas na UFSC, em agências bancárias e em imobiliárias.

Assim, o presente trabalho caracteriza-se como sendo descritivo e exploratório. Como estudo descritivo, pretende descrever a realidade com relação ao processo de expansão habitacional e populacional do bairro da Trindade e de áreas adjacentes. Enquanto exploratório, oferece oportunidade ao investigador para aumentar a sua experiência em torno de um problema específico, aprofundando seus estudos nos limites da realidade constatada (Triviños, 1987). Assim, através do estudo exploratório levanta-se antecedentes e maior conhecimento para, em seguida, planejar-se a pesquisa descritiva.

Como método, utiliza-se neste trabalho o estudo de caso. Embora seus resultados não possam ser generalizados, eles fornecem o conhecimento aprofundados da realidade, necessário ao encaminhamento de novas pesquisas (Triviños, 1987).

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

2.1 – RESGATE HISTÓRICO

Inicia-se este breve resgate histórico fazendo referência ao período da pequena povoação fundada, em meados do século XVII. A formação do espaço urbano¹ de Florianópolis ocorreu sob muitas dificuldades, começando com a trágica morte do fundador Dias Velho e posterior abandono da Ilha pela sua família juntamente com o grupo de colonizadores vindos com o fundador. A povoação ficou reduzida a um pequeno agrupamento de pescadores e esta situação de abandono e isolamento permaneceu por mais de meio século, até a criação da Capitânia de Santa Catarina e a vinda do Brigadeiro Silva Paes em 1738, que foi seu primeiro governador (Faccio, 1997:18).

A Coroa Portuguesa decidiu criar a Capitania de Santa Catarina e transformar a Ilha em um ponto fortificado, como parte de um sistema de ações estratégicas de apoio à penetração lusitana no Sul, cujo objetivo era o domínio das terras do sul até o Estuário do Rio da Prata. Esse fato provocou profundas transformações no pequeno povoado de Nossa Senhora do Desterro. Para a Ilha foram transferidos contingentes militares. A fixação da tropa e das famílias dos oficiais, e a incorporação administrativa e política da vila ao sistema colonial, alteraram substancialmente a estrutura econômica, social e espacial da comunidade de pequenos agricultores e pescadores (Silva, 1978:54).

A reduzida e pobre população local tinha muitas dificuldades para produzir o suficiente para manter a sobrecarga demográfica provocada pela vinda de contingentes militares. Por outro lado, o abastecimento da tropa com produtos importados era praticamente impossível. Assim, entre 1748 e 1756, chegaram cerca de 4.929 imigrantes açorianos à Ilha de Santa Catarina através do porto da Vila de Desterro (Cabral, 1970:35).

¹ Estudar o espaço urbano significa compreender o espaço concreto, expresso na materialidade da cidade, e a sua “interatividade” com o espaço abstrato, expresso nas relações sociais, econômicas e políticas. “O urbano nasce, pois, do processo de se conferir sentido ao espaço, construí-lo como o lugar dos processos econômicos, sociais e simbólicos”. (Pechman, 1991 in Faccio, 1997)

As razões que motivaram a imigração nesse período eram povoar para conquistar, manter as tropas militares e aliviar a pressão demográfica no arquipélago dos Açores, onde havia escassez de terras agricultáveis. Os imigrantes açorianos recrutados eram na sua maioria camponeses ou pescadores pobres. Os lotes coloniais, que receberam ao chegar, além de muito pequenos, foram mal distribuídos. E, além de todas essas dificuldades e privações, os açorianos nas terras catarinenses sofreram mais agudamente o peso do “estatuto colonial”: constantes recrutamentos para atividades militares e embargos de mercadorias para manter as tropas de defesa e exploração do domínio português no extremo sul (Silva, 1978:55).

Os únicos recursos financeiros que entravam no núcleo urbano de Desterro, até então, eram os vencimentos dos funcionários e os soldos da tropa, envolvidos na administração e na defesa militar. Posteriormente, com a chegada dos imigrantes açorianos, surgiu o comércio de produtos agrícolas excedentes, que trouxe novos recursos financeiros à economia local. Surgiram as freguesias da Trindade, Lagoa, Santo Antônio, São João do Rio Vermelho, Canasvieiras e Ribeirão da Ilha, localizadas na Ilha. No lado continental, cabia destaque a São José e Palhoça. Essas povoações comunicavam-se com a capital Desterro “por meio de pequenas embarcações que singravam a baía” (Peluso, 1991:315).

Embora houvesse um certo dinamismo no comércio com a exportação de produtos agrícolas da região do porto de Desterro (café, açúcar, algodão, trigo, etc.), a maior parte da população urbana era pobre, e vivia à margem da economia da vila prestando serviços ocasionais. “Inicialmente, essa população estava localizada na área central do núcleo urbano, mas com a instalação dos comerciantes na vila, deslocaram-se para áreas periféricas, bairros pobres, a oeste da praça central. Esses teriam sido os bairros mais sujos de Desterro” (Peluso, 1991:343).

Ainda, segundo Peluso, a vila foi elevada à categoria de cidade por decreto de Dom Pedro I, com a Independência do Brasil, em 1822, tornando-se cidade e capital da província. Nesse período, a cidade possuía cerca de 4.336 habitantes e 1.000 casas.

Desterro era uma cidade pobre, apesar do desenvolvimento do comércio no século XIX. “A maior parte da população empregava-se nos trabalhos que surgiam no atendimento à população do próprio núcleo, atividades bem modestas como distribuição de água, lenha e principalmente nos serviços que surgiam na praia, onde chegavam as pequenas embarcações com os moradores da região

que procuravam vender seus produtos e adquirir os bens de que necessitavam, e onde, também se realizavam a carga e a descarga dos produtos relacionados a outros portos” (Peluso, 1991:327 e Figura 17:119).

O crescimento econômico não se refletiu em aumento da população de Desterro no século XIX, em consequência da lentidão de todos os processos econômicos e sociais que acompanharam a vida da capital. Além disso, Desterro teria sido vítima de várias epidemias, como a do “cholera morbus, e de endemias, como a varíola, que anualmente atacava seus habitantes, além de muitas outras doenças que se difundiam no ambiente em que não se conheciam os princípios de higiene” (Peluso, 1991:329).

Em 1914, Florianópolis possuía 606 casas comerciais. A indústria era basicamente de bens de consumo. As indústrias que se destacavam nesse período pertenciam à família Hoepke. Eram a fábrica de pregos (1896), o estaleiro da Arataca (1907) e a fábrica de rendas e bordados Hoepke (1917). A família Hoepke, no século passado, destacava-se como principal empresa do comércio atacadista, possuindo seus próprios navios para a atividade do seu comércio (Peluso, 1991:330).

Peluso também coloca que “os automóveis que percorriam as ruas da capital eram em número de quatorze. Não havia táxis, pois o transporte era feito em carros de praça de tração animal, no total de trinta e cinco. As cargas eram transportadas por vinte veículos de carreto, cento e quarenta carroças e vinte e oito carrinhos de mão. Todos os distritos na ilha ligavam-se à sede por estradas de rodagem” (Peluso, 1991:330).

2.2 – FLORIANÓPOLIS A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Com a criação da República, em 1889, Florianópolis sediou a resistência ao governo do Marechal Floriano Peixoto, movimento que foi violentamente derrotado. Esse fato implicou no aumento da distância política entre a capital catarinense e a metrópole carioca e na diminuição dos recursos financeiros do Governo Central para a cidade. Posteriormente, a antiga denominação de Nossa Senhora do Desterro foi mudada para Florianópolis, em 1894, constituindo-se em uma polêmica homenagem ao Marechal Floriano Peixoto.

Na virada do século, Florianópolis mostrou um desenvolvimento econômico e populacional muito pequenos, ao contrário de outras regiões do Estado de Santa Catarina. No decorrer das duas primeiras décadas, Florianópolis manteve sua estrutura econômica sem grandes modificações. Sua base econômica continuou a ser o comércio e secundariamente a administração pública, que eram os dois setores responsáveis pela entrada da maior parte dos recursos financeiros que mantinham o núcleo urbano.

À medida que crescia o desenvolvimento econômico geral do Estado, Florianópolis beneficiava-se desse desenvolvimento como sede político-administrativa de Santa Catarina, absorvendo uma porção dos recursos econômicos e financeiros do Estado. Como capital, sediava o aparelho burocrático estatal e, à medida que este crescia, aumentava a população da cidade e conseqüentemente as necessidades econômicas a serem satisfeitas. Todo um mercado de serviços e de produção de bens de consumo perecíveis desenvolveu-se e expandiu-se.

Assim sendo, a Primeira República foi um período marcado por ações governamentais de reforma urbana. As elites locais apregoavam a necessidade de se promover uma remodelação urbana e social, com o objetivo de mudar a realidade da cidade. Esta prática perpassou os vários momentos em que se processaram as tentativas de reformas na capital catarinense no decorrer da Primeira República.

A partir das reformas urbanas promovidas pelo Estado na capital, ocorreu “uma significativa transfiguração da paisagem da cidade e dos usos e concepções relativos à vida urbana” (Araújo, 1989:19). Estão entre essas reformas, a construção da Avenida Hercílio Luz e da Ponte Hercílio Luz, e a ampliação dos serviços de água e esgoto, entre outras (Foto 02:98).

Os laços entre Florianópolis e sua região estreitaram-se com a construção da Ponte Hercílio Luz. A facilidade de acesso, decorrente da criação de linhas de ônibus em toda a região ligando-a à capital, resultou em uma procura maior, pelos bens e serviços oferecidos. As estradas foram melhoradas possibilitando um contato maior entre a capital e as pequenas cidades e vilas próximas. As relações entre Florianópolis e outras partes do País, ou mesmo outros países, mantiveram-se ainda por via marítima através de seu porto.

Ao nível intra-urbano, a Ponte provocou mudanças na organização interna da cidade. Ocorreu uma grande preocupação dos órgãos públicos em relação à abertura das vias de acesso, que propiciariam um maior desenvolvimento à Ilha. As ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, bem como a avenida Rio Branco na área central, foram ligadas à cabeceira da ponte, que passou a exercer parte da função até então desempenhada pela praça central perto do mar, no tocante à chegada e à saída da população e de visitantes. Como consequência, o cemitério público localizado na área da cabeceira da ponte foi transferido, em 1925, para a área do Itacorubi (Peluso, 1991:318).

2.3 – FLORIANÓPOLIS NAS DÉCADAS DE 30 A 50

Desde o final do século XIX, Florianópolis entrou em um lento processo de declínio dos transportes e do comércio por via marítima que provocou, por sua vez, o declínio do seu porto.

Em paralelo, a cidade que possuía precaríssimas ligações por terra com centros urbanos de outros estados e principalmente com o interior do Estado de Santa Catarina, entrou em um período de estagnação econômica e profundo isolamento. Cabe ressaltar que outras regiões do estado, desde o começo do século, estavam ligadas por meio de portos em ascensão, como o porto de Itajaí, e a centros urbanos importantes do país através de estradas de ferro, sem qualquer ligação direta com a capital catarinense.

A crise econômica que Florianópolis enfrentou nesse período, com o fim do comércio de exportação, foi tão grande que Peluso questiona sobre a razão de a cidade não desaparecer, sendo ela uma cidade marítima e comercial. Tijucas, cidade litorânea próxima à capital, que também vivia do comércio exportador e com um dinâmico porto, não teve a mesma sorte (Faccio 1997:27).

Nos anos 40 e 50, “Florianópolis foi uma cidade sonolenta”. Seu porto entrou em decadência, não possuindo mais importância econômica. Em 1938, a área urbana estava restrita à área central em torno da praça XV de Novembro. As atividades de sede do governo do Estado constituíam a principal função econômica para seus habitantes. Ao mesmo tempo, apareciam as constantes ameaças de transferência da capital para o interior do Estado (Faccio 1997:28).

Ainda nos anos 40, foi construída a primeira pista de pouso onde atualmente encontra-se localizada a Base Aérea, e cujas adjacências desenvolveu-se o atual aeroporto. Na década seguinte, novos serviços de luz e água foram instalados.

Também, nas décadas de 40 e 50, teve início um processo de verticalização do centro da cidade, bastante tímido inicialmente. Com exceção da construção de dois hotéis, os prédios de maior gabarito construídos nesse período eram prédios públicos.

A sociedade local ressentiu-se desse período de estagnação econômica e isolamento. Segundo Pereira (1974:79), a Ponte Hercílio Luz não havia trazido o “progresso aspirado” e constatava-se que, entre 1925 e 1950, as mudanças tinham sido tão pequenas que passaram despercebidas.

Entretanto, o espaço urbano de Florianópolis, no final da década de 50, resultou de um longo processo histórico, como já se viu anteriormente, que culminou, entre outros elementos, na formação de um centro urbano de porte reduzido. A cidade possuía, em 1959, uma população de 98.520 habitantes que somada à dos municípios do atual Aglomerado Urbano de Florianópolis, totalizaria uma região com 160.897 habitantes² (Figura 01:20).

**TABELA 01: POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E MUNICÍPIOS VIZINHOS:
PERÍODO DE 1949 A 2000**

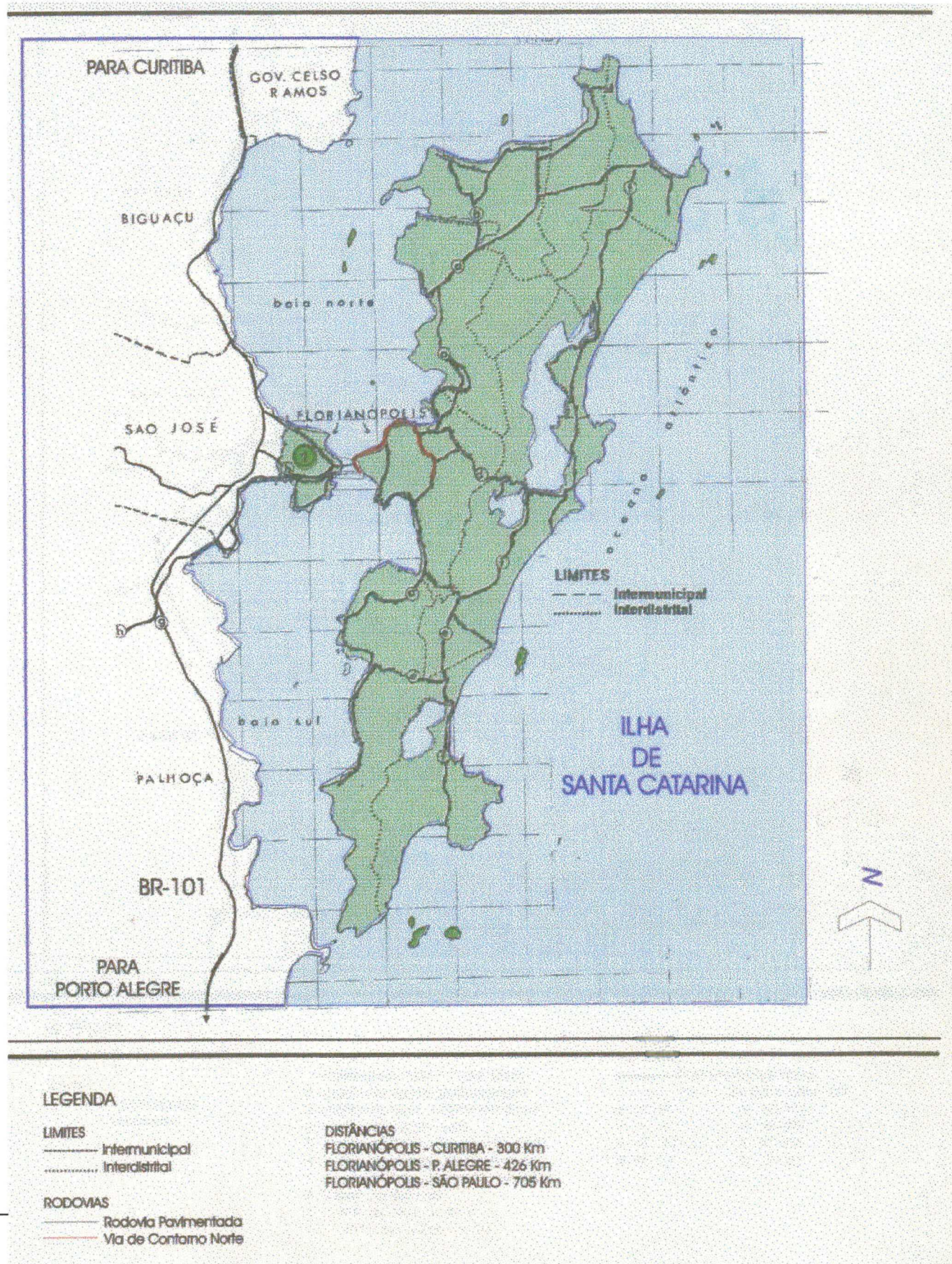
MUNICÍPIOS	1949	1959	1979	1980	1991	1996	2000
Florianópolis	67.630	98.520	138.337	187.871	254.941	271.281	331.784
São José	14.562	21.537	42.535	87.817	139.318	147.559	169.252
Biguaçu	12.265	13.751	15.337	21.434	34.027	40.047	47.776
Palhoça	11.716	14.266	20.652	38.031	68.298	81.176	102.286
Gov. C. Ramos	2.915	4.107	7.521	7.812	9.630	10.864	11.533
Sto. A Imperatriz	7.122	8.716	10.362	11.317	13.323	14.569	15.682

Fonte: Sugai (1994:233) e IBGE (1996 e 2000)

Nas décadas seguintes inicia-se um novo período de expansão no Estado de Santa Catarina, com reflexos significantes na capital catarinense, em função das políticas adotadas pelo governo federal, como será visto no capítulo seguinte.

² Dados do Censo Demográfico do IBGE de 1960.

FIGURA 01: FLORIANÓPOLIS E MUNICÍPIOS VIZINHOS



CAPÍTULO III

EFEITOS DAS AÇÕES DE GOVERNO EM FLORIANÓPOLIS A PARTIR DA DÉCADA DE 50

3.1 – A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO ESTADO NO PERÍODO MILITAR

No período pós-64, ocorreu uma enorme expansão da ação do Estado no Brasil. A ação do Estado, enquanto “ator” da industrialização, ganha proporção inédita no Brasil. Nunca na história brasileira foram criadas tantas empresas e órgãos governamentais.

O governo do General Humberto Castelo Branco (primeiro presidente militar, 1964-1967), tinha características liberais e esperava basear o desenvolvimento econômico do Brasil no internacionalismo e no liberalismo. Ele faz algumas tentativas para modificar a tendência de maior presença estatal na economia, chegando a tentar a privatização de algumas empresas estatais. O desastroso desempenho da economia de 1964 a 1967 desacreditou o liberalismo econômico, fortalecendo a linha de maior intervenção e participação do Estado na economia (Evans, 1980:191).

Em 1968, Costa e Silva (1968-1969) assumiu o governo, cuja ação caracterizou-se pela retomada do desenvolvimento econômico. O plano de governo de Costa e Silva continha a mesma política adotada por Castelo Branco, que estabelecia o controle dos gastos de governo e a tentativa de combater a inflação com a diminuição do ritmo de crescimento econômico.

O General Emílio Garrastazu Médici iniciou seu período de governo em 1970, em meio ao “milagre econômico”, quando o Brasil viveu um período de crescimento econômico acelerado. Seu plano de governo, o I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, procurou projetar o País como futura potência mundial. O Plano caracterizava-se por uma forte intervenção estatal marcada pelo centralismo e por uma nova política tecnológica. Nesse momento o país vivia sob uma forte repressão, com a imprensa e os dissidentes sob controle de ordem policial.

Em março de 1974, assumiu o governo o General Ernesto Geisel. Seu plano de governo, o II PND, na mesma linha de continuidade do I PND, estabelecia como metas mais gerais a consolidação de uma economia industrializada. Para tanto, o governo deveria prover bases infra-estruturais para o aumento da atividade das empresas nacionais privadas. No entanto, Geisel assumiu o

governo dentro de um contexto internacional bastante distinto do anterior. A crise internacional do petróleo abriu um período recessivo a nível mundial.

Assim, o Governo Geisel estabeleceu como objetivos a consolidação de uma economia moderna mediante a implantação de novos setores, a criação e a adaptação de tecnologias, e o ajustamento às novas realidades da economia mundial. Sua perspectiva era “assegurar a transição ao estágio superior do desenvolvimento” e o estabelecimento de novos esforços no sentido da Integração Nacional. Segundo o II PND, para alcançar tais objetivos seria necessário a presença ativa do Estado (Castro e Souza, 1985).

A política pós-64, especialmente a partir de 1968, colocou as empresas estatais em papel de destaque no processo de industrialização brasileira. As empresas estatais surgiram, pois, “como os instrumentos mais eficientes para a promoção de uma lógica nacionalista da acumulação, isto é, uma lógica que dá à acumulação nacional prioridade sobre a maximização global. O crescimento do setor estatal foi a mais substancial modificação estrutural da propriedade da indústria, durante o período do “milagre”. Em termos quantitativos, o Estado tornou-se a fonte mais importante de capital de investimento. Mais crucialmente ainda, as empresas estatais tiveram papéis-chave no rompimento dos estrangulamentos que o capital nacional era incapaz de superar e o capital estrangeiro não se dispunha a enfrentar independentemente” (Evans, 1980:238).

Foi nesse contexto histórico que surgiram empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em 1942, a PETROBRÁS, em 1953, o BNDE, em 1952 e a ELETROBRÁS, em 1961. As empresas estatais criadas nas décadas de 40 e 50 chegaram à maturidade em fins da década de 60. A PETROBRÁS transforma-se numa das cem maiores empresas do mundo e na maior da América Latina. A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e várias companhias estatais de energia elétrica também obtiveram desempenhos impressionantes (Evans, 1980:192).

A partir de meados dos anos 60, ocorreu a maior expansão do Estado. Em 1976, existiam cerca de 600 empresas governamentais, da União, Estados e Municípios. Desse total, 60% foram criadas no período de 1966 a 1976, se forem consideradas apenas as empresas da União, esse índice sobe para 68,9% (Martins, 1985:60-62). Evans também constatou que, sob os militares, o número de empresas estatais cresceu mais rapidamente do que em qualquer outro período.

O Estado, através dos governos militares, esteve também presente na definição de políticas urbanas. Segundo Schmidt (1983), após março de 1964, pela primeira vez na história brasileira uma política urbana de base nacional foi desenhada. A política urbana começou como política habitacional e desenvolveu-se rapidamente. Foram criados, em 1964, o BNH – Banco Nacional de Habitação e o SFH – Sistema Federal de Habitação. O BNH, até 1967, aplicou seus recursos em construção de habitação. Após essa data, começou a operar programas de desenvolvimento urbano, investindo em programas de saneamento, transporte, equipamentos comunitários e urbanização. Em paralelo, foi criado também o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, para tratamento dos emergentes problemas urbanos, sendo que uma de suas principais tarefas era fornecer assistência técnica para instituições envolvidas em elaborar planos de desenvolvimento local, dentro e fora do setor governamental.

Um dos resultados do processo de industrialização brasileira foi uma intensa urbanização, chegando aos anos 80 com uma concentração populacional de 70% dos habitantes nos centros urbanos, e ainda, com metade dessa população urbana concentrada nas grandes áreas metropolitanas, em condições de miséria urbana, gerando problemas urbanos de toda ordem.

Em Santa Catarina não foi criada pelo governo federal nenhuma região metropolitana, mesmo porque ela não existia de fato. A rede urbana catarinense consolidou-se de forma mais equilibrada em termos de distribuição populacional no seu território. No entanto, isso não significa que não houvesse problemas urbanos em Santa Catarina, pois esses não eram gerados, exclusivamente, pela concentração urbana. Esse fenômeno apenas tornou mais intenso um problema que é um produto das contradições do avanço das relações capitalistas. E o que se viu acontecer nas últimas décadas foi o agravamento dos problemas urbanos e a sua ampliação para além das grandes cidades, tornando-se presente nas médias e pequenas cidades brasileiras.

As cidades catarinenses mais expressivas desenvolveram-se e consolidaram-se enquanto importantes centros regionais. A capital desenvolveu sua função de sede de governo, tornando-se um importante centro administrativo, não somente no sentido burocrático, mas também tornou-se um centro de pesquisa, ensino e assistência técnica, a partir da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e de algumas empresas governamentais.

Na década de 80, as condições políticas e econômicas para o imenso crescimento do Estado desapareceram. Tais condições tinham surgido no período do “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973, e foram ampliadas pela política econômica adotada pelo governo Geisel, que adiou, em parte, através de um forte endividamento externo, as conseqüências da crise mundial, aberta em 1973, pela profunda recessão mundial e pelo choque do petróleo. Assim, no decorrer da década de 80, em meio à crise, uma tendência política de concepção neoliberal ganhou força. Essa política defendeu e implantou, entre outras questões, a redução da ação do Estado, especialmente na economia.

A ação governamental em Santa Catarina no campo da “ação empresarial” havia dado os seus primeiros passos na década de 50 com os governos de Irineu Bornhausen (1952-56) e Jorge Lacerda/Heriberto Hülse (1957-60), principalmente no setor de energia elétrica. No entanto, no Governo de Celso Ramos (1961-65) adotou-se uma ação de governo planejada, herança do período de governo de Juscelino Kubitschek. O aparelho do Estado tornou-se mais complexo e por iniciativa do governo estadual, foram criados um banco estadual e fundos de recursos para financiar o desenvolvimento da economia catarinense. No Governo Celso Ramos, a empresa governamental de energia elétrica, a Celesc, incorporou todas as empresas regionais fornecedoras de energia elétrica, passando a centralizar o fornecimento de energia elétrica para todo o estado de Santa Catarina.

Os governos seguintes, de Colombo Salles e Antônio Carlos Konder Reis, tiveram influência direta dos governos militares de Médici e Geisel. Seguindo a mesma tendência em nível federal, o aparelho de Estado em Santa Catarina teve, igualmente, uma expansão extraordinária nesse período. A expansão do Estado, nas décadas de 60 e 70, e as suas conseqüências sobre o espaço urbano de Florianópolis, será visto no próximo item.

3.2 – FLORIANÓPOLIS INSERIDA NAS FUNÇÕES DO ESTADO

Florianópolis, no período colonial, tornou-se capital da Capitania de Santa Catarina, criada no início do século XVIII. O então povoado de Nossa Senhora do Desterro ascendeu à posição de vila. No período Imperial, foi a capital da Província de Santa Catarina. Em conseqüência, tornou-se cidade como todas as capitais de província no Brasil. Por fim, no período republicano, foi e continua sendo a capital do Estado de Santa Catarina.

Enquanto capital, no seu espaço urbano localizaram-se, ao longo do tempo, diversos equipamentos públicos, infra-estruturas e ainda concentraram-se as sedes dos órgãos públicos e os funcionários públicos, entre outros. Nesse sentido, o espaço urbano da cidade foi marcado, desde o seu princípio, pela presença do Estado. Mas a extraordinária expansão do Estado no Brasil nas décadas de 50, 60 e 70 teve repercussões enormes no espaço urbano de Florianópolis. Não esquecendo de suas próprias peculiaridades históricas, em nenhum outro momento da história de Florianópolis a presença do aparelho de Estado transformou tanto o espaço urbano da cidade como nessas últimas décadas.

O aparelho estatal foi reestruturado para dar conta das suas novas funções e demandas. Foram criadas instituições financeiras, órgãos de pesquisa e desenvolvimento técnico, investiu-se na reestruturação e ampliação da infra-estrutura, melhoria e readequação da educação, objetivando a qualificação da mão-de-obra produtiva do Estado, entre outros objetivos.

O agente estatal passa, a partir de então, a agir em suas múltiplas formas, oferecendo incentivos, créditos, investimentos diretos, planejamento, formação profissional, infra-estrutura, etc., “e ainda, essas instituições públicas propiciaram as condições creditícias ao processo de industrialização de Santa Catarina” (Michels, 1993:253).

Em Santa Catarina, no início da década de 50, assumiu o governo Irineu Bornhausen (1952-56) que pertencia a União Democrática Nacional – UDN. Seu plano de governo foi uma das primeiras iniciativas de planejamento estatal em Santa Catarina. O Plano de Obras e Equipamentos – POE, tinha como objetivo atingir o desenvolvimento através da construção de estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, educação e saúde.

A estrutura administrativa do Governo de Irineu Bornhausen passou a organizar-se em sete secretarias, quatro a mais do que as existentes no período anterior. Alguns novos órgãos foram criados, como a Bolsa Oficial de Valores de Santa Catarina (1951), a Administração do Porto de São Francisco do Sul (1955), o Tribunal de Contas do Estado (1955) e em 1956, a ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, importante órgão de assessoria técnica aos produtores rurais e de extensão rural.

Como conseqüência da ampliação das funções do Estado, foi construída, em Florianópolis, uma sede para abrigar as Secretarias de Estado, o Edifício das Secretarias e o Palácio

Residencial da Agrônômica. E, ainda, foi iniciada a construção de um outro edifício para alojar os órgãos públicos, o Palácio das Diretorias ou Edifício das Diretorias, concluído em 1961 (Foto 01:98).

O governador Jorge Lacerda (1957-58) seguiu praticamente as mesmas prioridades do governo anterior, construiu duas obras fundamentais ao crescimento da indústria catarinense: a primeira rodovia asfaltada feita com recursos estaduais, ligando Itajaí a Blumenau e a constituição da Sociedade Termoelétrica de Capivari – SOTELCA.

No seu governo, foi feito o levantamento aerofotogramétrico do território de Santa Catarina. Na capital, foi iniciada a construção do Instituto Estadual de Educação e dado prosseguimento às obras do Edifício das Diretorias. E ainda, foi elaborada a planificação da Cidade Universitária, no bairro da Trindade, também na capital, onde implantou-se a Faculdade de Filosofia e foi aprovado o convênio de implantação da Faculdade de Medicina.

Heriberto Hülse (1959-60) assumiu o governo de Santa Catarina após a morte do então governador Jorge Lacerda. Entre as obras realizadas pelo seu governo destacam-se: a segunda etapa da SOTELCA, atualmente Usina Jorge Lacerda, localizada no município de Tubarão.

O governo de Celso Ramos marcou o início de uma enorme expansão do Estado, que ocorreu nas décadas de 60 e 70. Através de um levantamento sobre os órgãos públicos criados ao longo dos últimos 100 anos, verificou-se que, de um total de 159 órgãos públicos levantados, 41 foram criados na década de 60, o que representa cerca de 25% do total de órgãos criados em um período de 100 anos (Tabela 02:27). Se for considerado apenas o período do governo de Celso Ramos, foram criados 15 órgãos, representando quase 10% (dez por cento) sobre o total (Faccio, 1997:75).

TABELA 02: ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS CRIADOS POR PERÍODO

PERÍODOS	NÚMERO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	%
Século XIX	9	5,66
1900 - 1919	6	3,77
1920 - 1929	4	2,52
1930 - 1939	9	5,66
1940 - 1949	9	5,66
1950 - 1959	15	9,43
1960 - 1969	41	25,8
1970 - 1979	51	32,07
1980 - 1991	15	9,43
Total	159	100

Fonte: Faccio, 1997:75

Ivo Silveira, governador eleito para o período de 1966 a 1970, deu continuidade ao Plano de Metas do Governo Estadual - PLAMEG I e as obras iniciadas no governo anterior através do PLAMEG II. As bases ideológicas do PLAMEG II (1966-1970) foram a expansão econômica e o progresso social, mas, no entanto, os investimentos em expansão econômica receberam maior prioridade. Foi a partir desse segundo plano que se incrementou a participação do governo federal nos investimentos em Santa Catarina, através de recursos para os programas do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina - FUNDESC (Faccio, 1997:76).

O governo de Ivo Silveira deu início a uma série de obras, dentre essas, algumas construções de sedes de instituições públicas, localizadas em Florianópolis. As mais significativas foram: o novo prédio da Assembléia Legislativa e o prédio do Tribunal da Justiça, ambos localizados na atual praça Tancredo Neves (Fotos 03 e 04:99).

Em março de 1971, assumiu o governo o engenheiro Colombo Machado Salles (1971-1975), indicado pelo governo militar brasileiro. Assumiu o governo de Santa Catarina em pleno período do “milagre brasileiro”, o que lhe garantiu uma enorme soma de recursos financeiros para as obras de seu governo (Fotos 05 e 06:100).

Seu Plano de Governo, o PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento, posteriormente transformado em Ação Catarinense de Desenvolvimento, foi uma versão estadualizada do I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Médici. “O PCD constatava obstáculos ao desenvolvimento catarinense, [tais como]: a desintegração sócio-econômico, deficiência nos transportes, comunicações e crédito e a insuficiência das elites” (Faccio, 1997:78).

A modernização da infra-estrutura, nos setores de comunicação, energia e transporte, somada aos financiamentos e incentivos assegurados pelo Estado às indústrias, permitiu dinamizar as atividades econômicas, principalmente a indústria de Santa Catarina.

Em 1974, Antônio Carlos Konder Reis foi indicado governador de Santa Catarina, para o período de 1975 a 1978, “pela identidade e íntima relação com a ditadura militar”, significando na realidade, um retorno das forças políticas regionais ao cenário político (Faccio apud Carreirão, 1988).

O Presidente da República nesse período era o General Ernesto Geisel, e a condução da política econômica brasileira baseava-se no II PND. O plano de governo de Konder Reis era uma adequação do II PND para a realidade catarinense. Seu governo manteve como ação prioritária a viabilidade das condições para o desenvolvimento da indústria catarinense, através de crédito, financiamentos, infra-estrutura, entre outras. Seu lema de governo, um velho adágio da política brasileira, expressava a importância do Estado para o desenvolvimento da economia catarinense: “Governar é encurtar distâncias” (Faccio apud Michels, 1991).

Em Florianópolis, construiu-se o campus da UDESC, no bairro do Itacorubi, e um dos maiores investimentos em infra-estrutura urbana feito pelo Estado na cidade, a Via de Contorno Norte, continuação da avenida Beira-mar Norte até a UFSC, na Trindade.

Em consequência da política implantada no período pós-64 baseada na intensa intervenção na política do governo, especialmente na economia, onde o Estado teve uma ação no processo produtivo, ocorreu uma grande expansão e um enorme crescimento de todos os setores. Até o final da década, continuou o crescimento explosivo. Se tomar as décadas de 60 e 70 como referência, constata-se que nesse período o número de novos órgãos públicos criados foram de 41 e 51 órgãos, respectivamente, em um universo de 159 órgãos levantados, no período de 1900 a 1991 (Tabela 02:27).

Jorge Konder Bornhausen (1979-1982) foi o último governador indicado pelo regime militar. A escolha de seu nome também teve o apoio determinante do Ministro Golberri do Couto e Silva. O período de governo de Bornhausen pertencia a um outro momento político e econômico da história do país. O seu plano de governo refletia esse novo momento, apontado para uma diminuição da ação estatal na economia, já revelando os sinais da crise econômica e do estado brasileiro. Assim, as diretrizes básicas do seu plano de governo elegiam como prioridade “a agricultura, a indústria e o comércio, com destaque para o fornecimento de incentivos às agroindústrias e aos empréstimos de apoio e concessão de estímulo às indústrias básicas, comunicações, energia, recursos naturais e transporte” (Michels, 1993:293).

Algumas de suas ações de governo foram a pavimentação das estradas de ligação ao Pântano do Sul, Barra da Lagoa e Sambaqui, a construção do Centro Integrado de Cultura – CIC e o Terminal Rita Maria, obras localizadas em Florianópolis (Faccio, 1997:83).

Esse período de transição política brasileira, chamado de “Abertura”, iniciou um processo de declínio do Estado intervencionista e, em paralelo, ocorria o agravamento da crise econômica. O crescimento do aparelho do Estado sofre um visível declínio no governo de Jorge Bornhausen e nos governos seguintes de Esperidião Amin e Pedro Ivo Campos. Na década de 80 e início da década de 90, houve um crescimento de pouco menos de 10% na criação de novos órgãos públicos, um terço do crescimento da década anterior que foi de 32%, em relação ao total de órgãos levantados (Tabela 02:27).

Os governadores Esperidião Amin (1983-87) e Pedro Ivo Campos/Cacildo Maldaner (1987-91) foram eleitos por voto direto. Os mais significantes órgãos criados, nesse período, foram o Centro de Biometria Médica (dec.19.324/83), no governo Esperidião Amin e a criação de três secretarias: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente – SEDUMA; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e Secretaria Especial em Brasília (leis 7.121/87 e 7.122/87), no governo Pedro Ivo Campos a PRODASC foi transformada em CIASC – Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina (dec. lei 07/87) (Faccio, 1997:83).

Nos governos seguintes, após 1991: Wilson Klainumbing (1991-95), Paulo Afonso Vieira (1995-99) e novamente de Esperidião Amin (1999 a 2003), as administrações são realizadas com poucos recursos financeiros.

Após relato sobre os governos de Santa Catarina, instalados em Florianópolis, Capital do Estado e destaque de algumas obras mas relevantes, no período de Irineu Bornhausen (1952) a Pedro Ivo Campos/Cacildo Maldaner (1991), destaca-se no próximo item a criação de órgãos públicos federais.

3.3 – A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS EM SANTA CATARINA

Dentre as Instituições públicas federais implantadas, a partir da década de 30, na capital do Estado, certamente a Universidade Federal de Santa Catarina e a Eletrosul estão entre as mais importantes. Analisando-as isoladamente, pode-se dizer que resultaram em um forte impacto no espaço urbano de Florianópolis, como se observará no capítulo seguinte.

Entretanto, não se pode deixar de considerar uma série de outras instituições federais que isoladamente não causaram tanto impacto no espaço urbano de Florianópolis, mas que, analisadas em conjunto, ganharam dimensão. Trata-se principalmente, dos órgãos e empresas públicas federais que foram criadas nas décadas de 60 e 70, durante o regime militar.

Na década de 40, foram construídos os prédios do Banco do Brasil, localizado na Praça XV de Novembro, e o edifício do IPASE, localizado na praça Pereira Oliveira, atual prédio do INSS. No final da década de 50, foram construídas as sedes do 5º Distrito Naval, no bairro da Agrônômica, da Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Estreito, e o prédio da Escola Técnica Federal.

No entanto, foi a partir da década de 60, e mais intensamente na década de 70, que as instituições públicas federais se fizeram mais presentes no espaço urbano de Florianópolis. A política centralizadora do regime autoritário que se instalou a partir de 64 ampliou e centralizou o aparelho de estado tanto em nível federal como estadual, com o objetivo de possibilitar o controle das decisões. Essa concentração política e de recursos financeiros ocorreu em dois níveis, na capital federal, e nas capitais dos estados.

Uma série de órgãos públicos, planos e programas de financiamentos foram criados pelo governo federal no sentido de centralizar e coordenar os serviços públicos e a produção de infraestrutura básica, incorporando sistemas regionais e locais que existiam, anteriormente, em todo o território nacional, implicando em reformulações dos aparelhos de estado dos governos estaduais. Esse processo ocorreu mais intensamente entre o final da década de 60 e meados da década de 70, principalmente nos Governos Médici e Geisel.

Os principais órgãos do governo federal instalados em Florianópolis tiveram as suas sedes construídas, na sua maioria, na década de 70. Foram construídas nesse período as sedes do DNER (1978/79, 2ª sede), do Instituto de Previdência, atual INAMPS (1975), da EMBRATEL (1976), e do IBAMA, antigo IBDF (1976), entre outras.

A criação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a transferência da ELETROSUL para Florianópolis tiveram um importante papel no contexto das transformações urbanas da cidade. Por isso, analisar-se-ão as instituições de forma específicas, inclusive porque trata-se de processos que tiveram reflexos profundos no espaço florianopolitano objeto da pesquisa empírica que embasou este trabalho.

3.3.1 – A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Na década de 50, começou-se a “idealizar” a criação de uma universidade para o estado de Santa Catarina. Um grupo de professores desejava uma Universidade particular, proposta que evoluiu para uma Universidade Estadual; este grupo era liderado pelo Prof. Henrique da Silva Fontes. O outro grupo, liderado por Ferreira Lima, defendia uma Universidade Federal, pois acreditava que o governo do Estado não possuía recursos para a manutenção de uma universidade (Ferreira Lima, 1980:51-53). A Faculdade de Direito, federalizada em 1956 (lei nº 3.038/56), teria sido o germe da Universidade Federal de Santa Catarina (Ferreira Lima, 1980:22).

O Prof. Henrique Fontes obteve as primeiras vitórias nessa disputa, pois conseguiu junto ao Governo do Estado, em 1955, a aprovação da lei de criação da “Fundação Universidade Estadual de

Santa Catarina”. Obteve ainda a doação de terreno, a então “Fazenda Assis Brasil”, no bairro da Trindade, para a construção do Campus da Universidade Estadual, a Cidade Universitária de Santa Catarina. A vitória obtida por Fontes junto ao Governo do Estado teria ocorrido por razões políticas, visto que o Governador Irineu Bornhausen e o Prof. Fontes pertenciam ao mesmo partido, a UDN. Por sua vez, Ferreira Lima pertencia ao PSD, partido rival da UDN, razão pela qual a idéia da Universidade Federal foi inicialmente preterida (Faccio, 1997:87 in Barbosa, 1960).

A principal razão em defesa de uma Universidade Federal era a garantia dos recursos necessários para a sua implantação, recursos esses que o governo estadual não dispunha. Assim, em 1960, a partir de uma nova conjuntura no Estado de Santa Catarina, e contando com o apoio de Nereu Ramos, então presidente do PSD catarinense e Ministro da Justiça, o que teria contribuído, junto ao Governo Federal no encaminhamento da criação da Universidade Federal, foi formada uma comissão suprapartidária, encabeçada por Heriberto Hülse, governador de Santa Catarina na época, com o objetivo de reunir-se em audiência com o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, para o pedido formal de criação da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi aprovada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 (Ferreira Lima, 1980:51-57).

O Governo do Estado autorizou a doação dos terrenos da Fazenda Assis Brasil, na Trindade, à Universidade Federal. E tornou extinta a Fundação Universidade de Santa Catarina, criada em 1955, pelo então Governador Irineu Bornhausen. A Universidade foi, inicialmente, estruturada a partir das faculdades existentes na capital, sendo elas: Direito, criada em 1932 e federalizada em 1956; Farmácia e Odontologia, criada em 1946 e desmembrada em 1960; Ciências Econômicas, criada em 1944; Filosofia, Ciências e Letras, desde 1952, e Medicina, desde 1957; sendo criada também a faculdade de Engenharia, cuja expectativa era que fosse, no futuro, um grande Centro Tecnológico. Em 1959 e 1960 foram fundadas, respectivamente, as Faculdades de Serviço Social e Medicina (Peluso, 1991:319).

Foi estabelecido que a contratação de professores para a Universidade Federal deveria ser por meio de concurso público (títulos e provas). Ferreira Lima, ao constatar que se incluíam neste procedimento também os professores das antigas Faculdades, encaminhou emenda para que os professores catedráticos fundadores das faculdades criadas ou em funcionamento, antes de 18 de setembro de 1946, fossem nomeados professores efetivos. Com base neste dispositivo, deu-se início ao

processo de nomeação de cerca de 300 pessoas, entre professores e funcionários, para compor o quadro da Universidade Federal (Ferreira Lima, 1980:68, 69 e 75).

Em setembro de 1961, o primeiro Conselho Universitário, composto por 49 professores, elegeu para Reitor o Professor Ferreira Lima, sendo empossado como tal em 25 de outubro do mesmo ano (Ferreira Lima, 1980:86 e 87). A Universidade instalou-se provisoriamente, no prédio da Faculdade de Direito, na área central da cidade, e os cursos oferecidos mantiveram-se nos edifícios das antigas escolas isoladas que a Universidade incorporou, no centro da cidade, até a implantação do Campus Universitário, no bairro da Trindade.

O curso de Engenharia, que foi criado juntamente com a Universidade, viabilizou-se por meio de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o empréstimo de professores, ainda em 1962, originando o que é hoje o Centro Tecnológico. Um dos professores cedidos, assumindo o cargo de Diretor do curso, foi o Prof. Caspar Erich Stemmer, que viria a ser mais tarde, Reitor da UFSC. O curso iniciou em maio de 1962 no prédio construído para esse fim, no térreo onde funcionava a Reitoria, na rua Bocaiúva. Funcionou neste local até a sua transferência para o Campus da Trindade (Ferreira Lima, 1980:78).

Para se ter idéia do que representou a presença da Universidade Federal na cidade, Ferreira Lima afirma que nos primeiros 10 anos de sua existência, o seu orçamento foi sempre, várias vezes maior do que o da Prefeitura da Capital (Ferreira Lima, 1980:54).

a) A implantação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina

O Campus da Universidade Federal de Santa Catarina foi implantado em área doada pelo Governo Estadual, terreno da Fazenda Estadual “Assis Brasil”, anteriormente destinada à construção do Campus da Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina e onde já haviam sido iniciadas algumas construções.

A proposta de construção de uma cidade universitária na Trindade gerou, durante alguns anos, muita polêmica. Segundo Sugai (1994:67), “havia o empenho de setores das elites locais na

implantação do futuro campus universitário na área da Fazenda Estadual Assis Brasil, antigas terras comunais da Trindade.” No entanto, a proposição havia sido descartada pelos autores do Plano Diretor Municipal de 1954, que propuseram a instalação da universidade no centro urbano, na Baía Sul, próximo ao Hospital de Caridade, em terreno de aterro sobre o mar (UFSC/SEPLAN/CEFi, 1996). Consideravam que a área na Trindade estava fora de direção real do crescimento urbano. (Figuras 06:108 e 07:109)

Na década de 60, a polêmica sobre a localização do campus universitário continuou. Para alguns, Florianópolis já era uma cidade universitária. A possibilidade de instalação do Campus na Trindade, nos anos sessenta, ainda era inimaginável, não havendo qualquer perspectiva, pelo menos por parte de alguns setores sociais, da expansão urbana ocorrer em direção à área da Trindade.

Parecia difícil imaginar que a cidade poderia expandir-se para “além morro”. A área destinada para a instalação do Campus Universitário na Trindade era, então, imaginada apenas para as instalações do curso de Agronomia, portanto, um espaço rural, e não um espaço que pudesse vir a ser urbano. A cidade estava restrita à área insular delimitada pelas baías Norte e Sul e o morro da Cruz.

Um dos idealizadores da Universidade Federal, também considerava inviável a implantação do Campus na Trindade. A área estava localizada na “bacia hidrográfica de um painel cercado de morros” (Ferreira Lima, 1980:159), e o terreno alagadiço exigiria obras de canalização, drenagem e estaqueamento muito caras para viabilizar as construções; a estrada que fazia a ligação entre a cidade e a Trindade era de terra, não havendo quase condução coletiva; os serviços de água e luz eram precários; inexistia tratamento de esgoto (Ferreira Lima, 1980:159-160).

O crescimento teve seus aspectos negativos. “faltou um planejamento conjunto entre o município e a Universidade. O IPUF tinha conhecimento de que aqui havia um espaço físico planejado para a circulação de mais de 10 (dez) mil pessoas por dia e durante muito tempo relegou isso, não deu acesso e vias adequadas, não teve um planejamento, deixou que houvesse favelização dos morros e isso foi tudo falha do município” (Ferreira Lima, *Jornal Universitário* - março/2001).

Por fim, o Conselho Universitário decidiu, em 1962, instalar o Campus Universitário na Trindade (15ª sessão do CUn, em 27/11/62). Segundo Maria Inês Sugai, a decisão ressaltava a existência de interesses dos setores dominantes da elite local na expansão da cidade para as áreas ao

norte e nordeste da Ilha de Santa Catarina. “Sabia-se que a implantação do campus universitário na Trindade iria interferir, a médio prazo, e dependendo dos investimentos urbanos efetuados pelo Estado, na expansão e na estrutura urbana de Florianópolis. Representava, sem dúvida nenhuma, uma imensa frente de expansão e investimentos para o capital imobiliário (Sugai, 1994:79).

As verbas disponíveis para a construção do Campus, segundo Ferreira Lima, eram limitadas, e, assim, optou-se por construir um Campus concentrado, para redução das despesas. “A área para construção do Campus foi fixada em pouco menos de 40 hectares, com prédios de até dois andares e de preferência térreos, com o que seriam afastadas as altas despesas de elevadores, consumo maior de energia e estaqueamento mais profundo. Por último, foi fixado um número máximo de 10.000 (dez mil) alunos, considerado o número ideal de alunos para uma Universidade de tipo médio” (Ferreira Lima, 1980:162-163).

O início efetivo da ocupação da Universidade Federal, na Trindade, ocorreu a partir de 1965 e na década de 70, recebendo seus maiores investimentos. A reforma universitária implantada em 1970 teve em grande parte a responsabilidade pela consolidação do Campus na Trindade, tornando-o uma realidade irreversível, impulsionando a transferência das faculdades para o Campus Universitário (Foto 07:101 e 10:103).

b) A Universidade Federal de Santa Catarina hoje

Criada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, a Universidade Federal de Santa Catarina é uma jovem universidade nos seus 40 anos, mas é, ao mesmo tempo, a mais antiga das instituições de ensino superior de Santa Catarina, e sua existência foi vital para a expansão do ensino superior neste estado.

Além de desempenhar papel de importância no ensino de graduação, com 39 cursos, 52 habilitações e 67 opções, que se constituem em padrão de referência regional e se situam entre os melhores do país, a UFSC é a principal instituição de pesquisa e o maior e mais importante centro de pós-graduação do estado, com 40 cursos de mestrado na sede, 70 fora da sede e 02 profissionalizantes, e 24 cursos de doutorado, sendo 21 na sede e 3 fora da sede.

Atualmente, a UFSC conta em seu quadro com 1.658 professores, sendo 877 doutores, 560 mestres, 122 especialistas e 99 professores com graduação, além dos 262 com contrato temporário (professor substituto). Seu corpo docente representa a maior força de trabalho intelectual no campo do conhecimento de Santa Catarina, constituindo-se uma viga mestra para o desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia regional.

Ao longo de sua existência, a UFSC estabeleceu fortes vínculos com a sociedade catarinense e nacional, através da sua importante participação científica, cultural, social e econômica.

Hoje, essa Instituição, além dos docentes de ensino superior, também apresenta 162 docentes de ensino fundamental e médio, onde 03 são doutores, 44 mestres, 79 especialistas, 36 graduados e 03 com formação de 2º grau completo. No quadro de servidores técnico-administrativos conta com 2.912 servidores, sendo 730 na categoria de nível superior, 1.859 na categoria de nível médio, destes 482 com formação superior e 323 de nível de apoio. Ainda, segundo o Departamento de Administração Escolar – DAE, a UFSC conta com 29.099 alunos matriculados, sendo 10.133 nos cursos de pós-graduação (1.645 no Doutorado, 5.462 no Mestrado, e 3.026 na Especialização), 17.115 matrículas no Ensino Superior, sendo 16.696 na Graduação e 419 no Magister. No ensino básico conta com 399 matrículas de ensino médio, 511 matrículas de técnico e 670 matrículas de ensino fundamental. Não esquecendo dos 271 alunos matriculados no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (Folder – UFSC/2001).

Desde que foi criada, a Universidade Federal de Santa Catarina desempenha suas atribuições, diretamente relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, à extensão universitária e a prestação de serviços. São muitos os projetos de extensão voltados à comunidade, tais como atividades didáticas para a terceira idade, atividades desportivas, educação infantil, ensino médio e atendimento psicológico, entre outros. Só na área da saúde, no ano passado, foram atendidas em torno de 120 mil pessoas na emergência do Hospital Universitário/HU, sendo o único inteiramente gratuito do Estado, como também a Clínica Odontológica.

Ao completar quatro décadas de existência, a UFSC é pioneira em alguns setores. É o caso do Fórum Universitário, instalado no início de 1999, primeiro no Brasil a funcionar dentro de uma Universidade, atendendo a população através do julgamento de casos com valores que não ultrapassam 40 salários mínimos. Também o Grupo de Ajuda Mútua é o primeiro a usar o espaço universitário para

tratar dependentes de drogas, obtendo resultados acima da média. O Laboratório de Ensino a Distância é outra atividade de destaque da Universidade. Já formou mais de 20 mil pessoas com tele-aulas, videoconferências e teleconferências.

Com 1.020.768,63 metros quadrados em terreno e 249.496,79 metros quadrados em área construída (24%), o campus da UFSC se assemelha a uma minicidade dentro de Florianópolis. Possui alojamentos, centro desportivo, restaurantes (o Restaurante Universitário serviu 433.000 refeições no ano de 1999 e 319.519 refeições no ano de 2000³), bares, bancos, bibliotecas (a Biblioteca Central tem 264.754 volumes), prefeitura, editora, hospital, farmácia, teatro, museus, 11 centros de ensino, centro de convivência e uma série de outras benfeitorias necessárias ao desenvolvimento das atividades universitárias (Foto 13:105).

3.3.2 – A TRANSFERÊNCIA E INSTALAÇÃO DA ELETROSUL PARA FLORIANÓPOLIS

As primeiras tentativas para suprir de energia elétrica os centros urbanos catarinenses datam da primeira década do século, através de iniciativas públicas e particulares. As iniciativas particulares ocorreram, principalmente, na região norte, com destaque para os municípios de Joinville, São Francisco, e Vale do Itajaí, a partir de 1906. A iniciativa pública lançou-se, em 1907, na construção da Usina Maroim, hidrelétrica situada no município de São José, visando o suprimento das instalações de luz e força para a capital catarinense. O sistema de iluminação pública a gás de Florianópolis foi substituído pelo sistema elétrico, em 1910⁴.

No início da década de 50, essa situação manteve-se praticamente inalterada. A necessidade de energia no Estado de Santa Catarina era, até então, suprida por empresas de pequeno porte, que operavam sistemas isolados. Assim, o governo catarinense constituiu a Celesc em 1955, que passou a operar como empresa holding, respondendo pelo planejamento do setor no estado (Eletrosul, 1993:9). Mesmo com essas iniciativas, o fornecimento de energia no estado de Santa Catarina ainda era insuficiente.

³ No ano de 2000 houve uma redução no número de refeições fornecidas pelo RU, tendo em vista a greve dos servidores públicos federais, como também o grande número de restaurantes próximos nas áreas adjacentes da UFSC.

⁴ Grupo de pesquisa da Celesc, sobre a história da energia elétrica em SC. (Faccio, 1997:89)

Essa situação começou a mudar apenas na década de 60 com a iniciativa do governo federal, que “representou um momento de grande importância para a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento do setor de energia elétrica brasileiro, baseado na expansão da empresa pública e no esforço integrado de planejamento” (Eletrosul, 1993:13). Com esse objetivo, foram criados o Ministério das Minas e Energia, em 1960, e a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A, em 1962, conferindo um caráter irreversível à intervenção do Estado nas atividades de energia elétrica no Brasil e criando um sistema nacional, integrando as empresas regionais de fornecimento de energia (Faccio, 1997:90).

Em 23 de dezembro de 1968, foi constituída a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A – Eletrosul. A empresa foi criada numa conjuntura marcada por acelerado crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”. Em 1973, a economia cresceu 11,4%, taxa jamais registrada na história do país. O desempenho do setor de energia elétrica durante esse período foi caracterizado por um intenso surto de expansão (Eletrosul, 1993:13).

A Eletrosul foi constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro. A empresa tinha por objetivo realizar estudos e projetos, construir e operar usinas produtoras e linhas de transmissão de energia elétrica na Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), fazendo parte também, o Estado do Mato Grosso do Sul, integrando seu sistema ao resto do país (Eletrosul, 1992:13).

Em meados da década de 70, o Ministério das Minas e Energia determinou que as sedes das subsidiárias da Eletrobrás fossem localizadas nas respectivas áreas de atuação, consequência da política do governo federal de descentralização dos órgãos. Assim, a Eletrosul iniciou o processo de mudança no primeiro semestre de 1975, e em abril de 1977, já estava funcionando integralmente em Florianópolis. A transferência da sede e do escritório central da Eletrosul de Brasília e do Rio de Janeiro para Florianópolis também foi uma consequência do aumento da demanda por energia elétrica, sendo a transferência caracterizada como o “evento de maior destaque nesses anos no plano administrativo” (Eletrosul, 1993:23).

Em paralelo à disputa política, já com o indicativo de transferir a Eletrosul para Florianópolis, foi feita uma pesquisa para verificar a aceitação, pelos funcionários a serem transferidos para a cidade de Florianópolis para sediar a empresa. Foi feito, ainda, um levantamento da infra-

estrutura que Florianópolis dispunha para atender a nova demanda. O resultado da pesquisa revelou a preferência dos funcionários por Florianópolis. Essa preferência, entre outras razões, teria ocorrido em função das semelhanças físico-ambientais de Florianópolis com o Rio de Janeiro, como a ligação com o mar e a existência de praias. A questão da melhor qualidade de vida pesou sobre outros aspectos no processo de escolha da cidade-sede. Curitiba e Porto Alegre já eram grandes cidades e dispunham de uma maior infra-estrutura. No entanto, Florianópolis era uma “cidade tranqüila”, onde a qualidade de vida compensaria as suas deficiências em termos de infra-estrutura e serviços urbanos⁵.

Essa pesquisa, cujo resultado indicou a preferência dos funcionários transferidos para Florianópolis, serviu para consolidar uma decisão de ordem política, na qual Santa Catarina, e especificamente a sua capital, foi escolhida para sediar a Eletrosul.

Com a decisão tomada, a empresa forneceu viagens a Florianópolis para os funcionários e suas famílias que seriam transferidos. Com duração de uma semana, a viagem tinha o objetivo de possibilitar o reconhecimento da cidade e viabilizar moradia. Em 1975, veio do Rio de Janeiro o primeiro grupo, constituído de seis funcionários da Eletrosul, cuja tarefa era de viabilizar a transferência da empresa para Florianópolis. Em julho do mesmo ano, foram criados dois departamentos, com a transferência de 40 funcionários vindos de Porto Alegre. Os funcionários transferidos do Rio de Janeiro vieram em três etapas, entre janeiro e julho de 1976 e janeiro de 1977, período esse coincidente com o período de férias escolares.

TABELA 03: FUNCIONÁRIOS DA ELETROSUL POR PERÍODO DE CONTRATAÇÃO

PERÍODO	Nº ABSOLUTO	%
Antes de 1975	313	9,4
1976 - 1980	1.337	39,9
1981 - 1985	466	13,9
1986 - 1991	1.234	36,8
Total	3.350	100

Fonte: Faccio, 1997:92

⁵ Entrevista com João Carlos Carneiro Bressane, funcionário da eletrosul, tendo participado da equipe de trabalho responsável para viabilizar a transferência da Eletrosul para Florianópolis, à mestrandia Maria da Graça Agostinho Faccio. (Faccio, 1997:91)

No período em que a Eletrosul instalou-se em Florianópolis, entre 1976 e 1980, a empresa contratou quase 40% do seu quadro. Constatou-se que além de receber os funcionários transferidos, Florianópolis registrou um considerável aumento na oferta de postos de trabalho, pois o quadro de funcionários para a sede administrativa da Eletrosul foi preenchido com pessoal local. A oferta de empregos foi sendo ampliada, nos anos seguintes, a partir das aposentadorias. Justamente por isso, deve-se ressaltar que os dados anteriores a 1975 não refletem o número real de funcionários transferidos, já que muitos desses aposentaram-se.

O processo de transferência dos funcionários da Eletrosul, em sua maioria vindos do Rio de Janeiro, iniciou-se em 1975 e foi concluído em 1977. No período entre 1975 e 1978, a empresa funcionou, provisoriamente, no centro da cidade, em vários imóveis alugados, espalhados pela cidade. Entre esses estavam: o Edifício Trajano, localizado na rua Trajano; os Edifício Aliança e Carlos Maia, na rua Felipe Schmidt; Edifício Apolo, na rua Tenente Silveira; e a garagem estava localizada na antiga fábrica da empresa Hoepcke, na rua Hoepcke. (Eletrosul, 1993).

A sede administrativa da empresa foi localizada no bairro do Pantanal, próximo à Universidade Federal, em terreno doado pelo governo estadual. A obra foi iniciada em 1976 e inaugurada em 1978, com um total de 22.000 m² de área construída. Além da sede administrativa, foi construído, posteriormente, no Sertão de Imaruí, São José, uma grande unidade, construída de laboratórios, na área de engenharia de sistemas, entre outras⁶.

Florianópolis não possuía infra-estrutura urbana suficiente para receber o acréscimo de demandas provocado pela instalação da Eletrosul na cidade. Assim, surgiram os mais variados problemas, desde encontrar moradia para os funcionários transferidos até contratar mão-de-obra para completar o quadro de funcionários da empresa. Florianópolis não dispunha de oferta de imóveis e serviços urbanos para atender essa nova demanda, constituída por cerca de 600 famílias.

Os funcionários transferidos situavam-se em níveis altos de qualificação profissional e enquadramento salarial⁷. Assim, o impacto causado pelo acréscimo populacional não foi devido apenas ao aspecto numérico, mas principalmente pela capacidade de consumo desse grupo, gerando uma enorme demanda por todo o tipo de serviços e infra-estruturas urbanas.

⁶ Entrevista com João Carlos C. Bressane, funcionário da Eletrosul. (Faccio, 1997:117)

O grupo de funcionários transferidos constituía-se de pessoas com qualificação profissional acima da média local e, ainda, dispunha de salários muito acima da renda média da cidade. Além disso, os funcionários tiveram um adicional de 30% nos salários, por dois anos, como forma de incentivo à transferência. Esses salários causaram um significativo impacto sobre a economia local.

Imagina 500 apartamentos numa cidade do tamanho de Florianópolis isso é um impacto fantástico, supermercados, comércio, cabeleireiro, casa de praia, a injeção de dinheiro na cidade é espetacular, [...] Entrevista com Fernando Marcondes de Mattos à mestrandia em Geografia Maria da Graça Agostinho Faccio (Faccio, 1997:118).

A primeira e mais importante dificuldade encontrada, para efetuar a transferência, foi viabilizar moradia para os funcionários, pois a cidade não dispunha de oferta de imóveis para alugar ou comprar. Quando isso era possível, por um certo “conservadorismo local”, não o faziam para pessoas solteiras. O edifício Arthur, no alto da rua Felipe Schmidt, num primeiro momento, foi uma das poucas alternativas encontradas, chegando a ter mais de 30% de sua ocupação constituída por funcionários solteiros da Eletrosul.

Eu mesmo não conseguia alugar um apartamento, porque eu era solteiro! [...] solteiro tinha dificuldade de alugar um apartamento, [...] eu morei três meses em hotel porque eu não conseguia alugar, na hora que tinha que fazer a ficha de cadastro [...] o próprio condomínio não aceitava; isso em 1975! [...] Houve os mais diversos tipos de problemas com a questão imobiliária [...] Entrevista com João Carlos C. Bressane, funcionário da Eletrosul à mestrandia Maria da Graça Agostinho Faccio (Faccio, 1997:118).

Diante dessas dificuldades, a Eletrosul teve que viabilizar várias alternativas para garantir moradia para os seus funcionários. “Para suprir as necessidades de moradia dos seus empregados, a Empresa empreendeu um programa de construção de unidades residenciais, vendidas aos empregados através da Fundação ELOS” (Eletrosul, 1993:23).

Para os funcionários mais “graduados”, a empresa construiu dois condomínios fechados: na Carvoeira, próximo à Eletrosul, e em Itaguaçu, área residencial de classe mais alta localizada na parte continental da cidade. Também foram adquiridos vários terrenos, entre esses, cerca de 50 lotes no jardim Anchieta. A aquisição de moradia num plano de financiamento oferecido pela Eletrosul teve o caráter de incentivo à transferência dos funcionários.

⁷ Não foram transferidos os funcionários de nível médio e serventes. Esses cargos foram preenchidos com pessoal local.

Para funcionários de outros níveis, foi construído o Condomínio Elos, no início do bairro Córrego Grande, próximo à UFSC. Entre outras alternativas, incluíam-se ainda os financiamentos promovidos pela ELOS. Nesse aspecto, a vinda da Eletrosul contribuiu muito para a expansão do mercado imobiliário. O setor imobiliário, principalmente, e os setores de comércio e serviços tiveram um enorme crescimento e expandiram-se no decorrer dos anos seguintes.

Mais recentemente, em 23/12/97 ocorre a sizão da Empresa onde a mesma passa a operar somente com a transmissão de energia elétrica nos estados do sul e no estado do Mato Grosso do Sul, sendo terceirizada a parte de geração de energia, ficando então, a produção de energia elétrica a cargo de outra empresa denominada de GERASUL, com novas instalações, localizada no centro de Florianópolis.

Após um ano da sizão da empresa, em 23/12/98, através de Centésima Quarta Assembléia Geral Extraordinária, é aprovada por todos os acionistas a alteração da razão social da empresa, passando de “Centrais Elétrica do Sul do Brasil S/A” para “Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A”, que continuará usando a sigla “ELETROSUL”, sendo uma sociedade anônima subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, possuindo todo o seu investimento em transmissão localizado na Região Geoelétrica do Sul, formada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul que, além de apresentar crescimento expressivo é, detentora de reservas minerais e recursos hídricos ainda não explorados.

A direção executiva da empresa (após sizão), está a cargo de um colegiado de diretores, subordinado ao Conselho de administração, que tem mandato de três anos. A estrutura organizacional possui também 9 departamentos, 7 assessorias, 1 secretaria geral e 25 divisões. O quadro de pessoal é composto por 1.321 empregados (junho/00) (Relatório Anual da Eletrosul, 2000).

Assim, observa-se que a implantação do Campus Universitário da UFSC, na Trindade, e da Eletrosul, no Pantanal, na década de 70, provocaram grandes impactos no espaço urbano de Florianópolis, contribuindo especialmente para a transformação do bairro da Trindade e para a abertura de uma vasta área de expansão urbana na bacia do Itacorubi. Ocorreu uma transformação da cidade, nos anos seguinte, sob vários aspectos, desde a paisagem até mudanças de valores culturais. (Figura 03:55)

Dessa forma, a expansão urbana da cidade para as áreas da bacia do Itacorubi situadas a leste do Morro do Antão, formando os bairros da Trindade, Itacorubi e adjacentes ocorreu de forma quase paralela, em processos de crescimento urbano simultâneo.

Como será visto no próximo capítulo, o crescimento habitacional e populacional em Florianópolis, mais especificamente, nos bairros da Trindade e áreas adjacentes, conforme objetivo de estudo, tem muito a ver com a criação desses dois grandes órgãos federais, pois foi através deles que se desencadeou todo um processo de desenvolvimento e valorização imobiliária, nessa região.

CAPÍTULO IV

A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO RECENTE

4.1 – CRESCIMENTO POPULACIONAL

Como vimos nos capítulos anteriores, no período militar, especialmente entre 1968 e final da década de 70, intensificou-se o processo de expansão do Estado brasileiro, que vinha se desenvolvendo desde a década de 30, visando dar condições para o desenvolvimento da indústria nacional. Em Santa Catarina, as primeiras iniciativas no sentido de criar as condições para o desenvolvimento da indústria estadual ocorrem na década de 50, mas foi no Governo de Celso Ramos (1961-65), que as ações governamentais intensificaram-se, sendo ampliadas, na década de 70, a partir de uma nova conjuntura nacional, sob o regime militar.

Durante esse período, muitos órgãos públicos foram criados em consequência da ampliação das funções do Estado, nas questões sociais e, principalmente, nas questões econômicas. Uma das expressões espaciais desse processo foi a construção de sedes administrativas dos órgãos públicos, localizadas na capital catarinense.

No período militar, intensificou-se o processo de centralização dos serviços e setores administrativos. Esta centralização influenciou o desenvolvimento urbano de diversas capitais. Florianópolis, pelas características da formação e desenvolvimento do seu espaço urbano, sofreu uma grande transformação urbana em consequência da expansão do Estado, impulsionando uma nova dinâmica urbana para a capital.

A ampliação e localização dos diversos órgãos públicos em Florianópolis, principalmente na década de 70, constituíram um dos elementos principais de transformação do seu espaço urbano nas décadas de 70 e 80. Algumas das consequências da expansão do Estado no espaço urbano de Florianópolis foram o crescimento populacional, aumento da população migrante em relação à população nativa, ampliação da classe média, expansão da malha urbana, especialização maior do setor de serviços, entre outros.

Dois fatores foram responsáveis pelo crescimento da população de Florianópolis, na década de 60: a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação da BR-101. No entanto, os elementos indutores do crescimento urbano de Florianópolis mostraram-se mais amplos diante da dimensão tomada pelo crescimento do Estado como um todo, tanto em nível federal como estadual. Assim, embora algumas instituições públicas tenham tido algum destaque, em termos de impacto urbano, o processo de crescimento urbano ocorreu, principalmente, devido ao crescimento do aparelho de Estado como um todo, especialmente na década de 70, com conseqüências diretas no espaço urbano da capital nas décadas de 70 e 80.

O crescimento populacional de Florianópolis, aparentemente, não está expresso nos dados sobre população, já que as taxas de crescimento populacional nas últimas décadas decresceram, com exceção do ano de 1950, que registrou um elevado aumento populacional. Esse fato, entretanto, deve-se à anexação da área continental (Vila de João Pessoa, atual bairro do Estreito, antes pertencente ao Município de São José), ao Município de Florianópolis em 1943 (Tabela 01:19).

No entanto, umas das conseqüências do crescimento urbano na década de 70 foi a expansão e adensamento da malha urbana na área continental, ultrapassando os limites territoriais dos municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Justamente nesses municípios foram registrados índices muito altos de crescimento populacional desde a década de 60. Na década de 70 foram registradas as maiores taxas de crescimento, especialmente nos municípios de São José (106,46%) e Palhoça (84,15%). Esses índices sofreram redução na década de 80, mas continuaram muito altos.

TABELA 04: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS E MUNICÍPIOS VIZINHOS: PERÍODO DE 1949 A 2000

MUNICÍPIOS	1949 a 1959	1959 a 1970	1970 a 1980	1980 a 1991	1991 a 1996	1996 a 2000
Florianópolis	45,68%	40,42%	35,81%	35,70%	6,41%	22,30%
São José	47,89%	97,50%	106,46%	58,65%	5,92%	14,70%
Biguaçu	12,12%	11,56%	39,75%	58,76%	17,70%	19,30%
Palhoça	21,78%	44,76%	84,15%	79,58%	18,85%	26,10%
Gov. C. Ramos	40,90%	83,13%	3,88%	23,27%	12,82%	6,16%
Sto Amaro Imp.	22,38%	18,89%	9,22%	17,73%	9,35%	7,65%

Fonte: Sugai, 1991:233

IBGE: Contagem da População de 1996 e Censo Demográfico de 2000

Na década de 70, ocorreu a consolidação da parte continental do Aglomerado Urbano de Florianópolis como área de expansão periférica da cidade, onde se localizaram, principalmente, as moradias da população de renda baixa e média baixa. Um levantamento dos conjuntos habitacionais populares promovidos pela COHAB/SC no Aglomerado Urbano de Florianópolis – AUF, revelou que, de um total de 22 conjuntos habitacionais, 20 estão localizados na área urbana continental (levantamento dos conjuntos habitacionais populares promovidos pela COHAB-SC, no período de 1966 a 1990). O município de São José recebeu o maior número de conjuntos habitacionais do aglomerado urbano, cerca de 56% do total. Em Florianópolis foram localizados quase 30%, em Palhoça um pouco mais de 13% e Biguaçu, município um pouco mais distante da capital, recebeu menos de 1% do total.

Na Ilha foram implantados, pela COHAB-SC, dois conjuntos habitacionais: Monte Verde e Parque da Figueira, localizados no baixo Saco Grande. Mas a grande maioria dos conjuntos habitacionais populares foi localizada no continente. O Bela Vista, localizado em São José, próximo à BR-101, é o maior e mais antigo conjunto habitacional. Foi construído em várias etapas; somente a primeira, construída no final da década de 60, possuía cerca de mil moradias unifamiliares. Na área conhecida como “Pasto do Gado”, nos limites dos municípios de Florianópolis e São José, próximo à via Expressa, foram construídos os conjuntos habitacionais Promorar, Monte Cristo (lotes urbanizados), Sapé e Panorama, a maioria na década de 80.

A relação direta entre os processos de crescimento urbano de Florianópolis e dos municípios vizinhos pode ser verificada, também, pelo crescimento populacional dos distritos municipais. Os distritos ou bairros de Barreiros e Campinas, pertencentes à cidade de São José, localizados entre os limites territoriais de seu município e Florianópolis, tiveram um enorme crescimento populacional. Barreiros, localizado ao norte da porção urbana continental, cresceu às margens da BR-101, sendo ponto de acesso a Florianópolis para quem vem do Norte pela rodovia. Em 1970, esse distrito apresentava uma população de 14.567 habitantes; em 1980, sua população saltou para 41.159 e, em 1991, sua população era de 58.769 habitantes, já era maior que a população do distrito sede de São José, que era de 52.769. O distrito de Campinas, incluindo o bairro do Kobrasol (empreendimento imobiliário voltado para a produção de residências de classe média), cresceu próximo aos limites territoriais a partir da antiga estrada de ligação entre Florianópolis e o centro histórico de São José. Surgiu provavelmente no decorrer da década de 80, pois o primeiro registro populacional

desse distrito é verificado no ano de 1991, apresentando uma população de 24.567 habitantes (Faccio, 1997:136).

Outro fator importante no processo de transformação do espaço urbano de Florianópolis foi o aumento da população não natural do Aglomerado Urbano de Florianópolis em relação ao total da população. Destacam-se os índices sobre população não natural de São José e Palhoça. O primeiro apresentava em 1960 um índice populacional de 15,39% de habitantes não naturais; esse índice aumentou para 32,62 e 55,74%, nos censos de 1970 e 80, respectivamente. Mais da metade da população de São José constitui-se de população não natural, ou seja, população migrante. Palhoça apresentava em 1960 um índice de 3,77% de população não natural, passando para 12,38% e 41,60% nos anos de 1970 e 1980, respectivamente. Florianópolis, igualmente, apresenta aumento da população não natural em relação à população total do município, porém com intensidade um pouco menor. Em 1960, apresentava um índice de 17,16% de população não natural. Nos anos de 1970 e 1980, esse índice aumentou para 22,33% e 35,74%, respectivamente de população não natural (Faccio, 1997:137).

Esses aspectos do crescimento e da transformação do quadro populacional do aglomerado urbano de Florianópolis, sugerem que essa área repete o padrão de crescimento urbano da maioria das cidades brasileiras, especialmente os efeitos negativos, registrados principalmente nas suas periferias. Na Ilha, o crescimento urbano foi mais seletivo. Com o crescimento do corpo funcional do aparelho do Estado, e a dinamização da economia na cidade, principalmente a partir da década de 70, ocorreu uma ampliação dos setores médios da população. Com poder aquisitivo bem acima da média do poder aquisitivo local, esses setores, entre outras coisas, puderam escolher as melhores áreas para moradia. Nesse sentido, “as melhores áreas” estavam localizadas na Ilha, pois possuíam, além da proximidade com o local de trabalho, com as instalações das sedes dos órgãos públicos, também as amenidades, como a proximidade com o mar e as baías. Além disso, a área urbana localizada na ilha foi a parte da cidade melhor servida de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Segundo Ribeiro (1985) “... a questão urbana aponta a renda da terra como o mecanismo econômico responsável pela constituição do espaço urbano e pela segregação social na cidade. A propriedade privada do solo é, então, colocada como causa principal dos problemas da cidade capitalista, o que justificaria a intervenção governamental visando limitar o seu exercício ...”. (Ribeiro, 1985:10) Ou seja, se o solo urbano adquire um preço é porque os vários agentes capitalistas estabeleceram uma concorrência para controlar as condições urbanas que permitem o surgimento dos sobrelucros de localização. Assim, a atração que a Ilha exerce sobre os estratos populacionais de

maior poder aquisitivo fortalece cada vez mais o caráter de segregação urbana que o crescimento da região de Florianópolis apresenta. De fato o processo de estruturação urbana acontece através da “...organização espacial que é constituída pelo conjunto de inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social...” (Corrêa, 1991:65-67), sendo esse trabalho social o resultado da acumulação humana ao longo do tempo. No mundo capitalista, este trabalho é realizado por influência dos agentes da organização do espaço, ou seja, primordialmente, pelo Capital e Estado.

Assim sendo, observa-se que a localização desses órgãos federais: UFSC e ELETROSUL, além de outros estaduais, contribuíram de forma significativa para a organização espacial dos bairros em estudo, através da influência de agentes do capitalismo (capital e Estado) que lentamente vai modelando a cidade, através das suas transformações. Portanto, é através da ação humana que acontecem as alterações no espaço urbano (Foto 14:106).

Os bairros da Trindade, Itacorubi e áreas adjacentes foram as localidades da Ilha que mais se expandiram em razão da proximidade com os diversos órgãos públicos instalados na região. Bairros residenciais de classe média e média alta formaram-se após a implantação das sedes das instituições públicas, como o Parque São Jorge e o Jardim Anchieta, localizados na bacia do Itacorubi⁸ (Tabela 05:).

TABELA 05: POPULAÇÃO DA TRINDADE E ÁREAS ADJACENTES - 1996

BAIRRO	1996	% SOBRE TOTAL
Córrego Grande	4.593	10,05%
Itacorubi Norte	4.733	10,34%
Itacorubi Sul	3.372	7,38%
Pantanal	2.682	5,86%
Saco dos Limões	7.617	16,65%
Santa Mônica	4.712	10,31%
Trindade Norte	9.665	21,13%
Trindade Sul	8.363	18,28%
TOTAL	45.737	100,00%

Fonte: IBGE, Censo de 1996

⁸ O IBGE ainda não divulgou oficialmente os dados do Censo realizado no ano de 2000

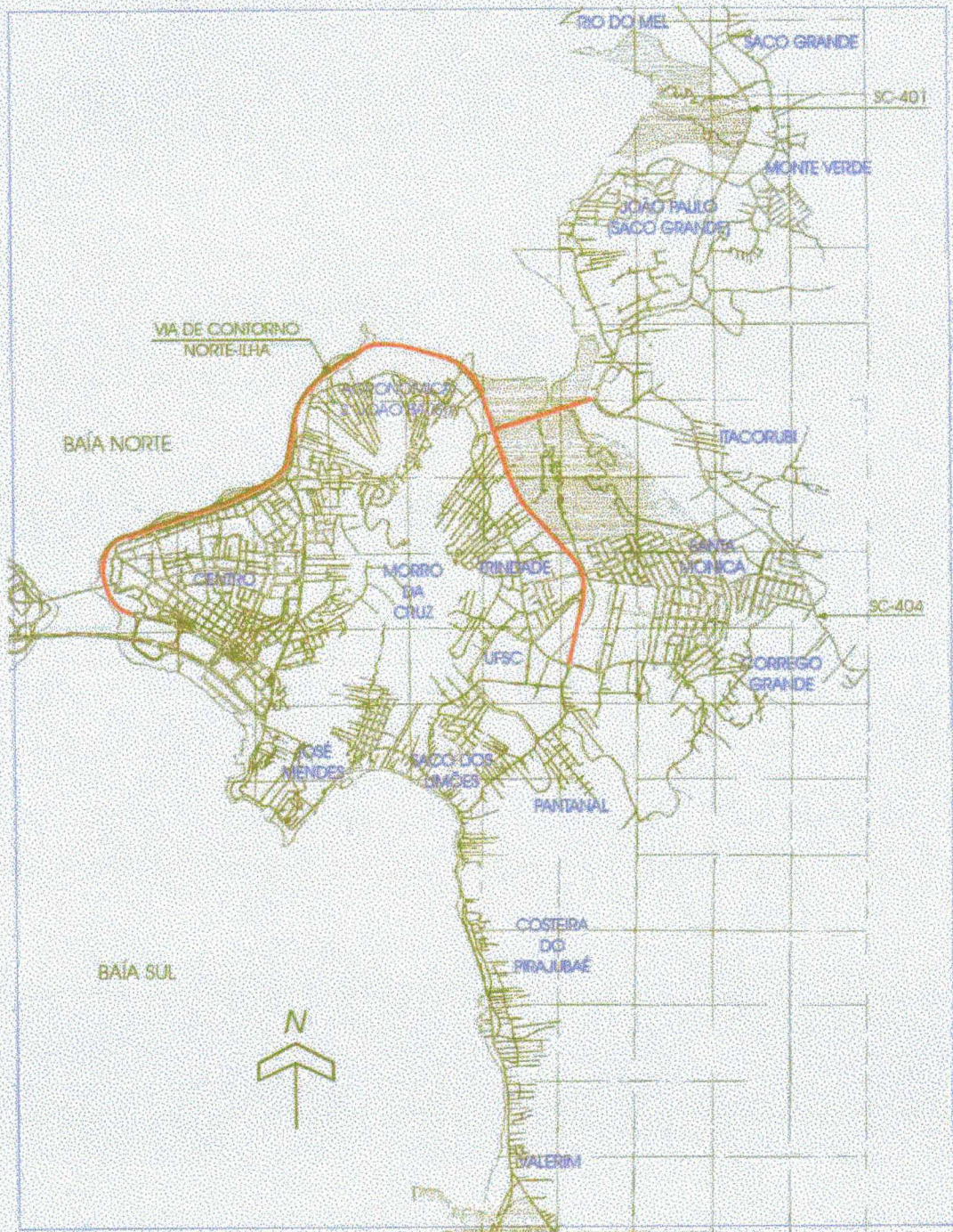
Os distritos de Florianópolis que mais cresceram, a partir da década de 70, foram os distritos da Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa. Esses distritos tiveram um grande crescimento populacional nas décadas de 70 e 80. As taxas de crescimento nos períodos de 1970/80 e 1980/1991 foram, respectivamente, de 4,61% e 5,96% na Lagoa da Conceição, 4,24% e 7,53% no Ribeirão da Ilha, que inclui a localidade da praia do Campeche, e 7,41% e 5,33% em Santo Antônio de Lisboa. Essas localidades, a partir da década de 70, tornaram-se áreas de expansão urbana, sendo também uma opção de moradia para uma população com nível de renda mais elevado, especialmente a Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa, localidades mais próximas do distrito sede.

De acordo com a Lei nº 5.504 de 21/07/99, foram criados (oficializados) no Distrito Sede do município de Florianópolis, 24 bairros, sendo 13 na área insular e 11 na área continental:

- a) **Área Insular:** Agrônômica, Centro, Córrego Grande, Costeira do Pirajubaé, Itacorubi, João Paulo, José Mendes, Monte Verde, Pantanal, Saco dos Limões, Saco Grande, Santa Mônica, e Trindade (Figura 02:50 e 18:120).

- b) **Área Continental:** Abraão, Balneário, Bom Abrigo, Canto, Capoeiras, Coqueiros, Coloninha, Estreito, Itaguaçu, Jardim Atlântico, e Monte Cristo (Figura 08:110).

**FIGURA 02: BAIROS DO DISTRITO SEDE DE FLORIANÓPOLIS
ÁREA INSULAR**



O processo de transformação urbana que Florianópolis passou a viver, a partir da década de 70, também foi verificado em outras localidades da Ilha. Por exemplo, a Costa da Lagoa, uma das localidades mais isoladas da Ilha, não deixou de sentir o crescimento da economia urbana em Florianópolis, que implicou em transformação no modo de vida daquela população.

Segundo Gimeno, com o desenvolvimento e constituição de um mercado consumidor em Florianópolis, desenvolveu-se a atividade de pesca do camarão na Lagoa da Conceição, surgiram ofertas de emprego para “os homens nos serviços da construção civil e para as mulheres nos serviços de domésticas”. As populações nativas passaram a vender suas terras, motivadas pela especulação imobiliária, abandonando a agricultura como meio de sobrevivência (Gimeno, 1991:68-77).

O Estado atuou não só como regulador do espaço urbano, mas enquanto produtor e consumidor de espaço, influenciando diretamente nos processos de expansão e valorização urbana, através da localização das sedes dos órgãos públicos.

A produção e consumo do espaço urbano de Florianópolis pelos órgãos do aparelho do Estado em Florianópolis ocorreram em dois momentos distintos quanto ao processo de valorização do solo urbano (a produção do espaço urbano, embora apresente uma desordem, se dá dentro de uma ordem coerente como modo de produção dominante; ao espaço são adicionados infra-estrutura, sistema viário, equipamentos, que passam a compor o valor da terra). Num primeiro momento, as localizações dos órgãos públicos produziram, diretamente, uma valorização do solo urbano. Isso ocorreu, principalmente, nos bairros da Trindade, Itacorubi e adjacência (Figura 09:111).

Outro momento no processo de valorização do solo ocorreu quando as localizações de determinados setores de órgãos públicos foram orientados a partir de um valor do solo já estabelecido. Isso ocorreu, por exemplo, no funcionamento de setores que necessitavam de grandes áreas para suas instalações, como almoxarifados, depósitos, atividades de menos “status” e com menor potencial de valorização de terra. Nesse caso as áreas escolhidas foram as áreas continentais por serem mais baratas (Serviço de manutenção de transportes – SSP, no Estreito; Setor de almoxarifado – DER, em Capoeiras; Setor de Almoxarifado e gráfica – BESC, também em Capoeiras; Almoxarifado Central – Telesc, em Barreiros, e outros).

As localidades do Campus da Universidade Federal e da sede da ELETROSUL nos bairros da Trindade e Pantanal, do Campus da Universidade Estadual, da sede da Telesc e de diversos órgãos públicos estaduais no Itacorubi foram fatores de expansão e valorização urbana das áreas localizadas na bacia do Itacorubi. O Estado, ao concentrar as sedes de seus órgãos públicos em determinados lugares da cidade, concentrou também pessoal empregado nesses órgãos. Assim, ocorreu uma concentração de população com capacidade de consumo, criando uma demanda por moradia próxima ao local de trabalho. Isso possibilitou ao capital imobiliário ampliar a sua ação através da produção imobiliária, na lógica do sistema de produção formal de habitação. Esses aspectos da produção do espaço urbano, acrescentados a outros, como investimentos em infra-estrutura promovidos pelo Estado, possibilitaram uma constante valorização fundiária e imobiliária, especialmente dos bairros localizados a nordeste e leste da península central (Figura 09:111).

Assim, Ribeiro (1985) coloca que o mercado fundiário, ou seja, a produção de moradias deve ser vista como resultado da interação de três tipos de agentes: a) proprietário fundiário, como sendo aquele que detém o monopólio sobre o uso do solo; b) o Estado, como sendo aquele que realiza os investimentos em equipamentos coletivos em infra-estrutura, estabelecendo regulamentos urbanísticos, definindo a forma possível do uso do solo; e c) os incorporadores, que são os agentes do capital de circulação e como proprietários do solo, atuando na transformação do mesmo em mercadorias.

Por outro lado, os grupos sociais sem capacidade de consumo, excluídos do mercado de consumo pela baixa renda, deslocaram-se para outras áreas menos valorizadas. Como vimos, a partir da década de 70, ocorreu uma consolidação da parte continental do município de Florianópolis e municípios vizinhos, como São José e Palhoça como área periférica do Aglomerado Urbano de Florianópolis, onde localizaram-se as moradias das população de renda média baixa e baixa e onde os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos foram bastante limitados e insuficientes.

A cidade enquanto mercadoria, com valores diferenciados, foi sendo ocupada segundo as possibilidades de renda de seus habitantes. A incapacidade de consumir caracterizou a ocupação das áreas periféricas da cidade, onde o valor do solo urbano é baixo e onde não são satisfatórios os serviços de infra-estrutura e acessibilidade a centros de empregos e serviços (Rezende, 1982:20 in Faccio, 1997:140).

TABELA 06: POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS POR PERÍODO E MEIO DE MORADIA

ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1872	25.709	11.322	14.387
1890	30.689	16.506	14387
1900	32.229	-	-
1919	41.338	22.874	18.464
1939	46.771	29.700	17.071
1949	67.630	51.115	16.515
1959	98.520	79.870	18.650
1970	138.337	121.028	17.309
1980	187.871	161.773	26.098
1991	254.941	239.566	15.375
1996	271.281	254.916	16.365
2000	331.784	321.778	10.006

Fonte: Sugai, 1991:234

IBGE, Censo de 1996 e 2000

Dados não divulgados pelo IBGE sobre a população urbana e rural nos Censos de 1900

4.2 – EXPANSÃO URBANA

A expansão urbana de Florianópolis ocorreu a partir da península insular central em dois sentidos. Na Ilha, ocorreu na direção nordeste e leste, para além do Morro do Antão. As antigas localidades da Trindade, Pantanal e Itacorubi tornaram-se grandes bairros residenciais (não oficiais conforme lei nº 5.504 de 21/07/99), e outros bairros formaram-se nesse processo, como os de Santa Mônica, Córrego Grande, Anchieta, Parque São Jorge e Carvoeira, entre outros. No lado continental, a expansão urbana ultrapassou os limites dos municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, como já se falou.

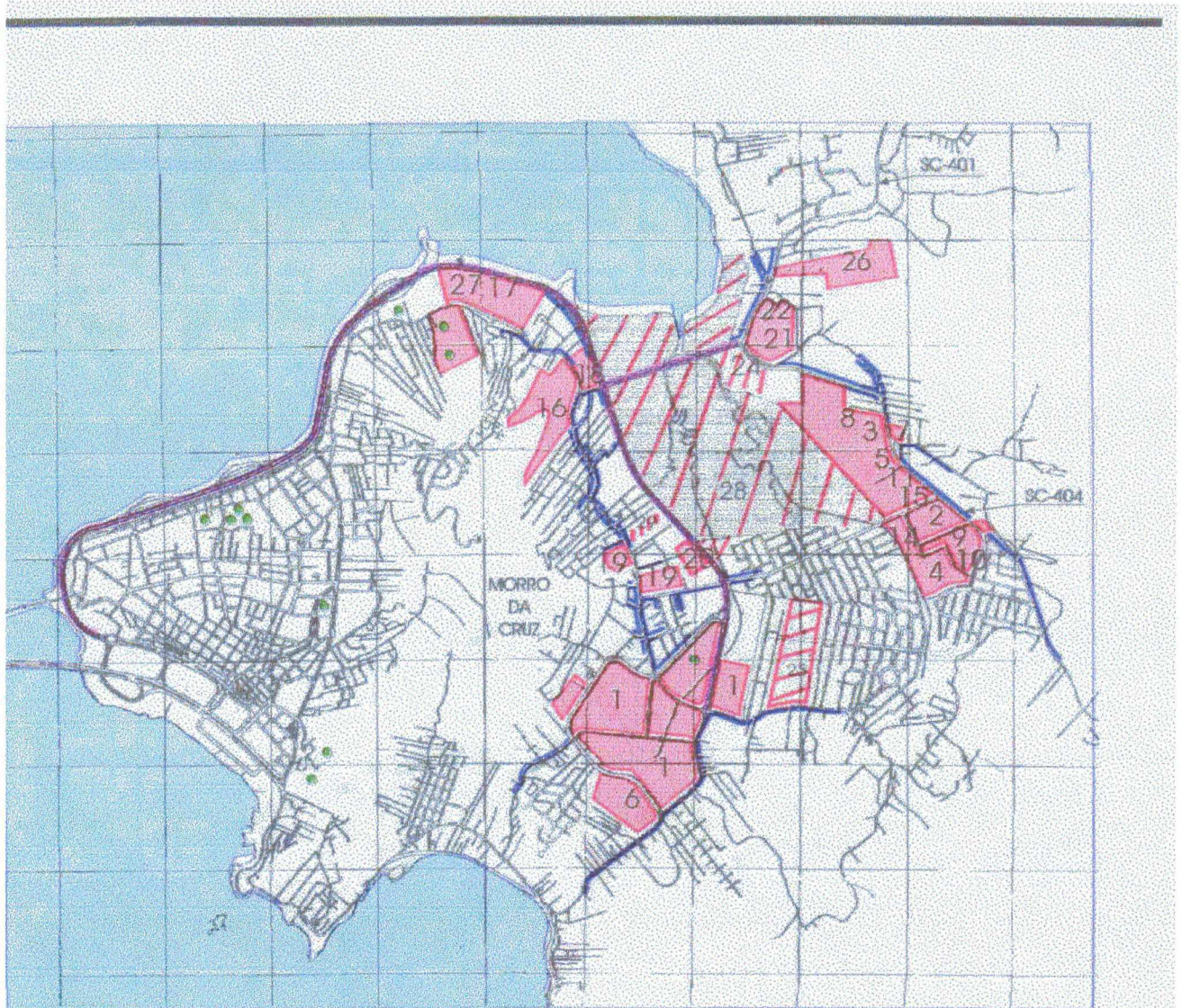
A concentração das sedes dos órgãos públicos nos bairros da Trindade e Itacorubi, especialmente no decorrer da década de 70, foi um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento dos bairros que se formaram a nordeste e a leste do centro da cidade. Os investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos ali localizados contribuíram para consolidação dessa ocupação.

No final da década de 50, a área urbana insular de Florianópolis estava, praticamente, restrita à península insular delimitada pelas baías Norte e Sul e, a leste, pelo Morro da Cruz, formando o “triângulo central” da cidade. O centro comercial e de serviços da cidade ainda estava restrito ao centro antigo, no lado sul do “triângulo”. As terras ao norte da península central constituíram-se em áreas ocupadas por chácaras, pertencentes às famílias mais ricas da cidade, em processo de expansão urbana (Figura 10:112).

As localidades da Trindade e Itacorubi, até a implantação dos órgãos e instituições públicas, constituíram-se em áreas de uso rural. O primeiro Plano Diretor elaborado para a cidade, em 1952, não considerava essas terras com potencial para a expansão urbana de Florianópolis. Elaborado por Demétrio Ribeiro, Edevaldo Paiva e Edgar Graeff, segundo os paradigmas do urbanismo moderno, o Plano Diretor mantinha a expansão urbana da cidade praticamente restrita à península central. O Plano apontava duas alternativas econômicas impulsionadoras do desenvolvimento da cidade: o incentivo ao turismo na Ilha e a construção de um porto marítimo localizado no lado continental norte, vislumbrando a expansão urbana para o continente (Faccio, 1997:141).

A Trindade, antiga freguesia situada a leste do Morro da Cruz, constituía-se no início da década de 50, em um bairro periférico de características semi-rurais. A partir da praça da Igreja da Trindade, havia apenas quatro caminhos de terra: três destas “estradas” faziam a ligação da Trindade com a península central, contornando o Morro da Cruz pelo norte, outra contornando pelo sul e uma terceira cruzando o morro; uma quarta via direcionava-se para o Córrego Grande e para a Lagoa da Conceição, situada a leste da Ilha. Ao longo destes quatro caminhos localizavam-se algumas casas, com ocupação bastante espaças (Sugai, 1991:73).

FIGURA 03: INSTITUIÇÕES E ÁREAS ESTATAIS A NODESTE-LESTE DISTRITO SEDE - ITACORUBI



LEGENDA:

- INSTITUIÇÕES ESTATAIS
- ÁREAS PÚBLICAS
- ATIVIDADES COMERCIAIS
- HOSPIAIS

- | | | |
|--------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 1. UFSC | 11. CEASC | 22. COMCAP |
| 2. TEDESC | 12. CEPAGRO | 23. IBAMA - HORTO FLORESTAL |
| 3. CCA-UFSC | 13. CERTI | 24. ATERRO SANITÁRIO (PMF) |
| 4. BESC | 14. ASTEL | 26. TECNÓPOLIS |
| 5. SECRET DA AGRICULTURA | 15. UDESC | 27. ABRIGO DE MENORES |
| 6. ELETROSUL | 16. COMPLEXO PENITENCIÁRIO | 28. MANGUE - UFSC |
| 7. EPAGRI | 17. PALACIO DO GOVERNO | 29. POLÍCIA MILITAR |
| 8. EMPASC | 18. CIC / MASC / FCC | |
| 9. PRODAM | 19. CEPM | |
| 10. CELESC | 20. SECRETARIA DA SAÚDE | |
| | 21. CEMITÉRIO MUNICIPAL | |

No final da década de 60, ampliava-se o processo de adensamento e verticalização do triângulo central da cidade, especialmente do centro antigo. Na Praça cívica, a leste da Praça XV de Novembro, iniciavam-se as construções de vários prédios públicos onde foram instalados os poderes legislativo, judiciário e executivo do governo do Estado de Santa Catarina. Além disso, ampliava-se o processo de expansão da malha urbana, na estrada ao norte do triângulo central em direção ao local onde já estava sendo implantado o Campus Universitário da UFSC. Começaram a surgir vários parcelamentos de solos com uma incipiente ocupação urbana no bairro da Trindade. A partir das estradas que ligavam a localidade do Saco dos Limões à Trindade, e desta à Lagoa da Conceição, formando a estrada do Córrego Grande, surgiram também, em menor quantidade, alguns parcelamentos de terras com baixa ocupação (Foto 07:101).

A localidade do Itacorubi mantinha-se ainda com características rurais, possuindo pequenas fazendas de produção de gado leiteiro. No entanto, desde o início da década de 60, havia se instalado nessa localidade o CETRE – Centro de Treinamento da ACARESC, uma instituição pública cuja atividade era de produção agrícola e pecuária de caráter didático e experimental. Esse órgão público estadual ocupou grande extensão de terra no Itacorubi. Como vimos anteriormente, a partir da localização desse órgão público na localidade do Itacorubi estimulou-se a vinda de vários outros órgãos públicos estaduais ligados à agricultura, na primeira metade da década de 70, como a Telesc em 1976, e a UDESC, em 1979 (Faccio, 1997:142).

No decorrer da década de 70, foram implantadas as principais sedes dos órgãos públicos, que se localizaram na Trindade e Itacorubi, responsáveis pelo rápido crescimento urbano das localidades detrás do morro, a leste e nordeste do triângulo central. “O deslocamento da malha urbana no sentido Centro-Trindade, com a implantação, principalmente, da Universidade Federal de Santa Catarina, promoveram grande valorização das terras, ascensão do setor imobiliário, e crescimento da indústria da construção civil, provocando investimentos maciços em infra-estrutura urbana e sistema viário” (UFSC/SEPLAN/CEFi, 1996:7).

Ferreira Lima (Ferreira Lima, in: Santos, Diário Catarinense, s/d), primeiro reitor da UFSC, analisa que “fica em dúvida quanto ao desenvolvimento da Trindade, do Pantanal, da Carvoeira e bairros adjacentes se a UFSC tivesse permanecido no centro”. Na época do início da implantação da UFSC havia muitos problemas de infra-estrutura, porque as estradas de acesso à Universidade e o

transporte coletivo eram precários. Em pouco mais de uma década os bairros próximos ao Campus da UFSC e Eletrosul sofreram um processo de transformação bastante intenso.

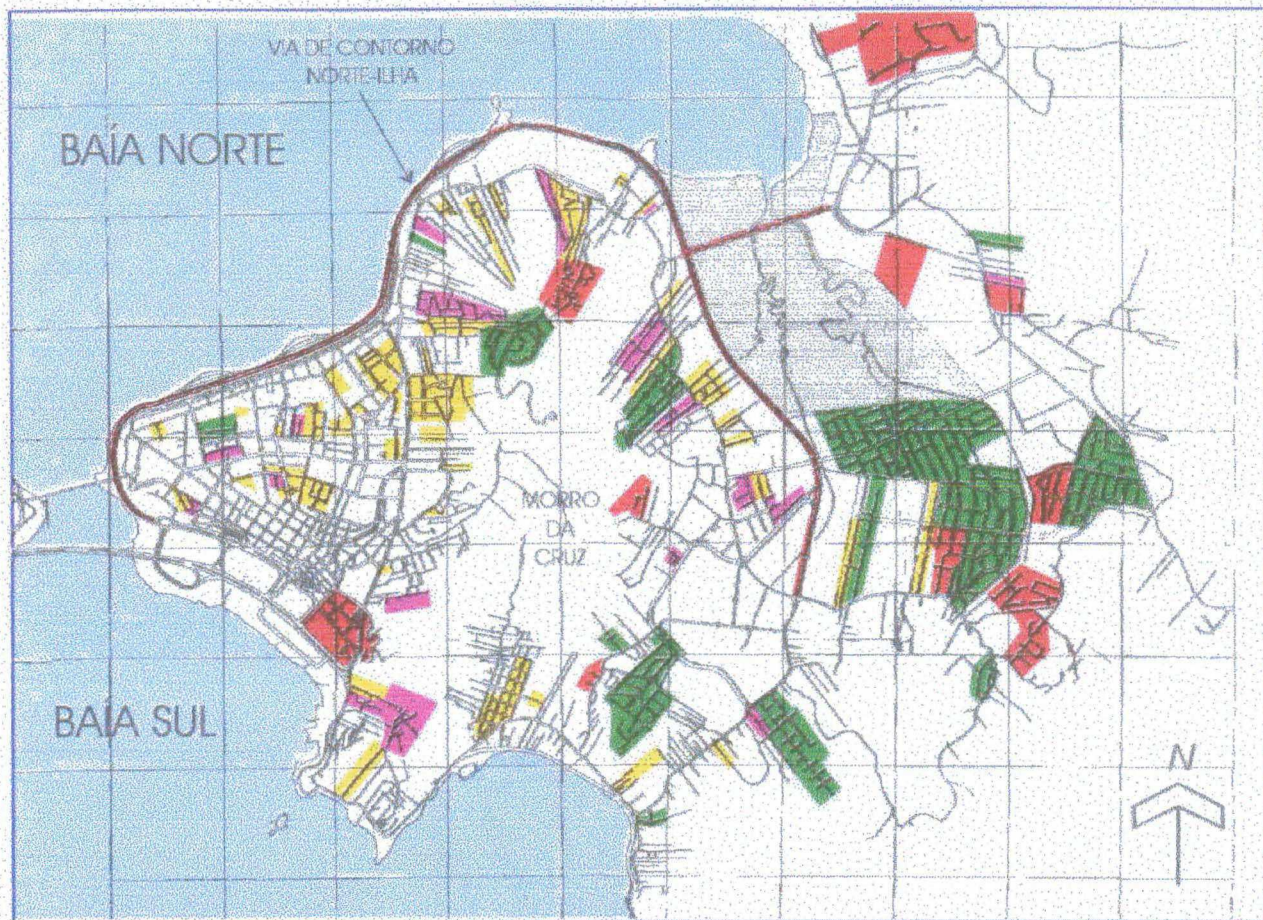
Na segunda metade da década de 70, a Eletrosul transferiu-se para Florianópolis. As localidades próximas da sede ainda possuíam características rurais. Tudo “era meio sítio”, afirma um funcionário da Eletrosul, transferido do Rio de Janeiro para Florianópolis. E acrescenta, que a avenida César Seara construída entre a UFSC e Eletrosul, ligando o bairro do Pantanal com o bairro da Carvoeira, ainda não existia, e a via geral do Pantanal, que liga o bairro do Saco dos Limões, na baía sul, à UFSC, era uma estrada de terra, com poucas casas. O bairro Tercasa, e vários condomínios na Carvoeira e no Pantanal, surgiram depois da construção da sede da Eletrosul, em 1978⁹ (Faccio, 1997:145) (Foto 07:101 e 10:103).

Foi também na década de 70 que se implantaram vários loteamentos nas imediações dos bairros da Trindade e Itacorubi. Alguns desses loteamentos tornaram-se bairros, como o Jardim Santa Mônica, loteado pelas Irmãs da Divina Providência, em 1970. Posteriormente foram surgindo os do Parque São Jorge I e II, em 1973 e 1982, Jardim Cidade Universitária, em 1973, Jardim Flor da Ilha I e II, em 1974 e 1981, e Jardim Anchieta, em 1975. Na Lagoa da Conceição, uma das antigas localidades da Ilha, foi feito um grande loteamento, Village I, II e III, no decorrer da década de 70. Esse empreendimento incluía, ainda, um clube social, o LIC – Lagoa Iate Clube, cuja sede, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi concluída em 1975 (Sugai, 1994:124). No final da década de 70, vários desses loteamentos implantados na década de 70 ainda se encontravam apenas parcialmente ocupados (Figura 04:58).

Florianópolis é formada por vários bairros, mas o município não possui, ainda, uma divisão física delineando estas unidades e tentativas de dividi-las esbarra no fato incontestado dessas divisões serem mutáveis, variando segundo a origem, a classe social, os interesses políticos ou o tempo de residência dos entrevistados, [...], as comunidades tendem a considerar como bairro espaços muito pequenos, como loteamentos e favelas (Souza, 1981:73 in Sugai, 1994:123).

⁹ Entrevista com João Carlos Carneiro Bressani à mestrandia Maria da Graça Agostinho Faccio. (Faccio, 1997:145)

FIGURA 04: LOTEAMENTOS APROVADOS EM FLORIANÓPOLIS PERÍODO DE 1940 A 1992



FONTE DE DADOS BRUTOS: SUSP/PUF

LEGENDA:

- — 1980-1992
- — 1970-1979
- — 1960-1969
- — 1940-1959
- VIA DE CONTORNO NORTE-ILHA



MAPA ÍNDICE

Em 1978, já estavam consolidadas as instalações de diversas sedes dos órgãos governamentais que se localizavam nos bairros da Trindade, Pantanal e Itacorubi. Porém os acessos para esses bairros, para quem vinha do centro da cidade, ainda eram muito precários. Em paralelo às instalações dos órgãos públicos, grandes obras de infra-estrutura foram sendo implantadas no decorrer da década de 70, principalmente obras de sistema viário. O aterro da Baía Sul, e a Ponte Colombo Salles, concluídos em 1975, facilitaram os acessos entre a Ilha e o Continente. A península insular foi praticamente toda ocupada pela malha urbana, ampliando-se para as áreas do continente. A via de contorno Norte teve seu início em 1977 e a sua conclusão, em 1982, reduziu o tempo de percurso entre a península central e a Trindade e bairros vizinhos, contribuindo para a ampliação da ocupação urbana dessas áreas, na década de 80 (Foto 08 e 09:102, e 11 e 12:104).

O setor de comércio em Florianópolis, até a década de 70, não era muito dinâmico. Como o setor imobiliário, o comércio também recebeu um grande estímulo em função do surgimento da nova demanda gerada pelo crescimento do aparelho do Estado, dando condições para um grande crescimento do setor terciário, dinamizando a economia urbana de Florianópolis. Esse fato proporcionou um certo “status” aos funcionários da Eletrosul (Era muito fácil comprar, quando a gente chegava no comércio, se era da Eletrosul, as portas se abriam..... hoje é bem diferente! Entrevista com João Carlos Carneiro Bressane à mestrandia Maria da Graça Agostinho Faccio (Faccio, 1997:146). Por outro lado, os funcionários, de um modo geral, possuíam em Florianópolis uma capacidade de consumo que não dispunham na sua cidade de origem. Assim, entre outras coisas, puderam comprar terrenos, que eram vendidos a preços bastante reduzidos (havia facilidade para comprar terrenos.... era fácil, comprava a preço de banana! Entrevista com o mesmo funcionário).

Até meados da década de 70, “toda atividade comercial, de serviço e de lazer, ainda estava concentrada na área central da cidade....” (Sugai, 1994:179). O primeiro supermercado a funcionar no bairro da Trindade ocorreu por volta de 1977. No decorrer da década de 80, pela influência da UFSC, cresceram as atividades comerciais e de serviços no bairro da Trindade expandindo-se para os bairros próximos.

O desenvolvimento do turismo como alternativa econômica para Florianópolis, em meados da década de 70, ainda era praticamente inexistente. O trajeto percorrido pelos ônibus de turismo, nesse período, reduzia-se à passagem pela Ponte Hercílio Luz, uma parada em frente a Igreja Matriz na Praça XV de Novembro e a ida até a praia de Canasvieiras, no norte da Ilha de Santa

Catarina, única praia que possuía acesso por estrada asfaltada. O acesso para o sul da Ilha era feito por estradas sem pavimentação. O setor hoteleiro era pouco desenvolvido. Em 1975, existiam poucos hotéis na cidade, destacando-se apenas os hotéis Royal e Querência, surgindo logo depois o hotel Floph e o Ivoram, todos localizados no centro da cidade.

Na década de 80, ocorreu um grande adensamento e verticalização das áreas centrais da cidade, em especial das áreas próximas à avenida Beira-mar Norte, ao norte da península central, com o surgimento de edifícios residenciais para setores sociais de renda mais alta.

Nas áreas a nordeste e leste da península central a expansão urbana consolidou-se. Ocorreu também em alguns desses bairros, especialmente na Trindade, um processo de adensamento com verticalização limitada por lei em cerca de 4 pavimentos. Determinadas atividades que foram implantadas nesses bairros, entre as décadas de 20 e 40, tornaram-se incompatíveis com os usos urbanos. O aterro sanitário do Itacorubi, após mobilização popular, foi parcialmente desativado, o estábulo da Cavalaria do Centro de Ensino da Polícia Militar e o Estande de Tiros da Polícia Militar, na Trindade, também foram desativados. A sede do “Abrigo de Menores”, localizada na Agrônômica desde a década de 30, foi transferida, no início da década de 80. Há muitos anos reivindica-se a transferência do Complexo Penitenciário, localizado nos limites dos bairros da Agrônômica e Trindade, para outro lugar.

A partir de meados da década de 80, a redução do intenso crescimento do aparelho de Estado, verificado na década anterior, não afetou a dinâmica urbana de Florianópolis. O desenvolvimento urbano ocorrido nas décadas de 70 e 80, gerou uma economia urbana mais complexa, possibilitando que o espaço urbano de Florianópolis ganhasse uma dinâmica própria, não dependendo, exclusivamente, das funções governamentais. As atividades ligadas ao turismo, confecções, comércio, entre outros, contribuíram para que, a partir da década de 80, o espaço urbano de Florianópolis tivesse uma nova dinâmica.

Mais recentemente, no final dos anos 90 e 2000, com o progresso tecnológico, Florianópolis vem destacando-se na área da informática e vestuário, além do destaque ao turismo ilhéu, como será visto no item seguinte. Já no setor imobiliário, foram construídos prédios modernos para as classes com alto poder aquisitivo.

O Plano Diretor que vigorou nos anos de 1982 a 1997, autorizava para a região da Trindade e adjacentes, a construção de edificações residenciais e comerciais de até 4 pavimentos, cujo código no Plano é denominado de AMC-3 – Área Mista Central, sendo que nessas áreas predominam as atividades comerciais (Figuras 12:114).

No ano de 1995, também através de Lei Complementar, passou a ser autorizado no período de 1995 a 1997, a construção de edificações com 6 pavimentos em determinadas áreas dos bairros, cuja denominação passa a ser ARP*5 – Área Residencial Predominante (Figuras 05:62, 12:114 e 13:115).

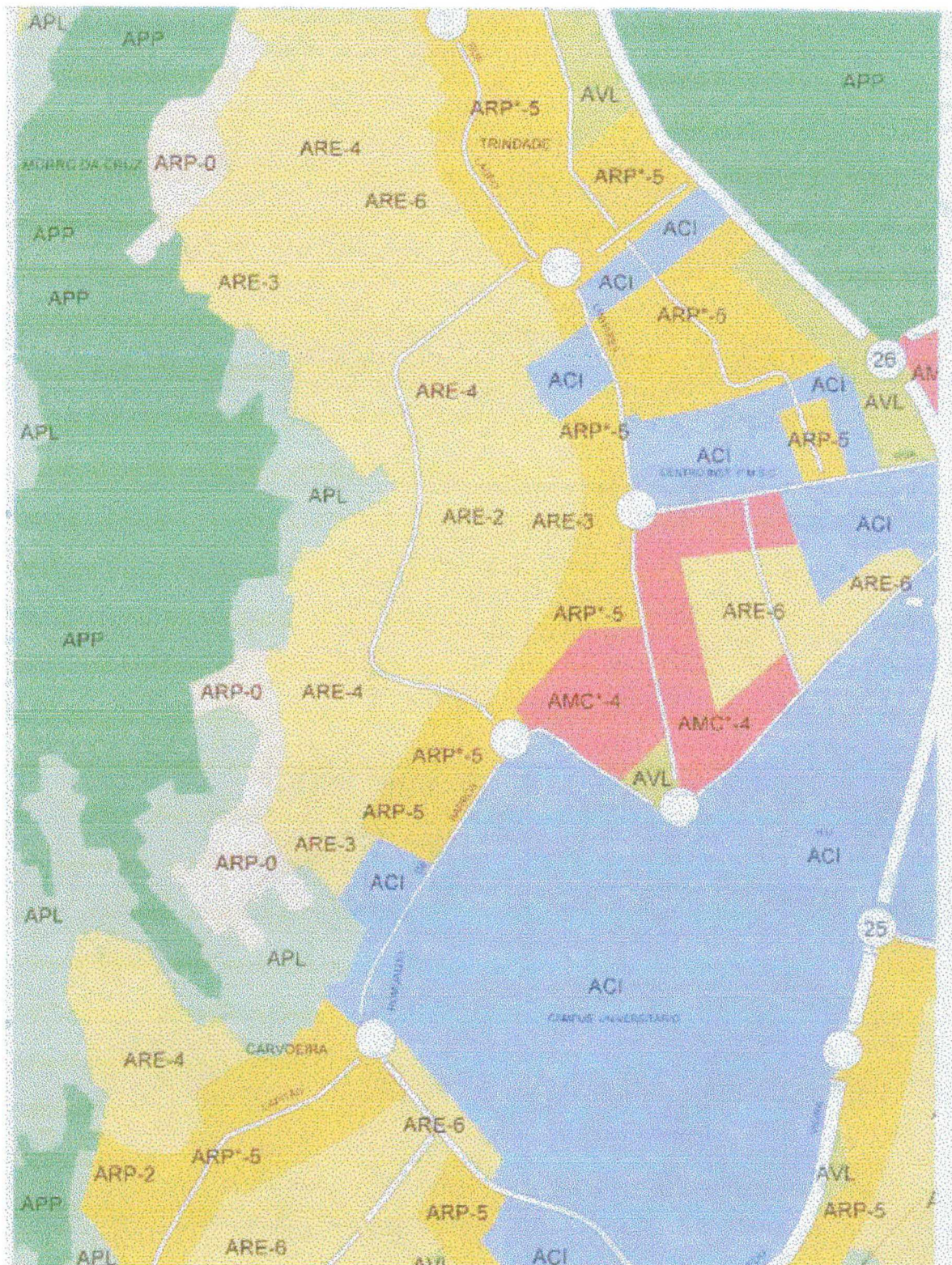
Por último, em 1997 é aprovada a Lei Complementar nº 01/97 ao Plano Diretor do Distrito Sede, para os bairros da Trindade, Itacorubi e Córrego Grande, autorizando a construção de edificações com 12 pavimentos, sendo 2 para garagem, 9 para residências e 1 para o ático, cuja denominação também é AMC*4 – Área Mista Central, diferindo da anterior pelo número. O asterístico indica o maior número de pavimentos possível. (Figura 05:62 e 12:114).

No bairro da Trindade, zona Sul¹⁰ (próximo a UFSC), o desenvolvimento vem acontecendo de modo acelerado, já com algumas construções acima de 7 pavimentos, (Figura 05:62 - AMC*4), tendo como causa a localização de alunos de outras cidades catarinenses e de outros estados vizinhos para cursar na Universidade Federal, e assim, locando e adquirindo imóveis, sendo que após o período de graduação, permanecem em Florianópolis com outros objetivos, até mesmo inserindo-se na vida profissional da Ilha, ou prolongando seus estudos, em nível de pós-graduação.

¹⁰ Segundo o IPUF e IBGE, os bairros da Trindade e Itacorubi são divididos em zona norte e sul.

FIGURA 05:

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO DIRETOR
DISTRITO SEDE PARA ITACORUBI
1997



4.3 - FLORIANÓPOLIS NO NOVO SÉCULO

a) Fenômeno Nacional

No início do século XXI, Florianópolis é um fenômeno nacional. “Nos últimos anos, a capital de Santa Catarina começou a chamar a atenção pela exuberância de suas praias e encostas e pela qualidade de vida que oferece a seus habitantes. Agora, surgiu outra razão para colocá-la numa categoria especial: Florianópolis é a cidade brasileira que mais enriqueceu nas últimas três décadas. Um estudo inédito, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, examinou o comportamento da economia dos cerca de 5.000 municípios brasileiros de 1970 a 1996 – um período que inclui o chamado “milagre econômico” do regime militar, a “década perdida” dos anos 80 e a fogueira inflacionária extinta com o Plano Real em 1994. A pesquisa, que consumiu três anos de trabalho, revela que Florianópolis é a jóia da coroa brasileira (Weinberg, 2001:74).

No período de 1991 a 1999, o Produto Interno Bruto - PIB per capita de Florianópolis vem apresentando índices de crescimento, ficando entre as dez cidades brasileiras com maior percentual de crescimento nesse setor (Tabela 07).

**TABELA 07: PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA EM FLORIANÓPOLIS:
PERÍODO DE 1991 A 1999**

ANO	FLORIANÓPOLIS
1991	2.492
1992	2.583
1993	3.261
1994	4.021
1995	4.709
1996	4.925
1997	5.199
1998	5.522
1999	5.562

Fonte: PMF: Seduma, 2000

Florianópolis desperta o fascínio não só dos turistas de verão mas também dos brasileiros de classe média que decidem deixar as metrópoles em busca de um lugar mais tranquilo para viver. Talvez exista aí, um pouco de inocência ou desconhecimento da realidade atual, pois com a grande migração para a capital Florianópolis não é tão tranquila como parecer ser, registrando índices de ocorrências policiais.

Ainda, de acordo com a reportagem da Veja, “Florianópolis é a única capital brasileira que não é também o centro industrial e econômico do seu Estado. Não é sequer a cidade mais populosa. Tem hoje, 331.784 habitantes (dados atualizados) e perde somente para Joinville que tem em torno de meio milhão de habitantes. A mágica de seu crescimento deve-se a um fenômeno migratório único na História recente brasileira. O de pessoas em busca de qualidade de vida, não de prosperidade financeira. Com a mudança, esses migrantes levam dinheiro e poder de consumo para a cidade, num ciclo virtuoso que beneficia a todos” (Weinberg, 2001:80).

Segundo a Veja, com base em dados do IBGE, “...no período de 1991 e 1996, 29.000 brasileiros mudaram-se para a capital catarinense. Isso representa quase 10% da população total. São em sua maioria, integrante da classe média, principalmente gaúchos e paulistas, que abrem mão de comodidades das grandes cidades pela natureza da Ilha de Santa Catarina. Além de receber a migração de classe média., que traz dinheiro, consumidores, serviços e, por conseqüência, mais empregos e oportunidades para a população local. Florianópolis não sofreu o efeito da migração de trabalhadores rurais com a mesma intensidade que outras capitais brasileiras” (Weinberg, 2001:78) (Figuras 14:116 e 15:117).

Mônica Weinber coloca também que “... quem se muda para Ilha, busca os índices de boa vida expressos nas estatísticas. Segundo o índice de desenvolvimento humano, calculado pela ONU com base em renda, educação e expectativa de vida, Florianópolis é a segunda melhor cidade para viver no Brasil, logo atrás da minúscula Feliz, cidade do Rio Grande do Sul. Florianópolis tem também o menor índice de mortalidade infantil entre as capitais brasileiras e é a capital do Estado que exhibe a menor taxa de analfabetismo. A Ilha tem 57 linhas de telefone para cada 100 pessoas, quando a média nacional é 21. Possui a segunda maior concentração de automóveis por habitante (Weinberg, 2001:79-80).

Florianópolis tem sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços, indústria de transformação e turismo. Recentemente a indústria do vestuário e a informática vêm se tornando também setores de grande desenvolvimento.

b) Pólo de Informática

A necessidade de se adequar aos avanços nos processos de desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento, verificados em todo o mundo, levou a economia catarinense a iniciar, na metade da década de 80, uma fase no seu processo de modernização e inovação como causa e consequência simultânea deste processo, observou-se na região de Florianópolis o desenvolvimento, a disseminação e a aplicação de novas tecnologias, com a criação de novas empresas de base tecnológica que surgiram a partir de entidades geradoras de conhecimento, notadamente a Universidade Federal de Santa Catarina.

Uma das entidades fortemente vinculadas a este processo de mudança foi a Fundação Certi – Centro de Tecnologia em Informática, instalada no bairro da Trindade, mais especificamente no Campus Universitário, criada em 1984 pela UFSC, por empresas, por entidades de classe e pelos governos federal e estadual, para fornecer soluções tecnológicas a seus clientes, especialmente a partir da Universidade e de pesquisas avançadas próprias e de parceiros.

Consciente das necessidades de desenvolvimento de Florianópolis, e sintonizada com iniciativas internacionais na área, o Certi e o Governo do Estado de Santa Catarina criaram, em novembro de 1987, a IET – Incubadora Empresarial Tecnológica, com o objetivo de estimular e abrigar novos empreendimentos de base tecnológica. A IET desenvolveu suas atividades durante 9 anos num prédio locado próximo à UFSC e neste tempo estabeleceu um conceito particular de incubadora, implementando parcerias nacionais e internacionais, experimentando novos caminhos e aprendendo com os erros e acertos. A consolidação e expansão das atividades da IET levaram à sua transferência, em 1995, para um dos Centros da Fundação Certi, passando a se denominar CELTA – Centro Empresarial para Laboração de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas, localizado no prédio construído pelo governo no Parque Tecnológico Alfa.

Dando ênfase ao Pólo de Informática, localizado na bacia do Itacorubi, listam-se alguns dos Projetos Desenvolvidos: Desenvolvimento das Atividades de Análise de Negócio e Automatização do Processo de Desenvolvimento do Produto (PDP); Metodologia de Desenvolvimento Tecnológico Regional; Transferência de Tecnologia através de Empreendimentos de Tecnologia Agropecuária; Estratégias de Investimento em Empresas de Tecnologia; Incubação de Empresas de Base Tecnológica, entre outros.

c) Pólo do Vestuário

Outro segmento de importância considerável na economia de Florianópolis refere-se a indústria do vestuário que se consolidou ao longo da última década, adquirindo vulto na economia da Capital. O setor conta hoje com centenas de pequenas empresas que se reúnem em torno da Assinvest – Associação da Indústria do Vestuário e empregam cerca de 18.000 pessoas. Apresentando baixíssimo impacto ambiental, as empresas do setor encaixam-se no tipo de indústria compatível com as características ambientais da região.

Destaca-se abaixo alguns dados sobre a indústria do vestuário de Florianópolis:

- Número de Indústrias cadastradas na Assinvest: em torno de 528 empresas;
- Faturamento anual do setor é de aproximadamente R\$ 48 milhões de reais;
- Produção anual é de 220.000 peças/ano;
- Empregos gerados: em torno de 18.000.

d) Turismo

Dentre os atrativos turísticos da capital salienta-se hoje, além das magníficas praias, e rústicas trilhas pelo interior da Ilha, as pitorescas localidades onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos (localidades do interior da Ilha), além do próprio centro histórico da cidade de Florianópolis, o excepcional conjunto de fortalezas oitocentistas, quase todo já restaurado, e sítios arqueológicos pré-históricos, que remontam há 4 mil anos (PMF, guia digital 2001).

O Turismo é hoje uma das mais importantes atividades econômicas de Florianópolis. Na Temporada de verão de 2000/2001 o fluxo de turistas foi de 552.880, sendo que 319.900 eram nacionais e 232.980 eram estrangeiros. A receita gerada foi de aproximadamente 163 milhões de dólares, sendo US\$ 63,87 (milhões de dólares) por turistas nacionais e US\$ 99,27 (milhões de dólares) por turistas estrangeiros.

TABELA 08: MOVIMENTO DE TURISTAS EM FLORIANÓPOLIS: PERÍODO 1986 A 2001

ANO	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	RECEITA ESTIMADA (US\$)
1986	131.790	67.710	35.578.516,09
1987	126.811	82.034	129.962.213,00
1988	180.786	39.015	46.089.083,10
1989	-	-	152.051.181,19
1990	243.820	58.837	138.715.090,77
1991	269.133	61.456	84.920.325,01
1992	201.901	149.797	84.462.434,18
1993	238.282	178.332	176.091.054,78
1994	170.679	186.196	164.771.909,66
1995	172.623	83.105	109.863.451,84
1996	215.835	84.815	120.961.916,81
1997	270.189	154.591	215.508.608,92
1998	277.166	87.143	138.901.218,73
1999	287.859	147.631	129.520.526,02
2000	335.132	171.109	144.917.799,97
2001	319.900	232.980	163.140.000,00

Fonte: PMF (http://pmf.sc.gov.br/perfil_de_florianopolis/turismo.html)

De acordo com a pesquisa o órgão não informou o número de turistas no ano de 1989.

Observa-se que em 1994, ano de implantação do Real, o movimento de turistas estrangeiros foi maior em relação ao movimento de turistas nacionais.

De acordo com a tabela 09, em geral, Florianópolis tem a preferência dos turistas do Estado do Rio Grande do Sul, ficando os turistas do Estado de São Paulo em segundo lugar na visita às belezas naturais da capital catarinense.

Já no último verão, temporada de 2000/2001 foram os turistas do Estado do Paraná que mais viajaram para Florianópolis, ultrapassando os turistas do Estado do Rio Grande do Sul, como vinha ocorrendo.

TABELA 09: PRINCIPAIS MERCADOS EMISSORES NACIONAIS DE TURISTAS EM FLORIANÓPOLIS: PERÍODO DE 1986 A 2000

ANO	S. CATARINA	RIO G. SUL	S. PAULO	PARANÁ	R. JANEIRO
1986	24,11	22,30	20,95	12,48	10,17
1987	16,91	20,63	23,23	10,78	12,27
1988	25,46	15,24	24,34	14,52	7,26
1989	-	-	-	-	-
1990	10,72	26,09	22,32	15,38	6,03
1991	14,17	21,00	28,33	12,66	9,50
1992	5,91	33,87	29,57	7,53	5,91
1993	11,15	31,53	18,15	15,29	8,60
1994	13,10	34,49	20,86	16,84	6,68
1995	18,09	57,03	10,66	8,24	3,23
1996	17,60	44,27	12,61	14,08	3,81
1997	7,28	43,04	20,31	14,81	7,41
1998	13,19	26,62	26,62	16,44	6,02
1999	7,05	43,34	20,27	11,98	4,70
2000	21,54	23,17	11,72	33,51	2,38

Fonte: PMF

Observa-se também que na temporada de 2000, ocorre acentuado crescimento de turistas de outras cidades catarinenses em visita a capital do estado.

Há décadas, Florianópolis é a cidade preferida dos turistas argentinos com 88,07% de preferência em relação aos demais turistas estrangeiros, ficando os turistas do Uruguai em segundo lugar na ordem de preferência.

TABELA 10: PRINCIPAIS MERCADOS EMISSORES ESTRANGEIROS DE TURISTAS EM FLORIANÓPOLIS: PERÍODO DE 1986 A 2000

ANO	ARGENTINA	URUGUAI	CHILE	PARAGUAI
1986	88,64	4,20	1,87	-
1987	89,95	6,90	-	-
1988	72,99	10,43	1,90	1,90
1989	-	-	-	-
1990	61,88	20,00	2,50	3,75
1991	71,53	9,49	-	2,92
1992	81,88	6,52	4,35	1,45
1993	93,62	3,83	2,13	-
1994	92,16	3,19	-	1,96
1995	84,23	5,09	4,70	3,02
1996	84,32	6,72	1,49	3,73
1997	84,60	6,70	3,13	2,46
1998	77,91	9,30	1,55	6,98
1999	83,04	4,78	2,17	4,78
2000	85,82	4,82	0,99	5,81

Fonte: PMF

Cabe assinalar que a consolidação do setor turístico traduziu-se na expansão do aparato de hospedagem e alimentação, além de um conjunto de atividades voltadas ao entretenimento. Isso significa construção de hotéis, restaurantes e de vários equipamentos de lazer, como bares e casas noturnas, ativando a construção civil, gerando novas oportunidades de emprego (apesar do caráter sazonal do turismo em Florianópolis), propiciando fontes de recursos a serem arrecadados pelo setor público na forma de tributos e adensando a malha urbana, quer pelo crescimento da cidade, quer pela ampliação das infra-estruturas, principalmente de transporte.

Assim, após essas colocações sobre Florianópolis, “fenômeno nacional”, citando também os pólos de informática, vestuário e turismo, será visto no próximo capítulo um pouco da história dos bairros da Trindade e Itacorubi, objeto do estudo e dados que refletem na economia local, através de alguns indicadores.

CAPÍTULO V

UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA SOBRE DINÂMICA INFRA-URBANA: TRINDADE, ITACORUBI E ASPECTOS DA ECONOMIA LOCAL

5.1 – TRINDADE

Para leste do Distrito Sede, destaca-se o subdistrito da Trindade, antiga freguesia da Santíssima Trindade de Trás do Morro, ocupada por imigrantes açorianos no século XVIII, já como uma extensão da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro.

A freguesia foi definida, no início do século, como a região situada entre o Monte do Pau da Bandeira e os do Córrego Grande, Rio Tavares e Lagoa, que formavam entre si uma superfície de trinta a quarenta quilômetros quadrados, em uma maior parte cultivada de cereais, cafeeiros, cana, pastagens criadoras de vacas leiteiras, hortaliças e vinhas. Nas primeiras décadas do século XX, a Trindade ainda fornecia estes gêneros ao centro de Florianópolis.

A instalação do Campus Universitário na Trindade, na década de 60 acelerou a expansão para o Norte. E ainda, na década de 70, promoveu-se a rápida ocupação de espaços da orla marítima, com a execução de aterros que deram suporte à via expressa.

A Trindade, como se conhece hoje, é muito diferente da paisagem de quase um século atrás. No início do século XX, Virgílio Várzea descreve a movimentação da cidade de Florianópolis na época da Festa da Santíssima Trindade, quando organizava-se uma romaria. Ele registra uma atividade que mudou muito nos dias de hoje e alguns aspectos que já desapareceram com a mudança de costumes e o avanço dos meios de transporte. Naquela época, a romaria da Trindade lembrava, pela enorme mobilização que gerava em toda a população da capital, a festa de Nossa Senhora da Penha, um tradicional evento carioca. Em Florianópolis, durante os quinze dias que antecediam à tradicional Festa da Trindade, “(...) capital catarinense começa a se movimentar, e as lojas de fazendas e os armazéns, como os armazéns de molhados, recebem então uma afluência de fregueses matutos que vêm de toda a parte (...). É uma verdadeira afluência que se faz sentir até o recesso dos lares. Pelos negócios, repartições públicas e mesmo no trânsito das ruas não se houve falar em outra coisa. Chefes de família, rapazes solteiros, burocratas ou empregados no comércio, através de suas ocupações e deveres, combinam prazenteiramente entre si os meios e modos mais suaves e cômodos de realizar a excursão (.....) e a maneira de efetuarem a marcha, se em grupos a pé ou em carroças e carros, se em grandes cavalgadas” (Várzea, 1985).

A festa da padroeira, que se realizava na Freguesia da Santíssima Trindade Detrás do Morro, começava na véspera, à tarde, quando “(.....) os pretos e pretas, moços e velhos, com grandes tabuleiros rasos ou altas caixas de vidros, atonetados de frutas e doces (...), como formigas carregadeiras juncam os caminhos em direção daquela freguesia, pelo Pau da Bandeira são seguidos por outros, compostos na maior parte de indivíduos negociantes nas antigas casinhas de pasto do Mercado Velho que vão armar suas barracas de comida no largo da Trindade, bem em frente à igreja. E até a meia-noite rodam carroças e passam cargueiros, abarrotados de gêneros e bebidas que uma multidão de muitas mil almas vai devorar, no outro dia, numa manhã aldeã, (.....) à sombra do pano branco das tendas, ou em pleno sol (.....) em meio à praça apinhada (Várzea, 1985).

Ao fugir da estrela d'alva são as primeiras cavalgadas romeiras que desfilam em trotes e galopes curtos pelas ruas da cidade (.....) para o Mato Grosso, a Praia de Fora e as Olarias, vêm-se ir chegando aos portões muitas carroças enfeitadas (.....) esta partida de cavaleiros e carroças entra a coalhar as estradas, fazendo a volta de São Luís ou do Zé Mendes (.....). E pelas estradas em torno, na direção da Trindade, filas infindas de povo, coleando nas planícies e morros, sob o responder do sol (.....). O largo da freguesia, onde muitos roceiros das Três Pontes, de Itacorubi do Pantanal, do Saco dos Limões e do Córrego Grande passaram a noite em roda da fogueira de toros, que ficam a iluminar a igreja e o cruzeiros com as suas chamas de ouro (.....), aparece, completamente mudado na sua ornamentação campestre e florida, onde sobressai uma larga avenida de iças delgadas e de belos penachos verdes (.....); a casinha acapelada do império dentro da qual se há de leiloar depois as “promessas” sagradas de massas e ceras, (.....) e finalmente o renque curvo das barracas de pano, onde alguns bebedores matinais abancam já, à primeira algazarra do dia, e dessa hora em diante a afluência se manifesta (.....) (Várzea, 1985).

Várzea, em seu relato minucioso e realista, descreve além da paisagem a festa em si, e principalmente, como era conhecido o bairro da Trindade.

Atualmente, a festa, bastante modificada, ainda é realizada no mesmo local, mas tendo como sede a nova igreja da Trindade. Permanecem entretanto como referencial daquela paisagem a antiga capela e o Império do Divino, administrada e incorporada ao patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina, através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

Hoje a Trindade é bairro muito expressivo, praticamente independente do subdistrito do Centro, concentrando áreas residentes uni e plurifamiliares, comerciais, institucionais e de serviços. Destacam-se, entre as maiores instituições instaladas na localidade, a Escola de Oficiais da Polícia Militar do Estado; o Campus da Universidade Federal de Santa Catarina e o Hospital Universitário, entre outras (Figura 16:118).

A região da Trindade Sul (próximo a UFSC) já está sendo apontada por alguns, como área nobre, considerando os altos custos imobiliários praticados, além de outras vantagens oferecidas à comunidade.

5.2 – ITACORUBI

Na década de 60, o Itacorubi era uma área rural. O núcleo de moradores existente nesse lugar dedicava-se às atividades rurais e possuía, principalmente, produção de gado leiteiro. Existiam grandes propriedades rurais, como a “fazenda do José Elias”, que abrangia toda a área da TELESC até

a área do loteamento residencial do Parque São Jorge, cuja produção era de gado leiteiro, segundo Glauco Olinger¹¹.

Glauco Olinger (assessor de agricultura do governo estadual) idealizou, no período do governo de Celso Ramos, instalar na área do Itacorubi todo o sistema público agrícola do Estado de Santa Catarina, porque os agricultores tinham muita dificuldade em chegar na capital e procurar os órgãos ligados à agricultura, que estavam espalhados pela cidade. O local escolhido, segundo Olinger, para centralizar esses órgãos, foi o Itacorubi, porque era uma área muito próxima do Centro de Florianópolis e tinha áreas públicas vagas (Faccio, 1997:119).

O primeiro órgão instalado no Itacorubi foi o Laboratório de Análises de Solo e Minerais, no governo de Celso Ramos e foi situado próximo ao limite do terreno ocupado hoje pela UDESC. Houve um descontentamento dos funcionários em relação à transferência para a nova sede do Laboratório, porque o Itacorubi era uma área totalmente rural.

Ainda no governo de Celso Ramos foi instalada a segunda instituição do governo estadual no Itacorubi. O CETRE – Centro Prático de Treinamento foi implantado em área pública ocupada até então com produção agrícola para o Abrigo de Menores que estava localizado no bairro da Agrônômica, totalizando cerca de 35 hectares (Faccio, 1997:120).

No governo de Colombo Salles (1970-1975) foi construído, no Itacorubi, o prédio para sediar a Secretaria da Agricultura¹², concluído em 1975. No entanto, a secretaria não se transferiu para a nova sede, permanecendo no centro da cidade. No prédio foram instaladas a ACARESC, EMPASC e ACARPESC. Somente em 1986 a Secretaria da Agricultura ocupou o prédio, quando a ACARESC transferiu-se para a sede nova.

As ligações viárias entre o centro da cidade e o bairro Itacorubi eram muito precárias. Estava em construção a rodovia SC-401, atual trecho da avenida da Saudade, que melhoraria o tráfego, mas até a sua conclusão não havia acesso por esse caminho. Para se chegar ao Itacorubi, era necessário percorrer um caminho cheio de atalhos. Para quem vinha do centro da cidade, percorria-se a estrada em direção à Trindade até a Academia da Polícia Militar, desse ponto em diante até o Itacorubi era

¹¹ Entrevista com Glauco Olinger em 25/11/96, à mestrandia Maria da Graça Agostinho Faccio. (Faccio, 1997:119)

¹² Nesse período era então Secretário da Agricultura, Glauco Olinger.

necessário atravessar o terreno da Academia e terminar o percurso por uma estrada de terra, onde hoje cresceu o bairro Santa Mônica.

No decorrer da década de 70, iniciou-se um relativo movimento de fluxos em direção ao Itacorubi, que começou a atrair interesses de outros órgãos para aquela localidade. A TELESC, criada em 1974, construiu sua sede no Itacorubi, com recursos federais. O prédio foi inaugurado em 1976.

Nesse período, o Itacorubi não se constituía ainda em um bairro. Era apenas um pequeno distrito muito distante do centro da cidade. Os acessos a essa localidade eram precários. A atual avenida Madre Benvenuta era apenas uma estrada sem pavimentação de difícil percurso.

No governo de Konder Reis, foi construído o Campus da UDESC, localizado em frente à sede da TELESC e próximo aos órgãos públicos ligados à agricultura. Em 1982, a sede da CIDASC foi construída em terreno localizado entre o Campus da UDESC e o prédio da Secretaria da Agricultura, ocupada então pela ACARESC.

O CCA – Centro de Ciências Agrárias da UFSC, foi criado em 1976 e decidiu-se por localizar suas instalações, também, no Itacorubi de acordo com projeto de reunir todas as atividades públicas ligadas à área da agricultura. O prédio foi construído nos anos de 1976 e 77, em parte da área do CETRE, terreno cedido pela ACARESC. Em 1980, foi construído nessa mesma área um prédio para instalar o Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFSC, que veio transferido do centro da cidade.

A sede da EPAGRI¹³ foi construída em 1986, então destinada a instalar a ACARESC. O prédio foi construído com recursos do BIRD por meio da EMBRATER, órgão federal. O então presidente da EMBRATER, Glauco Olinger viabilizou, nessa oportunidade, a liberação da verba para a construção de uma sede para a ACARESC. Com a instalação deste Órgão na sede nova, em 1986, a Secretaria da Agricultura transferiu-se para o Itacorubi ocupando o prédio deixado pela ACARESC, que havia sido construído, inicialmente, para sediar a própria Secretaria. Com isso, concluiu-se o projeto de concentrar numa mesma área todos os órgãos públicos ligados à agricultura (Faccio, 1997:122).

No decorrer dos anos seguintes, muitos funcionários estabeleceram moradia nos bairros próximos ao local de trabalho, entre a Trindade e o Itacorubi. Entretanto, essas áreas já possuíam um valor imobiliário bem mais alto que as áreas localizadas no continente. Assim, o bairro do Itacorubi e proximidades constituíram-se em opção de moradia para os funcionários públicos com renda mais alta.

Outras instituições importantes vieram para o Itacorubi, como a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que veio na primeira metade da década de 70, instalando-se em terreno cedido pela Secretaria da Agricultura no Governo Colombo Salles. Posteriormente, construíram-se as sedes do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e da FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina. Ainda foram construídas as sedes dos funcionários da CIDASC e da ACARESC em áreas dos respectivos órgãos públicos (Figura 03:55).

Em 1988, numa conjuntura distinta daquela dos anos 70, foi construído, no bairro do Itacorubi, o edifício que abrigou a sede da CELESC. A peculiaridade da nova conjuntura ficou expressa nas condições em que foi construído o prédio, não mais com recursos públicos ou através de empréstimos feitos pelo Estado, mais sim com recursos dos fundos de seguridade social dos funcionários da CELESC, arrecadados através da Fundação CELOS – Fundação Celesc de Seguridade Social. A Fundação é a proprietária do edifício e o Estado seu inquilino (Figura 03:55).

A partir da década de 70, em paralelo à expansão das localizações das sedes no centro da cidade, os bairros da Trindade e Itacorubi tornaram-se lugares privilegiados para a implantação de várias sedes de órgãos públicos. Nesse sentido, as localizações no Bairro da Trindade, do Campus Universitário da UFSC e da ELETROSUL e, no bairro do Itacorubi, dos órgãos públicos estaduais ligados à agricultura, da UDESC, TELESC e CELESC, ocorreram de forma praticamente simultânea.

Dessa forma, a expansão urbana da cidade para as áreas da bacia do Itacorubi situadas a leste do Morro do Antão, formando os bairros da Trindade, Itacorubi e áreas adjacentes ocorreu de forma quase paralela, em processos de crescimento urbano simultâneo.

Assim, para que se possa visualizar o crescimento desses bairros, tanto em nível habitacional como populacional, buscou-se informações junto a vários órgãos públicos, para que seja demonstrado esse crescimento, bem como os reflexos na economia local.

¹³ A EPAGRI foi constituída em 1991, a partir da junção da ACARESC e EMPASC – empresa de Pesquisa Agropecuária de

5.3 – ECONOMIA LOCAL

Para tentar formar uma idéia sobre a dinâmica social e econômica na área da Trindade e espaços adjacentes, buscaram-se vários indicadores para demonstrar o crescimento local. Esses dados referem-se a bancos, empresas do setor mobiliário e empresas comerciais, e foram obtidos por meio de pesquisa junto aos órgãos vinculados no centro da cidade e nos bairros, para permitir alguma posição sobre o crescimento habitacional e populacional, e também a do mercado e do volume de serviços praticados na região.

a) Carnês de IPTU emitidos no período de 1996 a 2001

Na área imobiliária observa-se que à medida que a população aumenta, cresce também a quantidade de imóveis. Dessa forma, foi realizado uma pesquisa junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Cadastro Fiscal Imobiliário da Secretaria de Finanças, através da qual se pode observar o crescimento imobiliário no município de Florianópolis, através dos novos registros imobiliários (carnês emitidos) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, no período de 1996 a 2001 (Tabela 11:76).

Observa-se também que no centro de Florianópolis a emissão de carnês do IPTU no ano de 2001 foi 27,0% maior em relação ao ano de 1996. Já o bairro do Itacorubi registrou um aumento de 44,70%, sendo o maior índice em relação aos demais bairros levantados na tabela 11, ficando a Trindade com 11,86%, e o Pantanal com 20,26%, respectivamente. Esse crescimento sugere a manutenção do crescimento do espaço edificado, com velocidade que se revela notável especialmente no Itacorubi.

TABELA 11: CARNÊS DE IPTU EMITIDOS NO PERÍODO DE 1996 A 2001

ANO	CENTRO	TRINDADE	ITACORUBI	PANTANAL	FPOLIS
1996	31.085	6.670	3.884	2.167	151.656
1997	31.654	6.769	4.190	2.173	155.954
1998	32.632	6.777	4.273	2.298	160.437
1999	34.168	6.884	5.313	2.351	187.631
2000	36.603	7.017	5.591	2.408	192.351
2001	39.479	7.461	5.620	2.606	179.311 ¹⁴

Fonte: Secretaria de Finanças da PMF

b) Evolução dos serviços, segundo os Alvarás emitidos no período de 1996 a 2001

Um importante elemento para refletir o dinamismo dos negócios refere-se à autorização pública para o seu funcionamento. Buscou-se com isso perceber esse dinamismo na economia nos bairros da Trindade e áreas adjacentes, ou, se podemos assim chamar, na “grande Trindade”, em analogia com a denominação dada para as cidades próximas à Florianópolis (“grande Florianópolis”), em 1970.

Com o crescimento desses bairros, tanto em nível habitacional como populacional, percebe-se uma expansão dos “serviços” e da “prestação de serviços”. Esse tipo de atividade ganhou importância crescente, uma vez que as indústrias localizadas na capital do estado transferiram-se para a cidade de São José, melhor dizendo para o parque industrial de São José, localizadas próximo a BR-101, como já foi visto anteriormente.

Nota-se que, segundo Peluso Júnior (1991), “Serviço” é a ocupação que abrange a maior faixa de pessoas de baixa renda. Os níveis mais elevados da categoria estão em atividade nos estabelecimentos de serviços de alojamento e de alimentação (hotéis, restaurantes, cafés, etc.), de serviço de reparação (oficinas de ourives, relojoaria, reparação de motores, etc.), de serviços pessoais

¹⁴ Com a unificação de construções dentro do mesmo espaço/terreno, segundo critérios da Prefeitura Municipal de Florianópolis, houve uma redução de 13.040 carnês emitidos no ano de 2001.

(salões de barbeiro, instituto de beleza, etc.), serviços comerciais (agentes, corretores e intermediários de venda, etc.) e de serviços de diversões, radiodifusão e televisão (cinema, bilhares, estações de rádio e televisão, etc.). Como “Prestação de Serviços” é aquela atividade limitada à própria cidade e à sua região. No agregado referente à função de lugar central, é o componente em que se verifica menor influência da função política da cidade (Peluso Jr., 1991:338).

As atividades sociais incluem algumas ocupações do setor privado, como ensino particular, assistência médico-hospitalar particular e culto. Porém, não obstante a sua importância intrínseca, são todos pouco expressivos como fornecedores de emprego, comparados com ensino público, assistência médicos-hospitalar pública, previdência, melhoramentos urbanos, saneamento.

As atividades de “comércio de imóveis, valores mobiliários, seguro e capitalização” contêm setores de importância fundamental, para a economia. Até 1960, este agregado, não obstante sua alta significação econômica, pouco representava como fornecedor de emprego. Em 1970 sua alta porcentagem mostra a importância que vem adquirindo na composição da população ativa da cidade, quase toda dedicada ao próprio núcleo urbano.

Este tipo de comércio já configura prática com relevante destaque, conforme refletido ao grande número de imobiliárias instaladas no bairro da Trindade. A razão disso está no elevado número de migrantes que passam a procurar locação nos bairros próximos à Universidade Federal de Santa Catarina, onde o bairro da Trindade, setor Sul, já está sendo considerado por alguns como área nobre da região.

TABELA 12: NÚMERO DE EMPRESAS COM ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO NOS BAIRROS DA TRINDADE, ITACORUBI E PANTANAL

SERVIÇOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Administ. Bens, Negócios e Consócios	7	8	12	14	16	17
Advogados	2	3	5	7	8	8
Agenc., Corret. Bens Móveis/Imóveis	2	3	4	5	6	6
Agenc., Organiz., Promoção de Turismo	8	10	15	18	24	36
Alfaiataria e Costura	13	15	17	18	20	20
Análise, Sistemas, Proc. De Dados	14	24	35	53	73	75
Assessoria e Consultoria de qq. Natureza	24	29	35	50	55	64
Assistência Técnica	12	17	19	22	23	23
Barbeiros, Cabeleireiros e outros	33	46	58	68	79	84
Comércio Atacadista	7	11	16	17	22	23
Com.calçados, tecido, Drog. e Confec.	34	42	48	61	79	87
Comércio de Gêneros Alimentícios	28	38	45	51	65	68
Consertos e Manutenção em geral	24	28	31	34	35	36
Dentista	19	23	26	28	33	35
Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas	51	61	68	78	85	87
Ensino, Instrução, Trein. E Avaliação	26	33	46	48	50	55
Execução por Administ. – Constr. Civil	21	25	27	30	44	44
Outros Profis. s/qualificação Curricular	10	12	16	17	19	24
Serviços Médicos	21	41	48	53	70	77
Transporte	24	25	25	25	26	27

Fonte: Secretaria de Finanças de PMF

Por estar o bairro da Trindade e espaços adjacentes em processo de expansão na área imobiliária, observa-se na tabela 12 a evolução crescente, no período de 1996 a 2001, de empresas instaladas no setor de engenharia, arquitetura e urbanismo. O comércio também faz-se presente, com grande número de empresas de calçados, tecidos, drogarias, confecções e gêneros alimentícios.

Na área de serviços, é grande o número de serviços de barbearia, corte de cabelo, alfaiataria, costura e assessoria, e consultoria de várias naturezas. Também é importante a expansão dos serviços no setor de informática, análise, sistemas e processamento de dados.

Associados ao crescimento populacional dos bairros, surgem também em grande quantidade os serviços médicos e odontológicos, como também os de ensino, instrução, treinamento e avaliação.

c) Registros de empresas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

As informações obtidas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina não permitem o comércio da região, uma vez que elas se referem à cidade por inteiro, não aos bairros.

d) Setor bancário

Buscando ainda outros indicadores sobre a economia local, efetuou-se pesquisa junto às agências bancárias localizadas à rua Lauro Linhares, e no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina (Tabela 13).

TABELA 13: AGÊNCIAS BANCÁRIAS LOCALIZADAS NA TRINDADE

BANCO/ AGÊNCIA	Nº DE FUNC.	Nº CAIXAS MANUAL	Nº CAIXAS ELETR.	Nº CONTAS P. FÍSICA	Nº CONTAS P. JURID.
ITAÚ S/A – Ag. L. Linh.	11	02	08	2.500	800
BESC S/A – Ag. L. Linh.	115	35	21	12.000	300
BRASIL S/A – Ag. L. Linh	22	04	06	3.800	300
BRASIL S/A – Ag. UFSC	60	10	18	15.000	500
BRADERCO S/A	12	04	06	-	-
HSBC S/A – Ag. UFSC	10	04	02	1.500	300
C.E.F. - Ag. UFSC	64	05	07	4.437	521

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Os números apresentados na tabela 13 são aproximados, uma vez que foram informados pelas gerências dos bancos, isto é, não foram obtidos dos boletins ou outros documentos. Percebe-se a dificuldade em conseguir informações que expressem a realidade nesse setor, devido à concorrência existente entre os bancos. É ilustrativo o gerente da agência do Bradesco não ter sido autorizado pelo setor jurídico a repassar as informações solicitadas.

A agência do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, é a que apresenta o maior número de empregados e caixas, uma vez que dispõe de vários postos de atendimentos junto as Empresas do Governo, localizadas nos bairros da região.

Cabe registrar a preferência dos bancos em instalar suas agências e postos de atendimentos no bairro da Trindade e áreas adjacentes, considerando o grande número de funcionários públicos, de empresas governamentais e empresas privadas em expansão, conforme já mencionado..

e) Setor Imobiliário

Também para tentar fornecer uma idéia sobre o funcionamento de um importante setor da economia local, foi realizada pesquisa junto às imobiliárias localizadas à rua Lauro Linhares, bairro da Trindade. A idéia era observar o número de cadastros na área de vendas e locações no referido bairro e áreas adjacentes (Tabela 14).

TABELA 14: IMOBILIÁRIAS LOCALIZADAS NA TRINDADE

IMOBILIÁRIA	CADASTRO/LOCAÇÃO	CADASTRO/VENDAS
GUERREIRO IMÓVEIS LTDA	350	100
REGENTE IMÓVEIS LTDA	84	48
DALTON ANDRADE LTDA	-	20
BROGNOLI LTDA	*	*

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

A exemplo do que ocorre no setor bancário, também nesse setor, observa-se a dificuldade quanto às informações sobre clientes cadastrados. O gerente da Imobiliária Brognoli Ltda recusou-se a prestar as informações, alegando que as mesmas só poderiam ser obtidas junto a gerência do Centro.

Registre-se o elevado número de cadastros junto a Imobiliária Guerreiro Imóveis Ltda (últimos 5 anos). O motivo é que a mesma está atuando no bairro da Trindade há mais de dez anos. A Imobiliária Regente Imóveis Ltda está atuando no bairro somente há um ano. Já a Imobiliária Dalton Andrade Ltda atua somente no mercado de vendas de imóveis, não concorrendo com as demais na área de locações.

f) Serviços terceirizados pela UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina, encontra-se impossibilitada, através de Lei da Presidência da República (Ministério da Administração), para realizar Concurso Público para efetivação de cargos vagos do serviço público federal, ocorridos através de demissões, óbito ou aposentadorias. Assim, a UFSC vem terceirizando alguns dos seus serviços, como forma de sanar problemas de pessoal. Tendo em vista que muitos desses serviços são praticados por empresas situadas próximo à Universidade, esse comportamento contribui para ativar a economia local.

Nos casos em que as empresas prestadoras de serviços não são situadas próximo a UFSC, mesmo assim, contribuem para a economia local através dos gastos de seus empregados com transporte, alimentação, lazer, vestuário, locação, imóveis, entre outros.

Na tabela 15 (página 82), são indicados os serviços terceirizados em várias áreas de atuação e os valores expressivos mensal e anualmente despendidos junto as empresas contratadas, serviços esses que vêm aumentando cada vez mais, refletem no contexto geral da economia da região.

TABELA 15: EMPRESAS CONTRATADAS PELA UFSC E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

EMPRESA	SERVIÇO	Nº EMP.	VLR MÊS	VLR ANO (R\$)
ORBENK	Jardinagem do Campus	17	11.182,60	134.191,20
CONCAP	Recolh. de resíduos sólidos	-	3.973,00	47.676,00
ENGEMED	Manut. Equip. Odontolog.	-	4.194,00	50.328,00
FORMACO	Recolh. De Lixo hospitalar	-	1.000,00	12.000,00
JCS	Alvenaria no Campus	2	1.964,52	23.574,24
LCV	Clipping Eletrônico	-	1.000,00	12.000,00
NACIONAL	Manut. De Elevadores	1	150,00	1.800,00
ONDREPSB	Limpeza em geral	295	199.182,22	2.390.186,64
PEDROSO	Vigilância e Segurança	36	32.602,86	391.234,32
QUANTUN	Eletricidade	10	13.400,00	160.800,00
SELVA	Manut. De Audio e Vídeo	-	884,16	10.609,92
SPECTO	Painéis eletrônico	-	1.647,00	19.764,00
UNITAGRI	Operador de Microtrator	3	2.344,80	28.137,60
IMP. NACIONAL	Publicação no D.Oficial	-	10.000,00	120.000,00
RADIOBRÁS	Publicação em Jornal	-	5.000,00	60.000,00
XEROX BRASIL	Locação Maq. Fotocópias	-	19.904,00	238.848,00
TOTAL	-	364	308.429,16	3.701.149,92

Fonte: Departamento de Material e Administração Geral/UFSC, maio/2001

Muitos desses serviços, são executados de acordo com a programação das empresas, sem a necessidade da presença de seus empregados no campus da UFSC.

Observa-se que os valores anuais despendidos para pagamentos desses contratos são significantes e gastos, parte deles, na economia local através de transporte, alimentação, lazer, vestuário, locação, imóveis, etc.

É expressivo no contexto geral, o número de empregados terceirizados pela UFSC, na área de serviço de limpeza.

g) Orçamento da UFSC

A tabela 16 apresenta o Orçamento Executado da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1995 a 2000, e em execução o Orçamento do ano de 2001. São orçamentos de grande expressão.

Como foi visto anteriormente, no capítulo III, o Campus Universitário, também conhecido como “Cidade Universitária” apresenta características de uma mini cidade com infraestrutura própria (hospital, prefeitura, colégio, creche, restaurantes, cinema, etc.), possuindo um orçamento de causar inveja a muitos municípios catarinenses.

Para atender a demanda de alunos, professores e servidores técnico-administrativos, também mencionados no Capítulo III, a UFSC apresenta em seu Orçamento para 2001, a importância de R\$ 295.411.948,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e quarenta e oito reais), sendo 82,13% para atender despesas com pessoal e 17,87% com benefícios sociais, e outros custeios e capital (recursos do tesouro e próprios).

**TABELA 16: ORÇAMENTO DA UFSC POR GRUPO DE DESPESA:
PERÍODO DE 1995 A 2001**

A N O	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL /TES	OUTROS CUSTEIOS E CAP./PROP.	T O T A L Em R\$
1995	177.831.134,00	7.635.117,59	11.313.690,96	19.957.023,78	216.736.966,33
1996	180.570.350,80	7.998.252,00	12.572.266,00	16.365.268,92	217.506.137,72
1997	186.861.044,05	9.691.473,07	11.588.142,55	13.921.453,03	222.062.112,70
1998	189.423.433,00	9.068.682,80	12.118.316,20	11.500.000,00	222.110.432,00
1999	222.475.385,00	9.308.280,84	18.575.227,82	3.119.516,72	253.478.410,38
2000	235.054.898,00	9.591.211,13	19.000.131,00	6.350.684,92	269.996.925,05
2001	242.652.552,00	9.296.244,00	16.462.535,00	27.000.617,00	295.411.948,00
TOTAL	1.434.868.796,85	62.589.261,43	101.630.309,53	98.214.564,37	1.697.302.932,18

Fonte: Relatório da CODEOR/SEPLAN/UFSC, maio/01

Observação:

- 1) Os Contratos Temporários no ano de 1996, pertenciam ao grupo Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 3.470.785,99);
- 2) O Hospital Universitário, a partir do ano de 1999, passou a receber recursos financeiros através do Sistema de Convênios;
- 3) O OCC (Outros Custeios e Capital) em 1999 recebeu suplementação de R\$ 7.377.000,00, sendo que R\$ 1.663.000,00 para quitação de dívidas do exercício anterior (1998);
- 4) O Orçamento do presente exercício, encontra-se em execução.

Grande número de servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC, principalmente os professores, residem no bairro da Trindade e áreas adjacentes, deixando na região em estudo, parte de seus orçamentos pessoais, que no contexto do Orçamento da UFSC relaciona-se a rubrica de Pessoal e Encargos Sociais (salários), como também a rubrica de Outros Benefícios Sociais (vales transporte e refeição e outros).

As despesas de Contratos Temporários (professores substitutos) também são importantes para a economia local, uma vez que a grande parte desse professores contratados, são alunos de pós-graduação da UFSC, com residência fixas e temporárias, localizadas na região da grande Trindade.

Nos Outros Custeios e Capital, provenientes do Tesouro Nacional e arrecadação própria da Instituição, são rubricas importantes, pois são elas que mantêm o funcionamento da Instituição através dos seus equipamentos e materiais permanentes, bem como a aquisição de materiais didáticos e manutenção dos serviços, como é o caso dos serviços terceirizados já vistos.

h) Programa de Dispêndios Globais da ELETROSUL

Na tabela 17, é apresentado o Programa de Dispêndios Globais – Realizado Econômico da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL, expressos em reais, empresa essa também de grande expressão inserida no bairro do Pantanal.

TABELA 17: PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – REALIZADO ECONÔMICO DA ELETROSUL: PERÍODO DE 1995 A 2001

ANO	DISPÊNDIOS GLOBAIS - (R\$)
1995	1.105.480.608,00
1996	1.173.040.000,00
1997	1.630.760.074,00
1998	780.812.406,00
1999	1.105.587.094,00
2000	1.062.892.490,00
2001	1.268.149.817,00

Fonte: Divisão de Planejamento Econômico e Financeiro da ELETROSUL, junho/01

Registra-se que na tabela 17, os valores globais, para atender a Empresa na esfera dos quatro estados, não sendo possível identificar qual o percentual aplicado do Programa de Dispêndios – Realizado Econômico para o Estado de Santa Catarina, conforme questionamento feito à servidora Maria Dolores Brolese Vieira, Analista de Planejamento Econômico Financeiro da Empresa.

Registra-se também que, a partir do ano de 1998 ocorreu uma redução dos valores, tendo em vista que no mesmo ano houve a sizão da empresa, deixando de produzir a energia elétrica, ficando somente com a distribuição, conforme visto anteriormente.

Como visto no orçamento da UFSC, o orçamento da ELETROSUL também tem papel importante no contexto da economia nos bairros do Pantanal, Trindade e áreas adjacentes, principalmente no setor mobiliário com a presença de conjuntos habitacionais nos bairros próximos a Empresa.

Como visto anteriormente no capítulo III, é uma empresa de grande porte, com salários acima da média praticada da cidade, impulsionando a economia local através da habitação, serviços, ensino, saúde, comércio, lazer, transporte, combustível, alimentação entre outros.

i) Shopping Trindade

Encerrando a demonstração dos indicadores que refletem na economia local, o Quadro 01 mostra as Empresas instaladas nas lojas e salas do Shopping Trindade, localizado na zona sul do bairro da Trindade.

Como pode ser observado, é expressivo o número de empresas ali localizadas, gerando grande número de empregos nos diversos setores: serviços, prestação de serviços e comércio, servindo de suporte à população do bairro da Trindade e áreas adjacentes.

Observa-se que, além das lojas localizadas no andar térreo e primeiro pavimento, dando suporte ao comércio local do bairro da Trindade, com grande fluxo de pessoas, é também grande o número de empresas ali instaladas.

Algumas das empresas prestadores de serviços citadas na tabela 12, encontram-se localizadas no Shopping Trindade (Quadro 01:87), nos diversos ramos de negócios e serviços, como também observa-se presente uma unidade da Fundação Certi – Tecnologia Inovadora.

QUADRO 01: EMPRESAS LOCALIZADAS NO SHOPPING TRINDADE

LOJAS	SALAS
Laboratório Unidos – Análise Clínicas	Pinheiro Pavei – Construtora
Caramelo Kids – Roupas Infantil	Massagista – Johanna M. H. Coelho
Caramelo Kids – Roupas Infantil	Helena - Salão de Beleza
Compact Celular – Aparelhos e Serv. Tim	Dzigual – Desing Gráfico
Barbearia Gonsali – Barbearia	Mediações – Psicologia e Psicoterapia
Famácia Alana May – Farm. De Manipulação	Construtora Pinheiro
Fujifilm – Revelação Fotográfica	Núcleo Terapêutico - Terapia e Pediatria
Kock Calçados – Comércio de Calçados	Shift Comunicação
Extra Computadores - Com. Comp. e Assist.	Spázio Umanitá – Massoterapia Alternativa
Top Tech – Ap. e Serv. Global Telecon	F4th – Internacional e Conversões
Banco Itaú S/A	Shift Comunicação
Banco HSBC S/A	Instituto Ara Brasil
Atlântico Sul – Surf Wear	Pavei e Hassemer
Ótica Especialista – Óculos, Relógios, etc.	Tec Matiss
Mix Paper – Papelaria	Auditoria
Perfil Moda Íntima – Moda Íntima	Aulas de Inglês
Silvana Jóias – Semi-jóias e Bijuterias	Editora Cidade Futura
Art e Decô – Artigos para Decoração	Ilha Instituto Integrado de Tecnologia
Matéria-prima – Roupas Fem. Em Constr.	Editora Cidade Futura
Gulas – Tabacaria	Proenge Engenharia – Engenharia Civil
ZLM Roupas Profissionais	Fisioterapia – Reeducação Postual Global
Moleca – Roupas de Praia e Ginástica	Instituto de Pesquisa
All Sport – Artigos Esportivos	Laboratório de Prótise Odontológica
Bella Cosméticos – Cosméticos em Geral	Globalite – Internet a Cabo
Porto Belo – Roupas em Couro	Pediatri – Homeopata - Armindo Santoro
Duplic – Copiadora	Entrenimento e Comunicação
Singa Turismo – Agência de Turismo	Latitude 27º - Escritório
Turma da Ilha – Artigos para Crianças	Psicóloga – Maria Antonieta Brito Beck
Bomboo – Roupas Femininas	Quorum Comunicação
Grandharwa Music – CD, DVD e Vídeos	BR Sistemas
Afrodite – Moda Senhora Jovem	Cons. Odont. Dr. Mauri Roberto Vieira Filho
Estilo Fashion – Roupas Feminina	Assescom – Consultoria Comercial
Lua Lua – Roupas Feminina e Masculina	Methodus Eventos e Consultoria – Escritório
Karamuja Fashion – Roupas Íntimas	Publicar – Publicidade em Ônibus

Leve Sono	Guenther e Milioli - Arquitetos e Associados
Sendha da Espiritualidade	Arthepa – Engenharia e Arquitetura
Vellum – Roupas de linha Masc. e Feminina	Brasil Mídia – Tecnologia de Informação
Libreto – Livraria	Lilian e Cleusa
Kreps mania – Praça de Alimentação	Lagoa Editora - Produções Gráficas
Soul Salada – Praça de Alimentação	Technews
Via Pastel – Praça de Alimentação	Primeira Via Acessoria de Comunicação
Bom Garfo – Praça de Alimentação	Advocacia Ferraz - Causas Cíveis
X-Picanha – Praça de Alimentação	Clínica Geral e Psiquiátrica c/Orient. Autrop.
Mini Calzone – Praça de Alimentação	Pollux – Sistemas Industrias de Visão
Batatas e Poemas – Praça de Alimentação	Via Mídia Tecnológica Ltda
Sucos e Cia – Praça de Alimentação	Campus Viagens e Turismo
Só Bauru – Praça de Alimentação	Oficina de Idéias - Criações em Internet
Pizzaria - Em Construção	Pedagoia - Dra Taisa Bourguignon
Acesso a Internet, Banca de Rev. Loc. DVD	Dataa Consultoria - Pl. de Saúde e Previd.
Escrit. de Vendas da Const. Pinheiro Pavei	Movimento de Arte Psicodinâmica
	Icable Ltda – Internet a Cabo
	Livraria Libreto – Administração
TORRE "B" - SALAS	Pedagoga - Dra. Marcia Gill Bardal
Laboratório de Ensino a Distância	Demira e Associados - Asses. Empresarial
Fundação Certi – Tecnologia Inovadora	Dermatologista - Dra. Cassia S. mendes
Laboratório Stella	Instituto Inves Desenvolv. Política Linguística
Directa Automação	Advogada – Rosana Porath
Floripa Tecnologia	Out Corporation - Intelligent English School

Fonte: Administração do Shopping Trindade, junho/01

A praça de alimentação vem destacando-se com grande número de comensais, considerando a localização do Shopping próximo a UFSC; as agências bancárias; a praça do bairro; e a igreja matriz da Trindade, oferecendo mais opções em termos de alimentação aos universitários e demais visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período entre 1968 e final dos anos setenta foi o ápice de um processo de ampliação das funções do Estado que teve início na década de 30. O Estado, nesse período, assumiu mais intensamente a forma de agente da produção. Marcado pelo centralismo autoritário, o Estado interviu na economia através da criação das empresas estatais ou de participação mista com o capital privado.

Em geral, sabe-se que a função do Estado capitalista “é de garantir as condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas...” (Martins, 1985:19). No entanto, a ação do Estado no Brasil, especialmente no período militar, foi além disso. Ele atuou diretamente através das empresas governamentais em determinados setores econômicos que, por falta de capacidade do capital nacional e desinteresse do capital estrangeiro, estrangulavam o crescimento da indústria no Brasil.

Assim, a ampliação do Estado foi necessária para que a indústria brasileira e, mais especificamente, a indústria catarinense pudesse crescer e ampliar a sua produtividade. Portanto, a ação do Estado viabilizou e financiou o processo de industrialização brasileira, possibilitando que ela desse um salto de crescimento em poucos anos.

A enorme expansão do Estado ocorreu de várias formas, como a criação de empresas estatais, atuando diretamente no setor produtivo, a criação de um complexo sistema financeiro, como órgão arrecadador e investidor e através da criação de órgãos de pesquisa e assistência à produção, entre outros. Em nenhum outro momento da história do Brasil ocorreu um aumento tão grande do aparelho do Estado.

Uma das conseqüências da política de governo de ampliação e centralização das funções do Estado foi o aumento do número de órgãos públicos, tanto estaduais como federais. O aparelho de Estado em Santa Catarina, representado pela criação de novos órgãos públicos, teve um crescimento extraordinário, nas décadas de 60 e 70. Nesse período, foram criados quase 60% do total de órgãos públicos estaduais surgidos ao longo dos últimos 100 anos.

A ação do Estado em relação ao urbano, em geral, é abordada sob a ótica de sua ação normativa, determinando leis e planos de ordenamento. No entanto, as conseqüências da enorme expansão do Estado coloca diante de uma outra dimensão na análise. O Estado, nesse caso, ocupou um lugar, produziu e consumiu espaço e é justamente essa característica, a sua materialização, que foi o principal fator de transformação do espaço urbano de Florianópolis, a partir da década de 70.

Assim, Florianópolis, uma inexpressiva capital de estado até a década de 60, transformou-se radicalmente a partir da enorme expansão do Estado ocorrida, principalmente, no período do regime militar. A função urbana de centro de gestão, exercida pela capital do Estado de Santa Catarina, ganhou uma dimensão maior dentro do seu contexto urbano, principalmente pela cidade não ter desenvolvido outras funções urbanas de forma expressiva. Como vimos, nas décadas anteriores a 1960, a cidade viveu um período de pouco crescimento urbano, principalmente como decorrência do fechamento do seu porto e conseqüente decadência do seu comércio. A partir da década de 30, a economia da cidade passou a depender, quase exclusivamente, da função urbana de sede do governo. Assim, a grande expansão do Estado, nas décadas posteriores, desencadeou um processo de transformação urbana da capital catarinense.

Algumas das conseqüências da expansão do Estado em Florianópolis foram o crescimento do número de órgãos, empresas e servidores públicos estatais e federais e o aumento das construções das sedes centrais dos órgãos públicos. Observou-se que cerca de 43% das sedes dos órgãos públicos estaduais e federais foram construídas no decorrer da década de 70. Esses fatores repercutiram no espaço urbano de Florianópolis, influenciando diretamente na sua dinâmica espacial.

A localização das sedes administrativas dos órgãos públicos, a partir da década de 70, adquiriu o papel de frente de expansão do espaço urbano de Florianópolis. Em paralelo às novas localizações das sedes no centro da cidade, os bairros da Trindade e Itacorubi tornaram-se lugares privilegiados para a implantação de várias outras sedes de órgãos públicos. Assim, foram instalados, no bairro da Trindade, o Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina e, no bairro do Pantanal, a sede da Eletrosul. No bairro do Itacorubi, foram instaladas as sedes dos órgãos públicos estaduais ligados à agricultura, a TELESC, a UDESC e, posteriormente, vieram outros órgãos, como a CELESC.

Com isso, as áreas da bacia do Itacorubi, situadas a leste do Morro da Cruz, praticamente rurais até a década de 60, tornaram-se áreas de expansão urbana. Nas décadas de 70 e 80, as antigas localidades da Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Itacorubi tornaram-se grandes bairros residenciais e outros formaram-se nesse processo, como os bairros Santa Mônica, Jardim Anchieta, Parque São Jorge, Carvoeira, Serrinha, entre outros.

As ações de intervenção urbana, promovidas pelo Estado, contribuíram para a intensificação do processo de expansão urbana da cidade de Florianópolis. As obras do sistema viário, como a Avenida Beira-mar Norte e sua ampliação, a Via de Contorno Norte, a Ponte Colombo Salles e o Aterro Beira-mar Sul, construídas na década de 70, fizeram desaparecer os entraves à expansão urbana para as áreas ao norte e leste do Moro da Cruz, especialmente aquelas localizadas na bacia do Itacorubi e para o lado continental.

A expansão e adensamento da malha urbana em direção à área continental, ultrapassou os limites territoriais entre os municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. As áreas continentais do Aglomerado Urbano de Florianópolis tornaram-se áreas de expansão urbana periféricas, tanto no sentido geográfico como social.

A materialização do aparelhos do Estado no espaço urbano de Florianópolis, através da localização das sedes dos órgãos públicos, influenciou diretamente a organização espacial da cidade. Indiretamente, influenciou outros agentes sociais na produção e consumo do espaço urbano. Além disso, surgiram outros elementos que repercutiram no espaço urbano, como o aumento do corpo funcional, dos salários, dos recursos financeiros, dos investimentos urbanos, a ampliação dos serviços, entre outros. Assim, o conjunto de todos esses elementos, que surgiram a partir da enorme expansão do Estado, foi responsável pelo crescimento urbano de Florianópolis a partir da década de 70.

A partir da ação do Estado, e com o crescimento da organização da sociedade local, a economia dos bairros vem desempenhando papel importante de apoio a esse crescimento da população, gerando mercado local, serviços e prestação de serviços nas mais diversas atividades.

O orçamento da UFSC juntamente com o da ELETROSUL desempenham papel importante na economia da Trindade e áreas adjacentes através do orçamento pessoal de seus funcionários que residem próximo ao local de trabalho bem como daqueles que residem em outras

localidades mas deixam nessa região parte de seus salários com gastos em transporte, alimentação, vestuários entre outros.

A rede bancária vem se fazendo cada vez mais presente no bairro da Trindade em função dessas empresas e do aumento do comércio e serviços existentes.

Concluindo, segundo Ferreira Lima, o bairro da Trindade e as áreas adjacentes sofreram grandes transformações na área habitacional, com a transferência dessas empresas e instituições, onde os imóveis tiveram uma valorização espantosa. Em 1970, o metro quadrado no bairro da Trindade custava US\$ 3,25, no Santa Mônica US\$ 4,34 e na Carvoeira US\$ 3,25. Já em 1976, esses valores deram um grande salto, passando para US\$ 20,00, US\$ 19,36 e US\$ 25,00 respectivamente.

Ainda, em consulta à Construtora Pinheiro e Pavei Ltda, localizada na Trindade, construtora de vários edifícios no bairro, inclusive do Shopping Trindade, o metro quadrado nessa região tornou-se bastante elevado para as edificações de 2 e 3 dormitórios, sendo em média: US\$ 318,36 na Trindade, US\$ 306,12 na Serrinha e US\$ 265,30 no bairro do Santa Mônica para casas residenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Djanira Maria Martins. *A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, 1978. Dissertação em História, UFSC.
- BARBOSA, Renato. *História da Universidade*. O Estado, Florianópolis: 16 dez. 1960.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1970.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945 – 1979)*. Florianópolis, 1988. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, UFSC.
- CASTRO, Antônio de Castro; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marchaforçada*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO ESTADO DE SC – Celesc. Florianópolis.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo, 1991 Editora Ática, 4ª ed.
- ELETROSUL. *Relatório da Administração, 1993:25 anos de história*. Florianópolis. Eletrosul, 1993
- EVANS, Peter. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais, e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: ZAHAR. Editores, 1980.
- FACCIO, Maria da Graça Agostinho. *O Estado e a Transformação do Espaço Urbano: A Expansão do Estado nas Décadas de 60 e 70 e os Impactos no espaço Urbano de Florianópolis*. Florianópolis, 1997. Dissertação de Mestrado em Geografia, CFH/UFSC.
- GIMENO, Silva Inês .Dufech. *O destino viaja de barco: um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização (1930 – 1990)*. Florianópolis, 1992 Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, UFSC.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos de 1991, 1996 e 2000*
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – *Informativo Municipal nº 01 Dados Demográficos*. 1ª Edição – Outubro/94
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. *Guia de ruas de Florianópolis*. páginas 39 a 41. IPF/PMF
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. *População por unidade espacial de planejamento* – IPUF/PMF
- JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SC. Florianópolis. 2001
- LIMA, João David Ferreira. *UFSC: Sonho e Realidade*. Florianópolis, 1980. UFSC.

- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MICHELS, Ido Luiz. *Uma crítica à economia política catarinense*. Campina Grande, 1993. Dissertação de Mestrado em Economia – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba.
- PELUSO Jr., Victor Antônio. *A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940-1970*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis nº 1, 1979.
- PELUSO Jr., Victor Antônio. *Estudos de Geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis, 1991. Editora da UFSC/Secretaria da Cultura.
- PELUSO Jr., Victor Antônio. *O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade*. In: Revista Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 1981. Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte nº 3.
- PEREIRA, Nereu do Vale. *A modernização de Florianópolis*. Florianópolis, 1974. Tese de Livre Docência em Sociologia, UFSC
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Secretaria de Finanças - IPTU e ALVARÁS*. Florianópolis.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. *Incorporação Imobiliária: Delimitação Conceitual*. Texto – outubro de 1985.
- SCHMIDT, Benício. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: L & PM, 1983.
- SILVA, Etienne L. *O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina*. Porto Alegre, 1978. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano, UFRGS/PROPUR.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOUZA, Sara Regina Silveira. *A Presença Portuguesa na Ilha de Santa Catarina – século XVIII e XIX*. Florianópolis: ed. Fundação Catarinense de Cultura, 1981
- SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno Norte-Ilha*. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, CETD/USP.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa quantitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, *Departamento de Administração Geral*, maio, 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, *Secretaria de Planejamento Coordenadoria de Orçamento* (home-page), junho, 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Secretaria Especial de Planejamento; Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação*. Boletim de Dados. Florianópolis: UFSC, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *SEPLAN; CEFi Plano Diretor Físico: diagnóstico geral – 1995*. Florianópolis: UFSC, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Universidade Federal de Santa Catarina: 30 anos de história*. Florianópolis: UFSC, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Universidade Federal de Santa Catarina: 40 anos de história*. Florianópolis: UFSC, 2000

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina. A Ilha*. Rio de Janeiro: Cia Typográfica do Brasil. (10 ed.). Florianópolis: ed. Lunardelli, 1985.

ENTREVISTAS:

a) realizadas por Maria da Graça Agostinho Faccio, mestranda em Geografia. CFH/UFSC, 1997:

BRESSANE, João Carlos Carneiro. Florianópolis, 14 nov. 1996.

MATOS, Fernando Marcondes de. Florianópolis.

OLINGER, Glauco. Florianópolis, 25 nov. 1996.

b) pelo autor, junho/01:

FERREIRA, Márcia Leonor Antunes. Gerente de operações do Banco Itau S/A, agência bairro Trindade

MARCELINO, Valdecir Coan. Gerente titular do Banco HSBC S/A, agência Lauro Linhares

PINHO, Luiz Alberto. Gerente de negócios do BESC S/A, agência Lauro Linhares

ALVES, Maria Tereza Nicolau. Secretária da gerência da CEF, agência universitária

PROENÇA, Rogério. Gerente adjunto do Banco do Brasil S/A, agência Trindade

FONSECA, Valéria Livramento. Diretora da divisão de serviços gerais do DMSG/UFSC

VIEIRA, Maria Dolores Brolese. Analista de Planejamento Econômico Financeiro da ELETROSUL
Florianópolis, 22 jun. 2001

SILVA, Paulo Caldeira da. Engenheiro e Gerente de Planejamento do IPUF/PMF. 21 jun. 2001

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS

Universitário – março/2001

Revista Veja, de 07/03/01

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

<http://www.pmf.sc.gov.br/>

<http://www.susp.sc.gov.br/>

<http://www.ipuf.sc.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.seplan.ufsc.br/>

<http://www.cmf.sc.gov.br/>

<http://www.veja.com.br/>

LEGISLAÇÃO:

Lei nº 3.038. Federalização da Faculdade de Direito. 1956

Lei nº 3.849. Cria a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1960

Lei Complementar nº 2.193. Plano Diretor para o Distrito Sede de Florianópolis. 1985

Lei Complementar nº 001. Plano Diretor do Distrito Sede de Florianópolis. 1997

Lei nº 5.504. Criação dos bairros no Distrito Sede de Florianópolis. 1999

FOTOS

FOTO 01 E 02: CENTRO: DÉCADAS DE 50 A 70 E PONTE HERCÍLIO LUZ

FOTO 01 - Área Central antes do Aterro - década de 50.

1950



FOTO 03 E 04: AVENIDA BEIRA-MAR NORTE - DÉCADA DE 70

FOTO 3
Vista da antiga Av. Beira-Mar Norte que contava na época com apenas 3 edifícios.

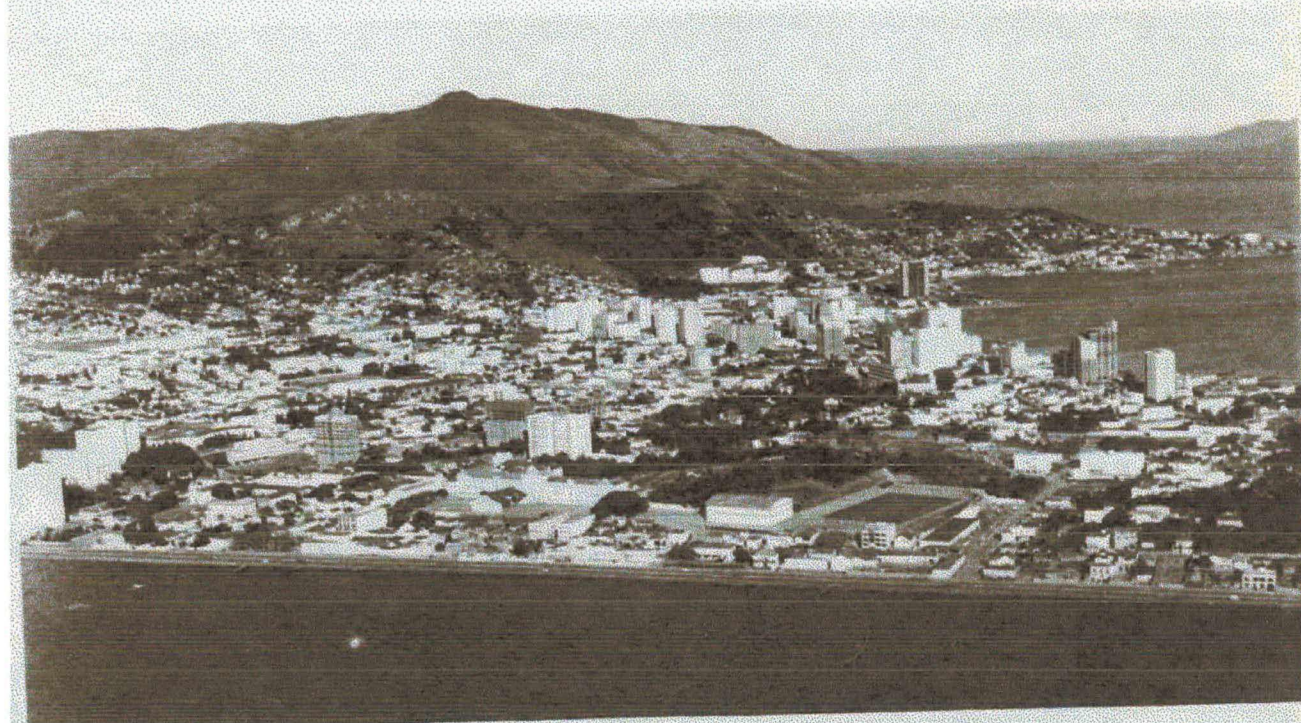


FOTO 05 E 06: ATERRO E CONSTR. DA PONTE COLOMBO SALLES

1972

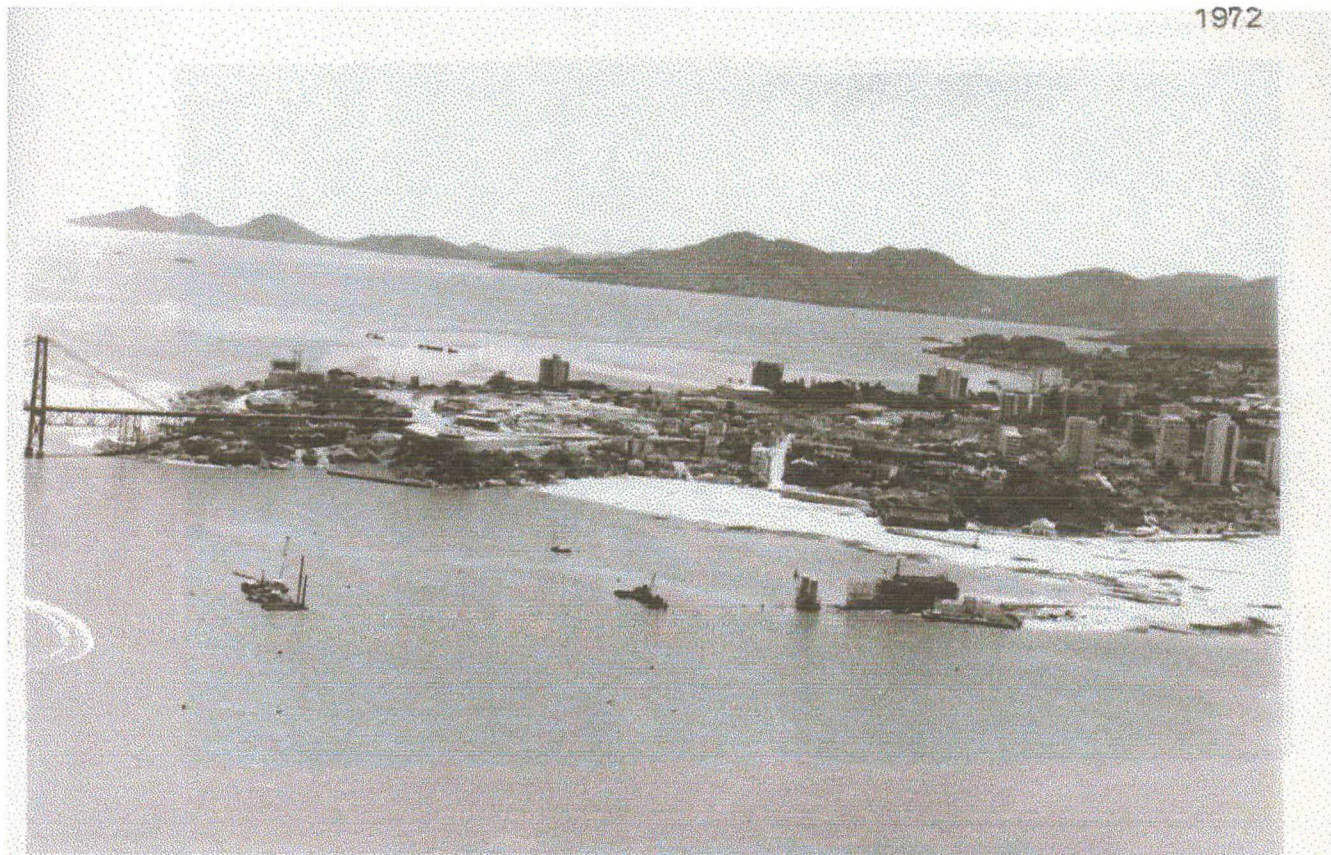


FOTO 5 -Início do aterramento hidráulico na Baía Sul e da construção da Ponte Colombo Salles.



FOTO 07: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**1974**

. Área do morro do Pantanal totalmente sem construções

. Campus da UFSC em construção

FOTO 08 E 09: PONTE E ATERO DAS BAIA: NORTE E SUL

data aproximada: 1975

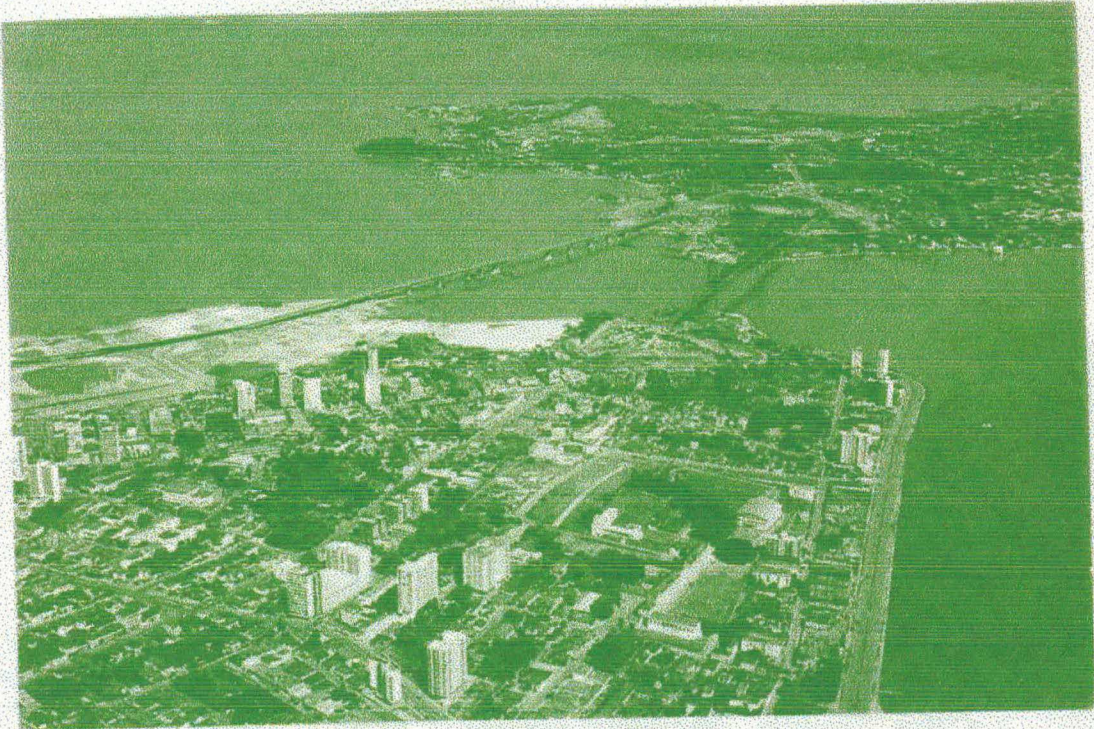


FOTO 8

A direita a Av. Beira-Mar Norte e, à esquerda, as obras do aterro da Baía Sul e a Ponte.



FOTO 9

1979

O aterro no início da Via de Contorno Norte, trecho da Av. Oswaldo Cabral.

**FOTO 10: CAMPUS DA UFSC E PARTE DO BAIRRO DO PANANAL
1982**

- Loteamentos no morro do Pantanal
- Construção de conjuntos residenciais

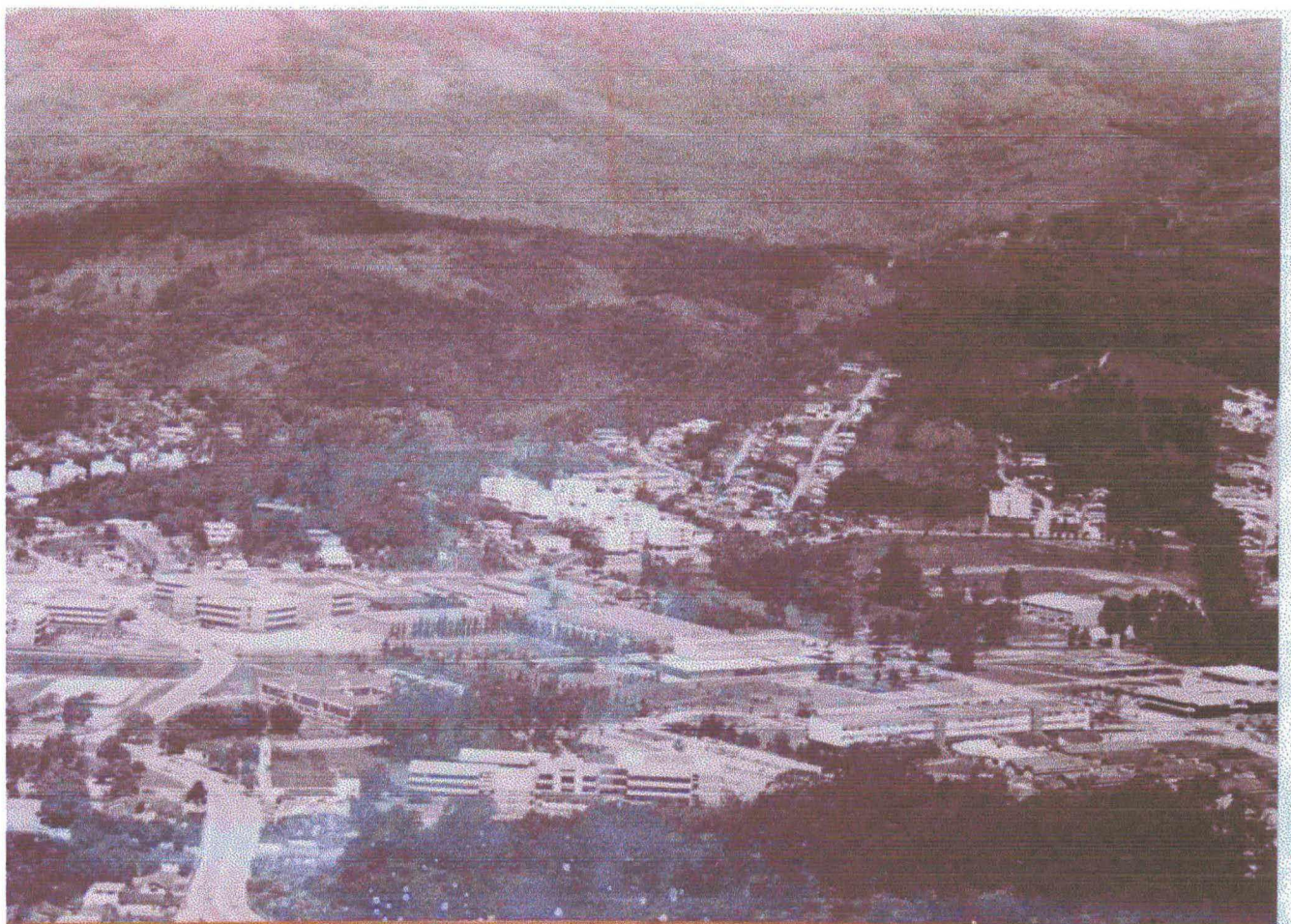


FOTO 11 E 12: VIA DE CONTORNO NORTE (1989) E PONTES (1991)

FOTO 11

1989

Via de Contorno Norte-Ilha. Trecho da Av. Rubens de Arruda Ramos.



FOTO 12

1991

**FOTO 13: UFSC COM VISTA PARA OS BAIROS DO PANTANAL,
SERRINHA, CARVOEIRA E SACO DOS LIMÕES
1995**



FOTO 14:

**BAIRRO DA TRINDADE E ÁREAS ADJACENTES
UFSC E ELETROSUL
2000**

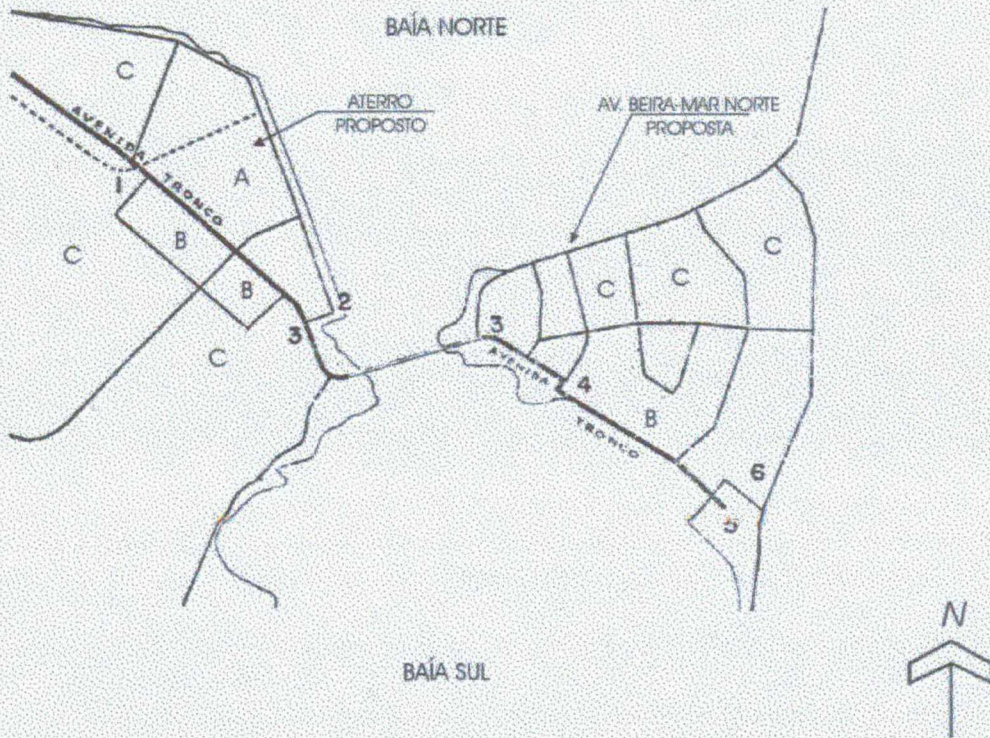
Shopping Trindade e Edificação com 12 pavimentos



FIGURAS

FIGURA 06:

PLANO DIRETOR DE 1954 ESQUEMA DA PROPOSTA BÁSICA



FONTE: PLANO DIRETOR 1954

LEGENDA

- 1 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
- 2 - ESTAÇÃO MARÍTIMA
- 3 - EST. RODOVIÁRIAS
- 4 - CENTRO CÍVICO
- 5 - CIDADE UNIVERSITÁRIA
- 6 - ESTÁDIO
- LINHAS FÉRREAS
- A - ZONA INDUSTRIAL - PORTUÁRIA
- B - CENTRO COMERCIAL
- C - ZONA RESIDENCIAL

**FIGURA 07: PLANO DIRETOR DE 1954
ZONEAMENTO DAS ALTURAS DAS EDIFICAÇÕES**



FONTE CARTOGRÁFICA: PLANO DIRETOR
FONTE DADOS BRUTOS: PELUSO (1950); DIAS (1947) E PLANO (1954)

LEGENDA:

A - 12 ANDARES MÁXIMO
B - 10 ANDARES MÁXIMO (4 ANDARES MÍNIMO)
C - 8 ANDARES MÁXIMO
D - 4 ANDARES MÁXIMO

— - RUAS EXISTENTES
— - RUAS PROPOSTAS

**FIGURA 08: BAIRRO DO DISTRITO SEDE DE FLORIANÓPOLIS
ÁREA CONTINENTAL**

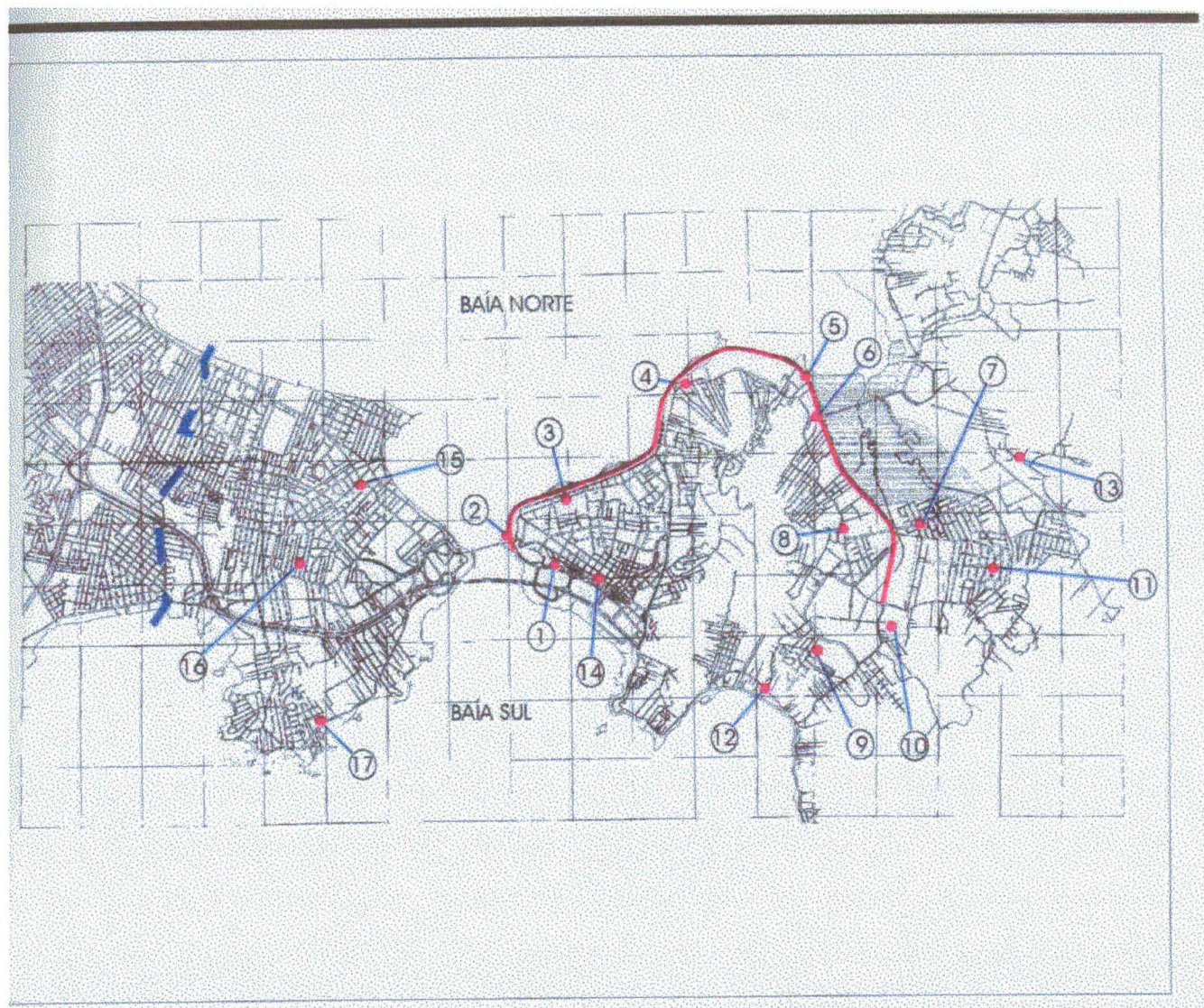


FONTE: IPUF - UEP3

LEGENDA:

- - - LIMITE URBANO E INTERMUNICIPAL

**FIGURA 09: LOCALIZAÇÃO DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA
DISTRITO SEDE - 1990**



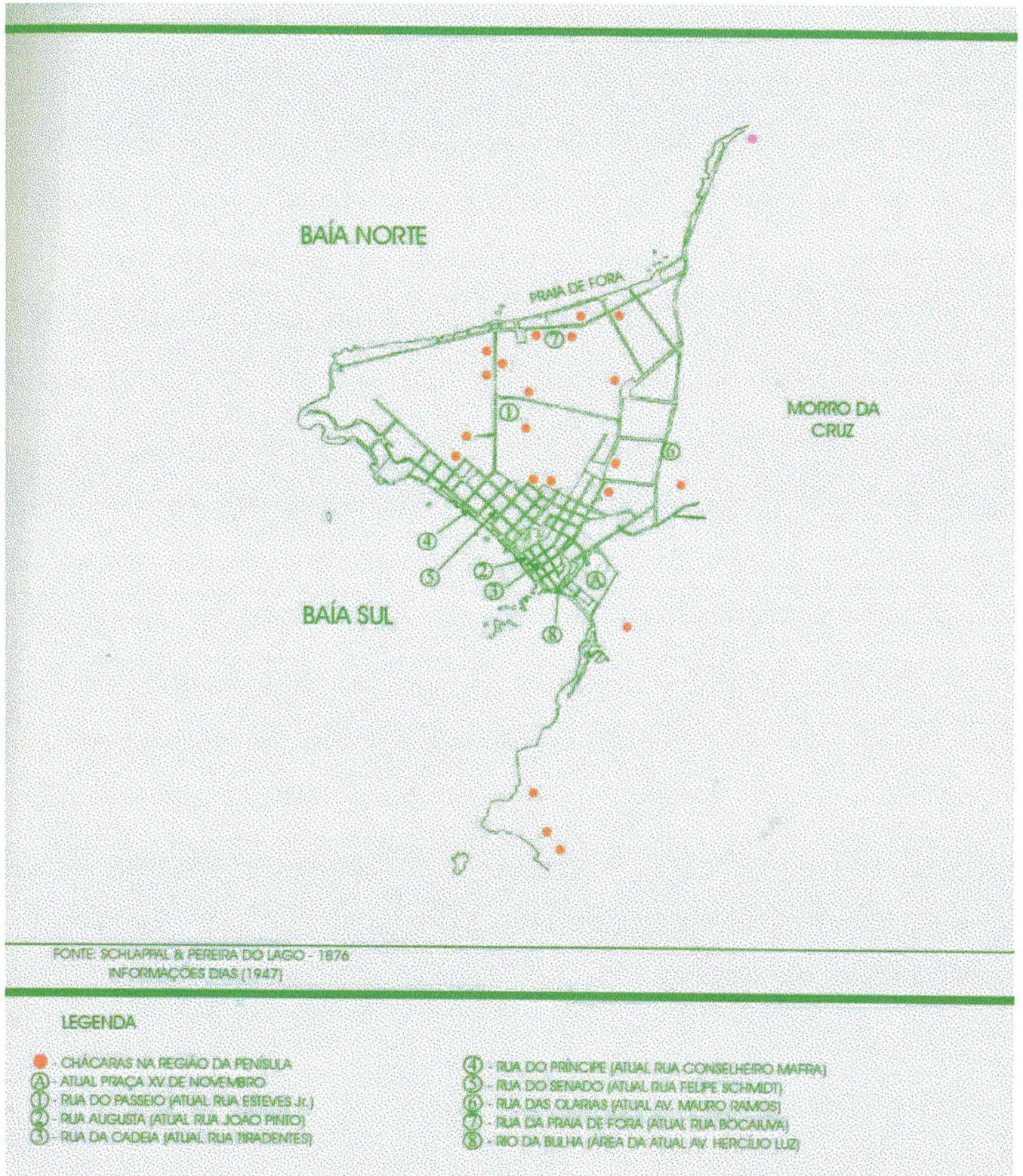
FONTE CARTOGRÁFICA: IPUF (1990)

LEGENDA:

- | | |
|--|---|
| 1. AV. PAULO FONTES / OSWALDO CABRAL | 10. AV. DEP. ANTONIO EDU VIEIRA (PANTANAL) |
| 2. PONTE HERCÍLIO LUZ / HOTEL BAÍA NORTE | 11. JARDIM ANCHIETA (CORREGO GRANDE) |
| 3. RUA ALM. LAMEGO / R. DUARTE SCHUTEL | 12. R. JOÃO MOTTA ESPEZIM (SACO DOS LIMÕES) |
| 4. R. FREI CANECA / R. RUI BARBOSA | 13. ITACORUBI |
| 5. AGRONÔMICA / VIA DE CONTORNO NORTE | 14. R. CONSELHEIRO MAFRA (CENTRO) |
| 6. PENITENCIÁRIA / VIA DE CONTORNO NORTE | 15. R. ARACY VAZ CALLADO (ESTREITO) |
| 7. R. MADRE BENVENUTA (SANTA MÔNICA) | 16. CAPOEIRAS |
| 8. R. LAURO LINHARES (TRINDADE) | 17. ITAGUACÚ / COQUEIROS |
| 9. CARVOEIRA / TERCASA | |

FIGURA 10:

LOCALIZAÇÃO DAS CHÁCARAS



**FIGURA 11: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO DIRETOR
 DISTRITO SEDE PARA TRINDADE - 1982**

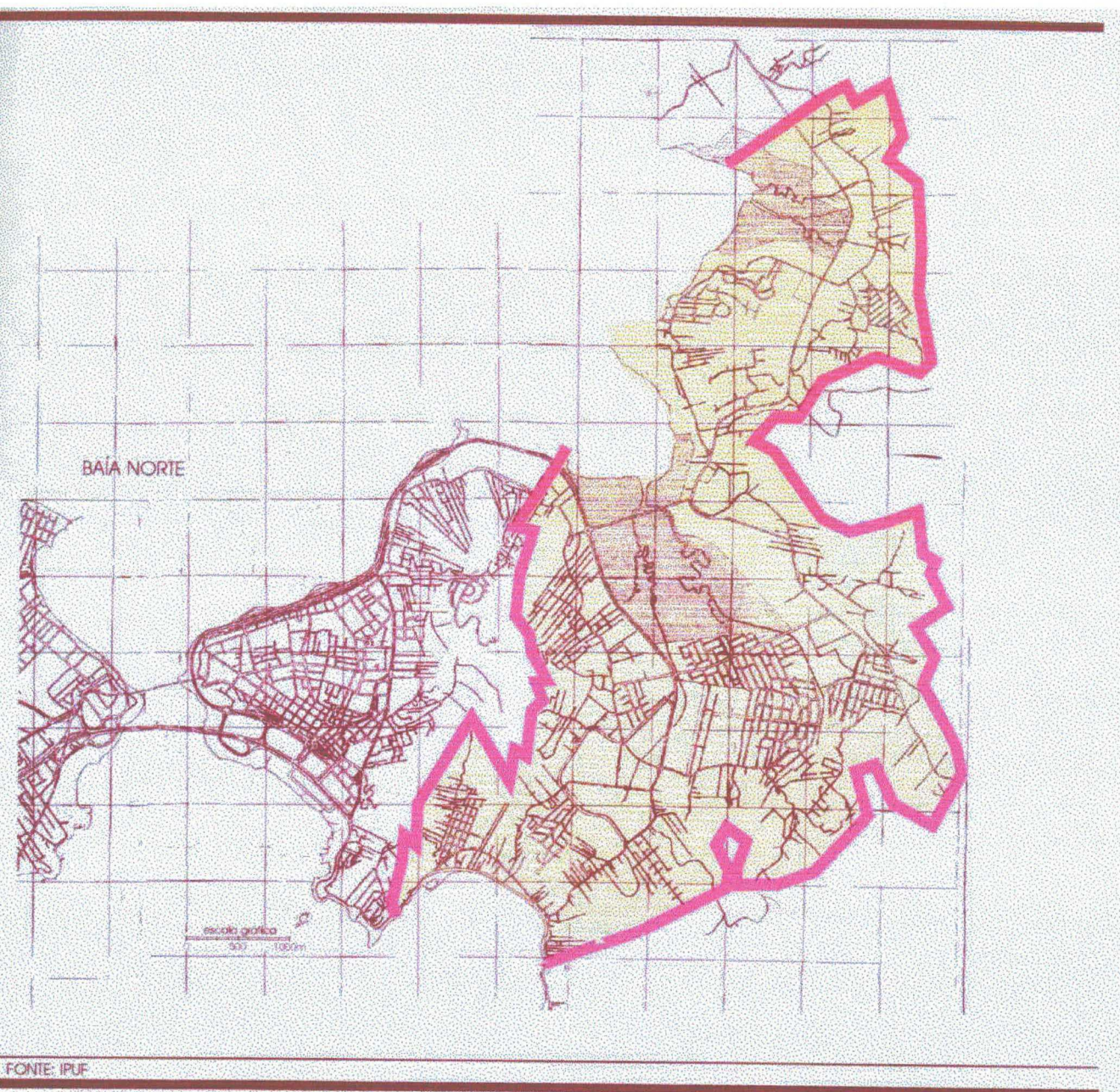
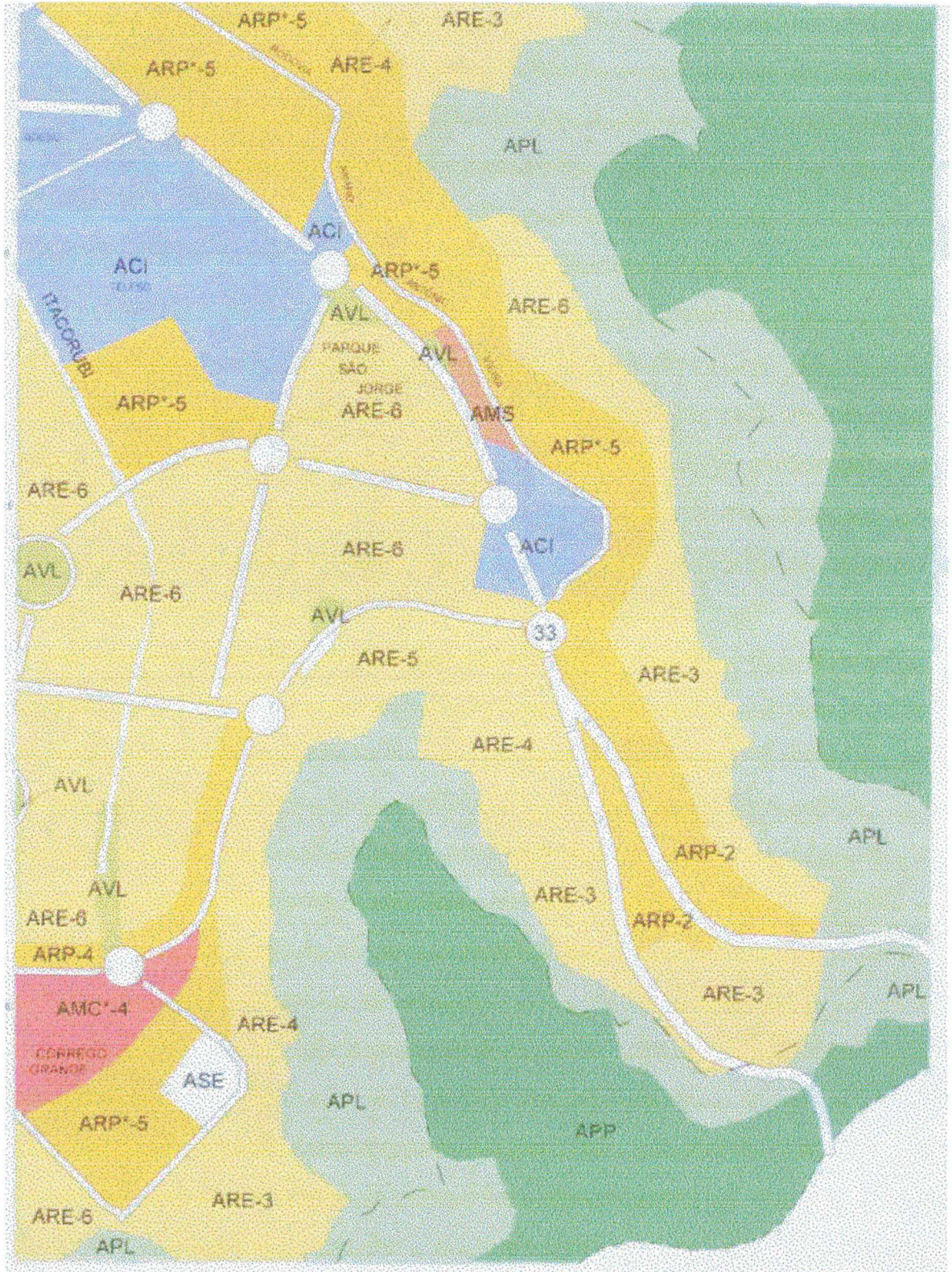
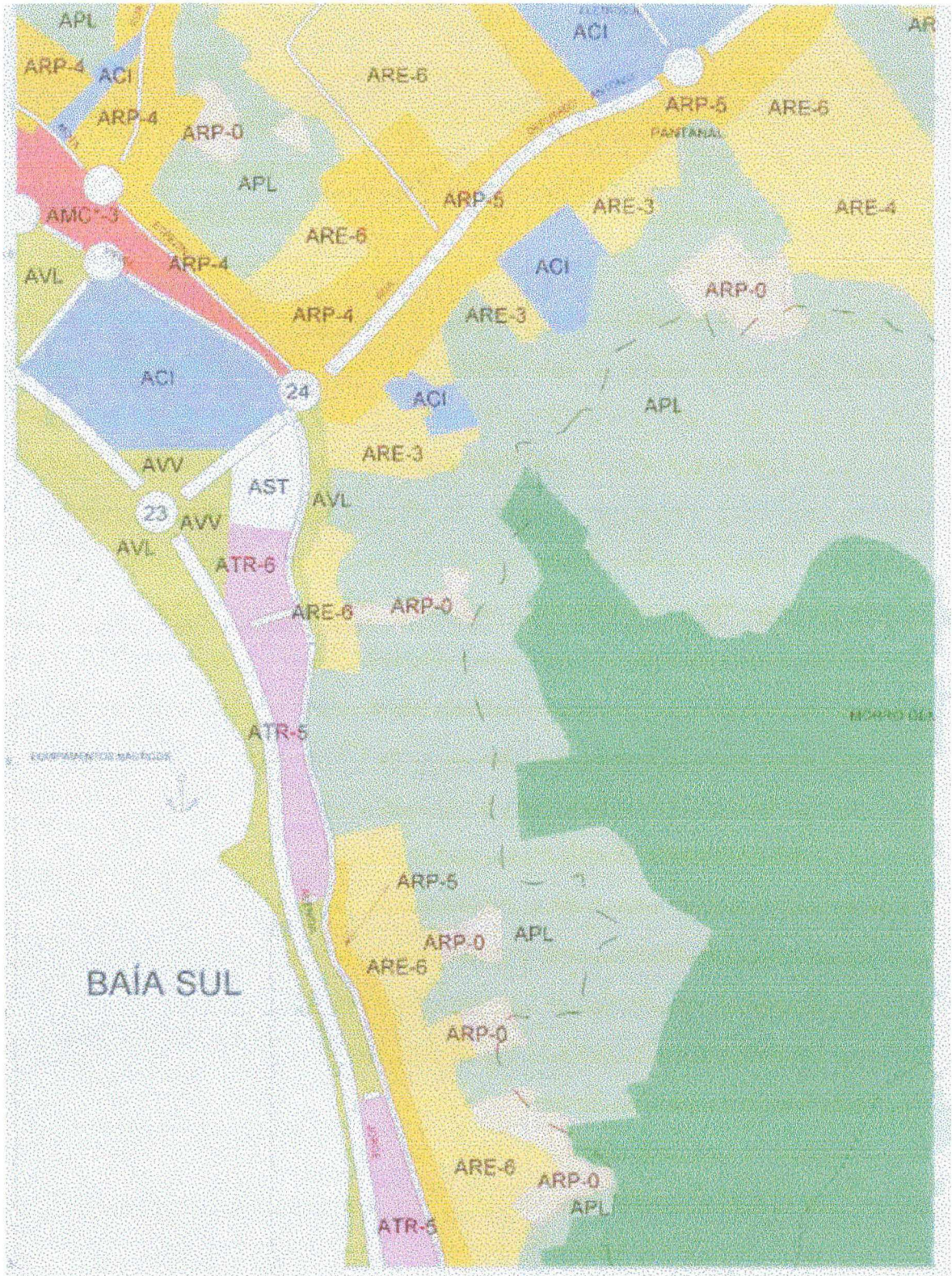


FIGURA 12:

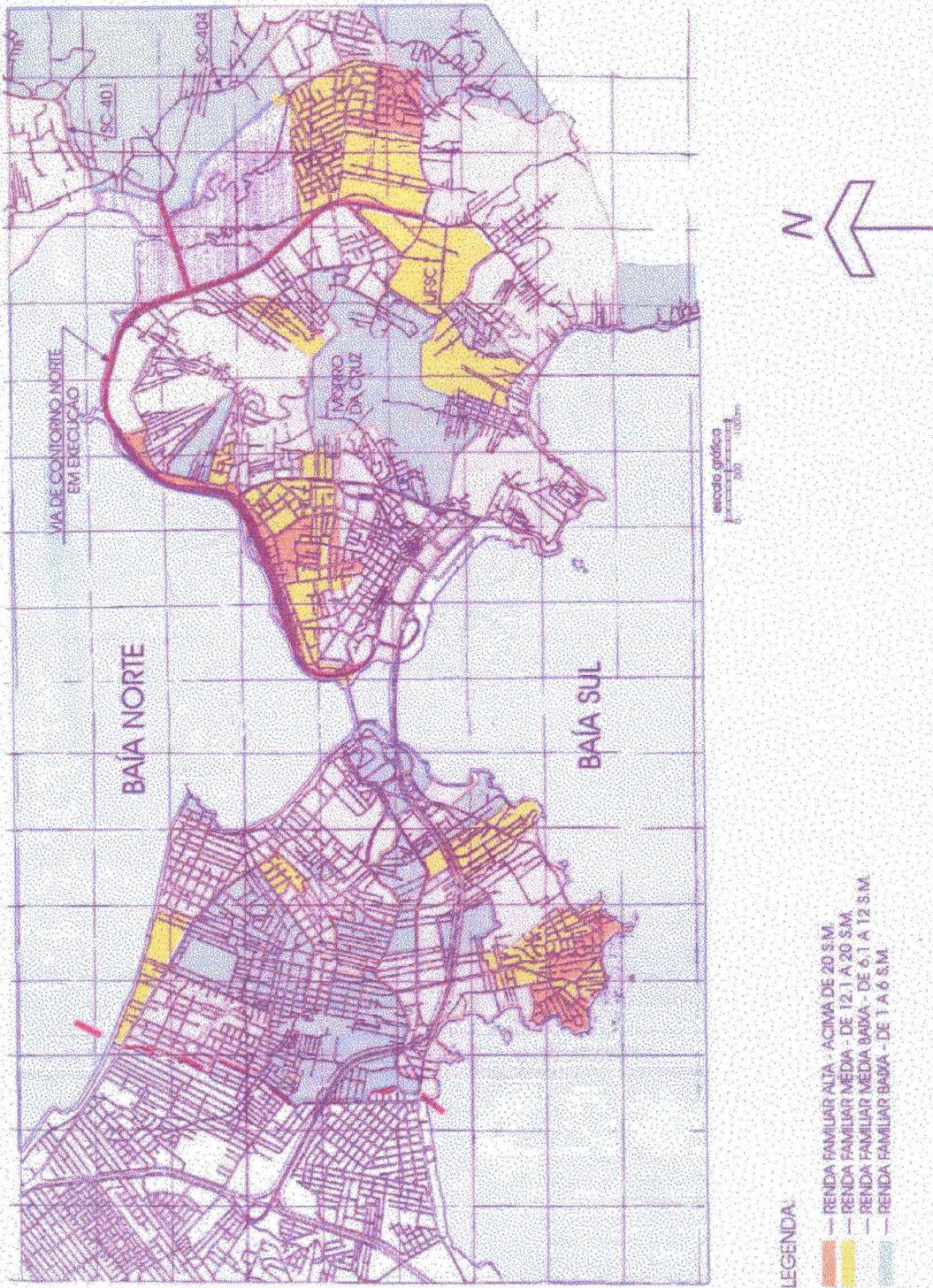
ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO DIRETOR
DISTRITO SEDE PARA ITACORUBI - 1997



**FIGURA 13: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO DIRETOR
DISTRITO SEDE PARA O PANTANAL - 1997**

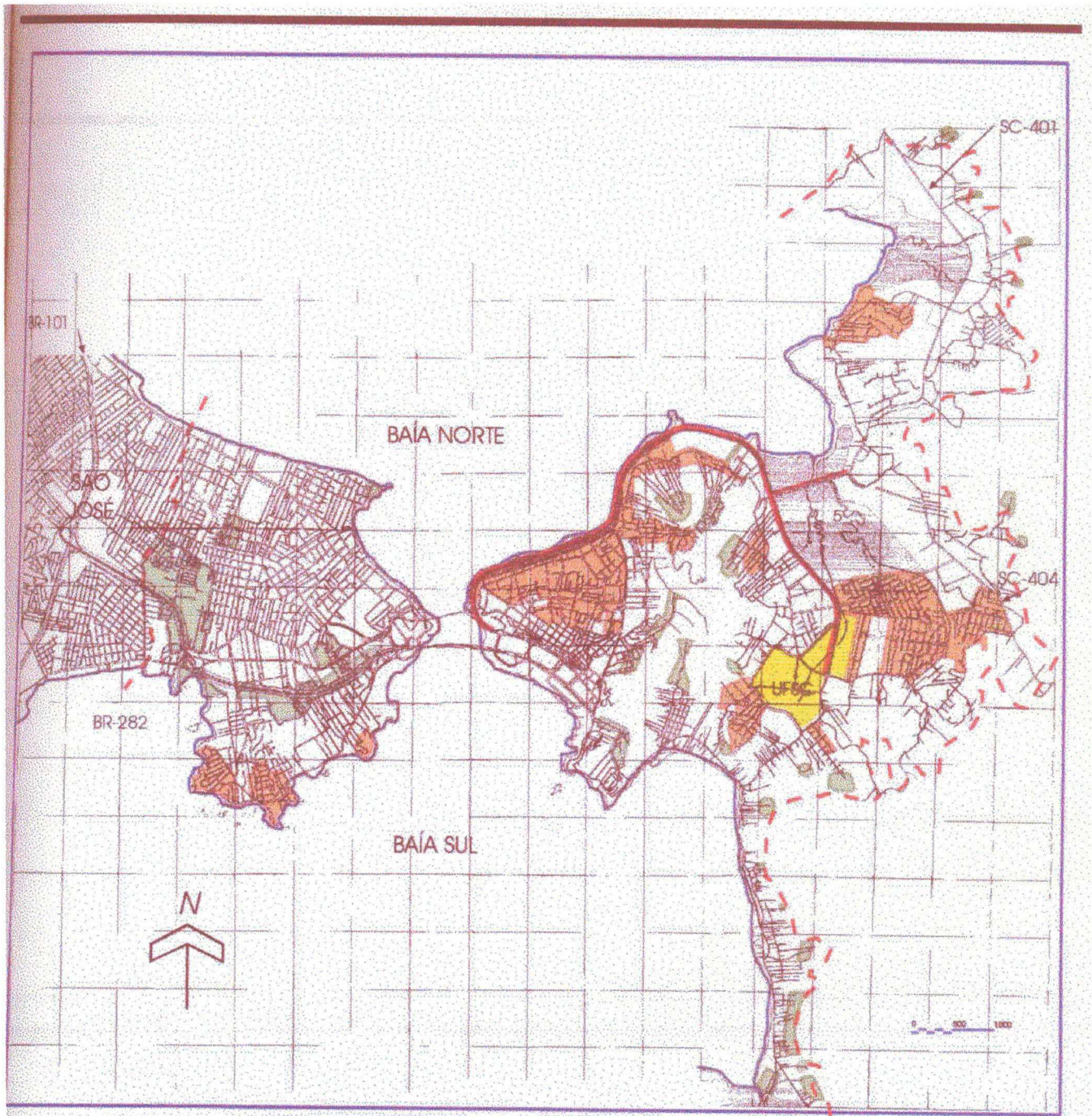


**FIGURA 14: LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR RENDA FAMILIAR
DISTRITO SEDE - 1980**



FONTE CARTOGRAFICA: IPUF
FONTE DE DADOS BRUTOS: FIRGE - DADOS DO RECENTEAMENTO POR SETORES CENSAITARIOS - 1980.

FIGURA 15: LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR EXTREMOS DE RENDA - DISTRITO SEDE - 1993

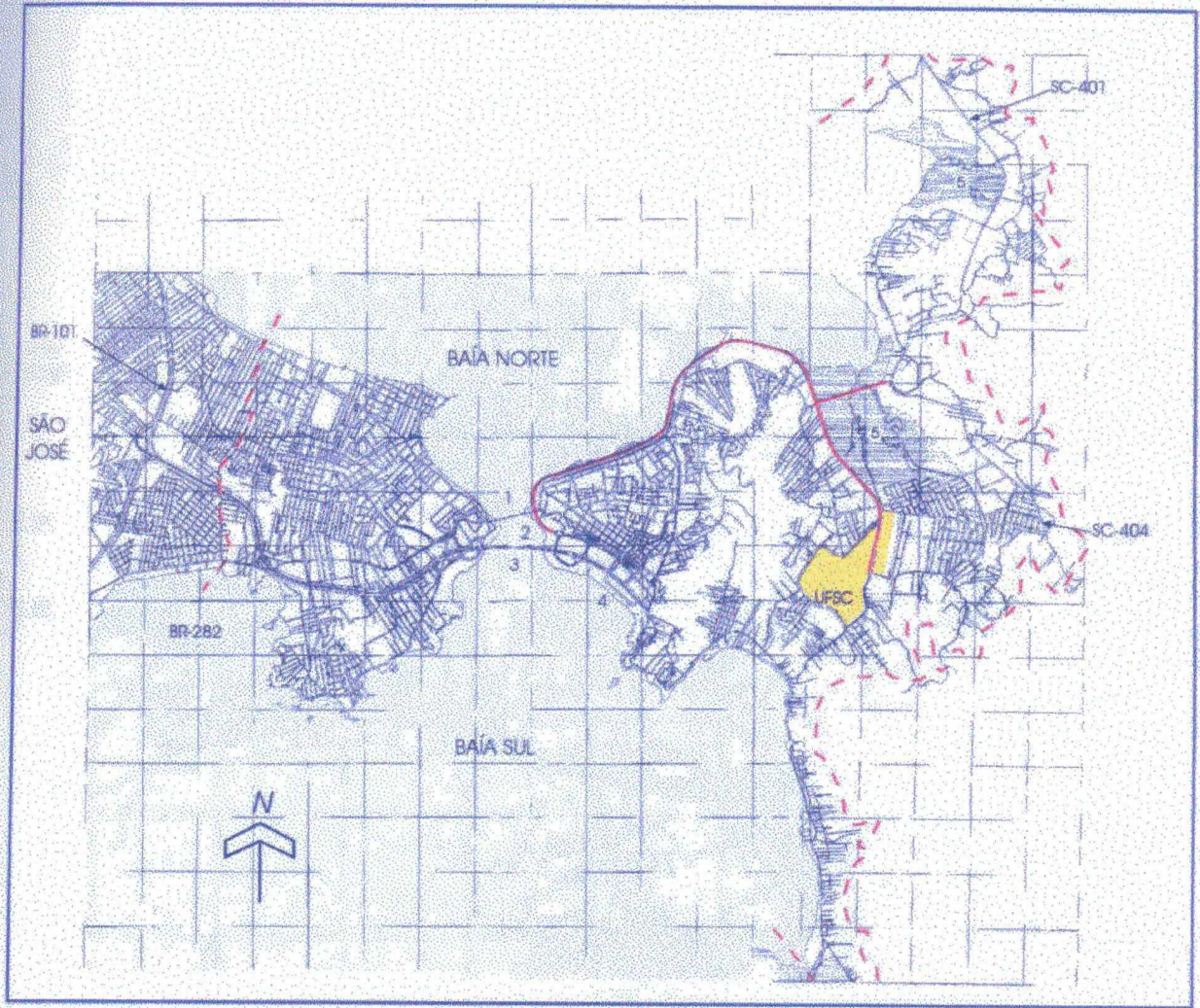


FONTE: - IPUF (1993 - Perfil da Pop. Carente)
- Entrevistas com Setor Imobiliário (1993)

LEGENDA:

- VIA DE CONTORNO NORTE-ILHA
- - - LIMITE URBANO
- POPULAÇÃO DE RENDA MAIS ELEVADA
- POPULAÇÃO DE RENDA MAIS BAIXA - (Até 5 s.m.)

FIGURA 16: ÁREA URBANA DE FLORIANÓPOLIS - 1990



FONTE: IPUF

LEGENDA:

- VIA DE CONTORNO NORTE-ILHA
- - - LIMITE URBANO
- 1 - PONTE HERCÍLIO LUZ
- 2 - PONTE GOV. COLOMBO SALLES
- 3 - PONTE GOV. PEDRO IVO CAMPOS
- 4 - ATERRO DA BAÍA SUL
- 5 - ÁREA DE MANGUE

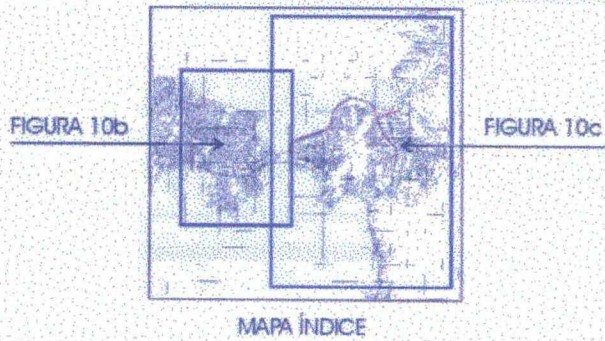
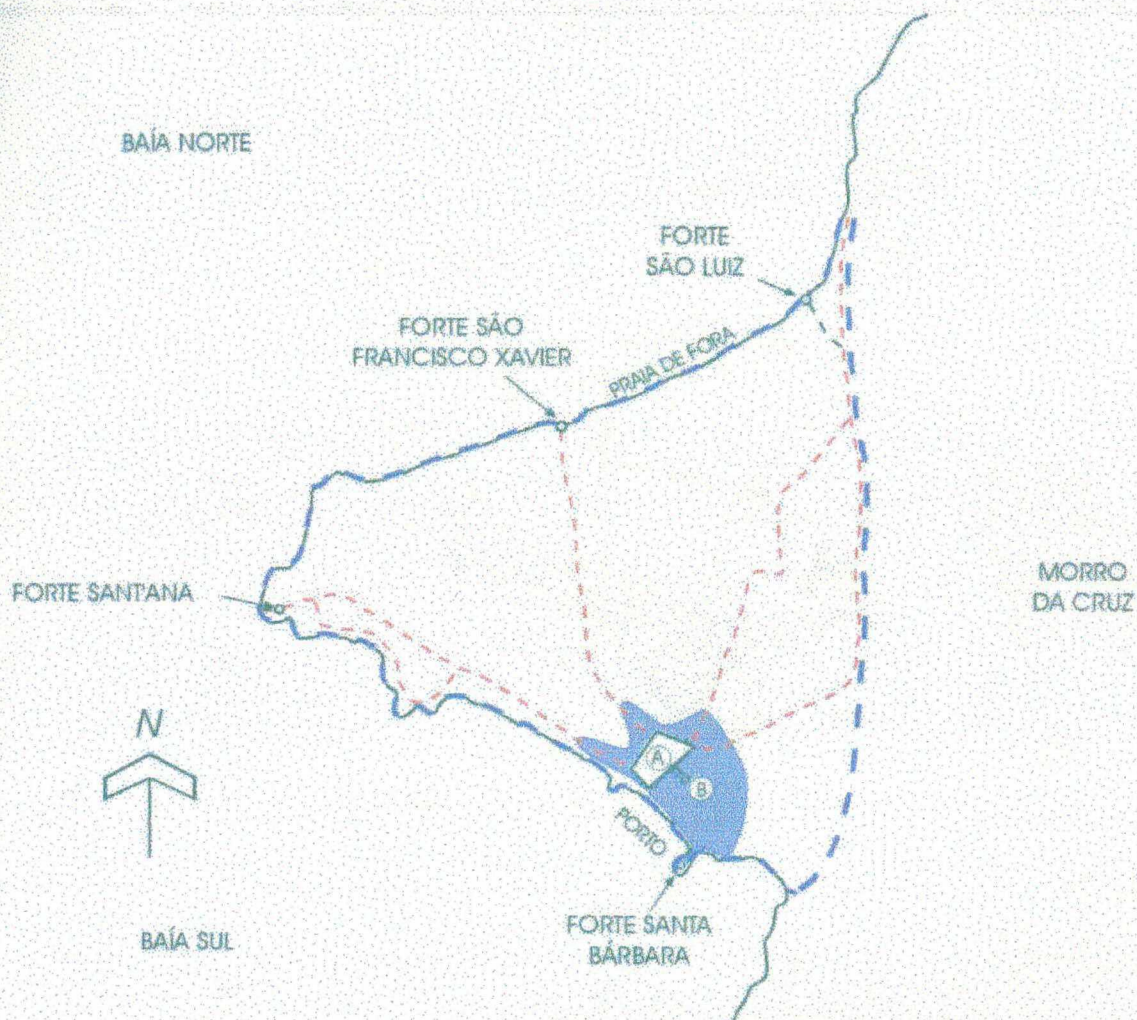
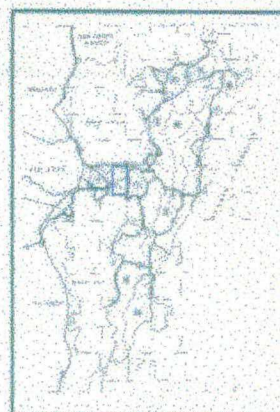


FIGURA 17 : LOCALIZAÇÃO DO PORTO DE DESTERRO



LEGENDA:

- Ⓐ LARGO DA MATRIZ (ATUAL PRAÇA XV DE NOVEMBRO)
- Ⓑ ÁREA DE MAIOR CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XIX
- - - - CAMINHOS DE LIGAÇÃO DOS FORTES AO NÚCLEO URBANO DE DESTERRO
- - - - LIMITES DA PENÍNSULA



MAPA ÍNDICE

FIGRUA 18:

BAIRROS DO DISTRITO SEDE - ÁREA INSULAR - 2000

